



**Universidade de Brasília**  
**Faculdade de Ciência da Informação**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**

**THAÍSA LOPES CALDEIRA**

**LIVROS ELETRÔNICOS E O DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES EM  
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Murilo Bastos da Cunha

**Área de concentração:** Organização da Informação.

**Linha de pesquisa:** Biblioteca digital.

**Brasília**  
**2019**



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Título:** "Livro eletrônico e o desenvolvimento de coleções nas bibliotecas universitárias do Distrito Federal"

**Autor (a):** Thaísa Lopes Caldeira

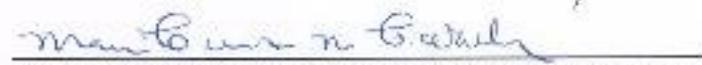
**Área de concentração:** Gestão da informação

**Linha de pesquisa:** Organização da Informação

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade em Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Ciência da Informação.

Dissertação aprovada em: 20 de maio 2019.

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Murilo Bastos da Cunha**  
Presidente (UnB/PPGCINF)

  
\_\_\_\_\_  
**Profª Drª Maria Tereza Machado Teles Walter**  
Membro Externo (STF)

  
\_\_\_\_\_  
**Profª Drª Dulce Maria Baptista**  
Membro Interno (UnB/PPGCINF)

\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Fernando César Lima Leite**  
Suplente - (UnB/PPGCINF)

Dedico à minha mãe, que sempre me apoiou e me incentivou; ao meu namorado e amigo, Diego. Ao meu pai e ao meu irmão que sempre torceram por mim.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus, por mais uma conquista; sem ele eu nada seria. Foi uma jornada com momentos muito difíceis e desafiadores. Tenho certeza que ele estava ao meu lado.

Agradeço profundamente ao meu orientador, professor Dr. Murilo Bastos da Cunha, que mais que um orientador, foi um grande mentor e idealizador desse projeto. Agradeço a ele também por sua paciência e dedicação. Foi uma honra e privilégio ser orientada por um profissional de tamanho gabarito e renome.

Agradeço a cada bibliotecário que dispôs do seu tempo para realizar sua entrevista comigo. Foram todos, sem nenhuma exceção, muito solícitos e amáveis. Também agradeço a todos os agentes de negócios (gerentes, vendedores, representantes) que se dispuseram a me responder durante a pesquisa. Sem vocês esta pesquisa não teria se concretizado.

Agradeço aos membros da banca, professora Dra. Dulce Baptista, professor Dr. Fernando Leite, e a Dra. Maria Tereza Sales por terem dedicado tempo à leitura do meu trabalho, contribuindo com minha pesquisa nas bancas de qualificação e defesa. Um agradecimento em especial, a Liliana Giusti Serra, que se dispôs a uma conversa não formal sobre o assunto da minha pesquisa. Foi uma conversa de muito valor e que me proporcionou muita clareza.

Encerro meus agradecimentos citando os meus entes familiares que me mais me apoiaram durante toda a minha jornada. Agradeço à minha mãe, Ângela Maria por sua torcida, amor, carinho e incentivo. Agradeço ao meu namorado, Diego, que por tantas vezes teve seus finais de semana privados por minha ausência, mas pacientemente continuava a me incentivar. Agradeço à minha sogra, Marlene, que em alguns momentos me recomendava pausas, e me propiciava momentos de descanso e lazer. Por fim, agradeço ao meu irmão, que por muitas vezes me ajudou de maneiras diversas, desde o início dessa minha jornada. A todos minha sincera gratidão.

“O sucesso consiste em ir de fracasso em fracasso sem perder o entusiasmo.”

Winston Churchill

## RESUMO

A biblioteca possui primariamente duas funções: a de guarda e a de disponibilização de conteúdos. O desenvolvimento de coleções foi marcado por um modelo de aquisição (compra, doação ou permuta) de livros. Os livros eletrônicos possuem uma estrutura diferente dos impressos, e em razão dessas peculiaridades, novos modelos de comercialização dos livros surgiram. Conhecidos na literatura como modelos de negócios de livros eletrônicos, estes são cinco: aquisição proprietária, acesso perpétuo, assinatura eletrônica, *pay-per-view* e *demand drive acquisition*. Com base nessas informações este trabalho se propôs a investigar como as bibliotecas universitárias do Distrito Federal estão desenvolvendo suas coleções. Para tanto a metodologia utilizada foi a revisão de literatura para o levantamento de dados bibliográficos que pudesse cobrir a matéria, em especial os de temáticas jurídicas. Para o alcance do objetivo geral foram realizadas entrevistas com os agentes de negócios (fornecedores e representantes comerciais das plataformas) e com responsáveis pela contratação dos livros nas bibliotecas investigadas. A análise dos dados demonstrou que as bibliotecas universitárias estão optando apenas pelo modelo de negócios assinatura. Um modelo que não permite a posse do conteúdo pelas bibliotecas. O levantamento demonstrou que a entrada e saída de livros das plataformas são controlados apenas pelas empresas fornecedoras, portanto, as funções de desbastamento, descarte e preservação do conteúdo deixam de ser realizados pelas bibliotecas, para serem realizadas exclusivamente pelos produtores e distribuidores de conteúdo. Sendo assim conclui-se que os modelos de negócios escolhidos pelas bibliotecas universitárias do Distrito Federal não permitem que elas desenvolvam suas coleções.

**Palavras-chave:** Aquisição bibliográfica. Biblioteca universitária. Desenvolvimento de coleções. Livro eletrônico.

## ABSTRACT

The library has two primary functions: the one of guard and the one of content availability. The development of collections was marked by a model of acquisition (purchase, donation or exchange) of books. Electronic books have a structure different from printed ones, and because of these peculiarities, new models of commercialization of the books have appeared. Known in the literature as e-book business models, these are five: proprietary acquisition, perpetual access, electronic signature, pay-per-view, and demand drive acquisition. Based on this information, this work aims to investigate how the university libraries of the Federal District are developing their collections. For this, the methodology used was the literature review for the collection of bibliographic data that could cover the subject, especially those of legal topics. In order to reach the general objective, interviews were conducted with the business agents (suppliers and commercial representatives of the platforms) and responsible for contracting the books in the libraries investigated. Data analysis has shown that currently university libraries are opting only for the signature business model. A template that does not allow content to be owned by libraries. The survey showed that the entry and exit of books from the platforms are controlled only by the supplier companies, so the functions of chopping, discarding and preservation of content are no longer performed by libraries, to be carried out exclusively by content producers and distributors. Therefore, it is concluded that the business models chosen by the university libraries of the Federal District do not allow them to develop their collections.

**Keyword:** Academic library. Collection development. Electronic book. Library acquisition.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Coleção em LP - Histórias infantis narrada por Silvio Santos .....	33
<b>Figura 2.</b> Relacionamento entre fornecedores de livros, bibliotecas e usuários.....	42
<b>Figura 3.</b> Delimitação da área de estudo .....	43
<b>Figura 4.</b> Processo de formação e desenvolvimento de acervo .....	44
<b>Figura 5.</b> Processo de formação e desenvolvimento de acervo .....	48
<b>Figura 6.</b> Livro manuscrito .....	65
<b>Figura 7.</b> Elementos do livro manuscrito .....	65
<b>Figura 8.</b> Livro impresso .....	65
<b>Figura 9.</b> Elementos do livro impresso .....	66
<b>Figura 10.</b> Livro Eletrônico .....	66
<b>Figura 11.</b> Elementos do livro eletrônico .....	66

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Dados da coleta.....	117
<b>Tabela 2.</b> Número de Bibliotecas de IES a serem investigadas.....	125
<b>Tabela 3.</b> Representatividade das plataformas nas bibliotecas que contrataram apenas uma plataforma .....	132
<b>Tabela 4.</b> Representatividade das plataformas perante o quadro geral de bibliotecas .	132
<b>Tabela 5.</b> Representatividade das plataformas.....	133
<b>Tabela 6.</b> Representatividade de agregadores e distribuidores.....	158
<b>Tabela 7.</b> Representatividade das plataformas por idioma.....	159
<b>Tabela 8.</b> Plataformas que informam a entrada e a saída .....	161

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Vantagens e desvantagens do modelo DDA.....	106
<b>Quadro 2.</b> Perguntas da entrevista presencial .....	119
<b>Quadro 3.</b> Perguntas do questionário aplicado aos fornecedores e seus objetivos.....	121
<b>Quadro 4.</b> Dados coletados nas entrevistas por telefone .....	126
<b>Quadro 5.</b> Nacionalidade das plataformas .....	134
<b>Quadro 6.</b> Cargo do profissional responsável pela contratação dos livros eletrônicos	138
<b>Quadro 7.</b> Formação versus Cargo versus Número de bibliotecas gerenciadas .....	139
<b>Quadro 8.</b> Software de gerenciamento utilizado .....	140
<b>Quadro 9.</b> Bibliotecas com política de aquisição .....	143
<b>Quadro 10.</b> Plataformas e modelos de negócios adotados pelas bibliotecas universitárias .....	144
<b>Quadro 11.</b> Fatores de seleção das plataformas pelas bibliotecas.....	148
<b>Quadro 12.</b> Integração entre o conteúdo das plataformas e o software gerenciador do conteúdo .....	150
<b>Quadro 13.</b> Carência das plataformas e sugestões de melhorias.....	153
<b>Quadro 14.</b> Contato com os agentes de negócios.....	156
<b>Quadro 15.</b> Classificação dos agentes de negócios .....	157
<b>Quadro 16.</b> Categorização dos agentes e plataformas em razão do conteúdo .....	158
<b>Quadro 17.</b> Entrada e saída de livros eletrônicos das plataformas.....	160
<b>Quadro 18.</b> Retirada dos registros inativos do software da biblioteca .....	162
<b>Quadro 19.</b> Modelos de negócios ofertados.....	164

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Distribuição das Instituições de Ensino Superior segundo a classificação do MEC .....	128
<b>Gráfico 2.</b> Distribuição das Instituições de Ensino Superior que disponibilizam ou não livros eletrônicos.....	129
<b>Gráfico 3.</b> Instituições de Ensino Superior existentes que disponibilizam livros eletrônicos .....	130
<b>Gráfico 4.</b> Distribuição entre os modelos de negócios existentes e os praticados.....	131
<b>Gráfico 5.</b> Número de plataformas contratadas por bibliotecas .....	131
<b>Gráfico 6.</b> Plataformas estrangeiras e nacionais .....	135
<b>Gráfico 7.</b> Representatividade das plataformas por tipo de conteúdo.....	136
<b>Gráfico 8.</b> Softwares de gerenciamento .....	141
<b>Gráfico 9.</b> Fatores considerados para contratação da plataforma .....	149
<b>Gráfico 10.</b> Reclamações em relação as plataformas.....	154
<b>Gráfico 11.</b> Distribuição por tipos de informe .....	161
<b>Gráfico 12.</b> Modelos de negócios ofertados pelos fornecedores .....	164

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALA	<i>American Library Association</i>
ART.	Artigo
AZW	<i>Amazon Word</i>
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BRAPCI	<i>Bases de Dados Referencial de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação</i>
CAP.	Capítulo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Código Civil
CD-ROM	Compact Disc Ready Only Memory
CEO	Chief Executive Officer
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMUT	Comutação Bibliográfica
DDA	<i>Demand Drive Acquisition</i>
DF	Distrito Federal
DOC	<i>Document File</i>
DRM	Digital Rights Managements
E-LIS	<i>Eprints in Library and Information Science</i>
EBSCO	Elton B. Stephens Co.
EDS	<i>EBSCO Discovery Service</i>
EEB	Empréstimo entre bibliotecas
EPUB	<i>Electronic Publication</i>
EX.	Exemplo
HTML	<i>Hyper Text Markup Language</i>
IES	Instituição de Ensino Superior
iOS	iPhone OS ou <i>Mobile Operation System</i>
ISBN	<i>International Standard Book Number</i>
ISO	<i>International Standards Organization</i>
MARC	<i>Machine-Readable Cataloguing</i>
MEC	Ministério da Educação
MOBI	<i>Mobipocket</i>
N.	Número

NBR	Norma Brasileira de Referência
P.	Página
PDA	<i>Patron Drive Acquisition</i>
PDF	<i>Portable Document Format</i>
PPV	<i>Pay-per-view</i>
RABCI	Repositório Acadêmico de Biblioteconomia e Ciência da Informação
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SINTRA	Sindicato dos Tradutores
TXT	<i>Text file</i>
UCB	Universidade Católica de Brasília
UF	Unidade Federativa
UNB	Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA .....	17
<b>1.1.1 Elementos do Livro .....</b>	<b>23</b>
<i>1.1.1.1 Conteúdo estruturado.....</i>	<i>23</i>
<i>1.1.1.2 Suporte.....</i>	<i>24</i>
1.1.1.2.1 Suporte manuscrito .....	26
1.1.1.2.2 Suporte impresso .....	28
1.1.1.2.3 Suporte eletrônico.....	30
<i>1.1.1.3 Instrumento de gravação do conteúdo .....</i>	<i>35</i>
1.1.1.3.1 Livro manuscrito .....	36
1.1.1.3.2 Livro impresso .....	36
1.1.1.3.3 Livro eletrônico .....	39
1.2 PROBLEMA.....	41
1.3 OBJETIVOS .....	45
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>46</b>
2.1 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES.....	47
<b>2.1.1 Estudo da comunidade: bibliotecas universitárias.....</b>	<b>49</b>
<b>2.1.2 Políticas de seleção e a Seleção.....</b>	<b>52</b>
<b>2.1.3 Aquisição .....</b>	<b>57</b>
<i>2.1.3.1 Aquisição versus uso .....</i>	<i>58</i>
<b>2.1.4 Desbastamento.....</b>	<b>62</b>
2.2 PROPRIEDADE.....	64
<b>2.2.1 Conceito de propriedade .....</b>	<b>67</b>
<i>2.2.1.1 Livro: um bem jurídico.....</i>	<i>69</i>
<i>2.2.1.2 Elementos constitutivos da propriedade.....</i>	<i>75</i>
<i>2.2.1.3. Posse.....</i>	<i>76</i>
<i>2.2.1.4 Usufruto.....</i>	<i>79</i>
<i>2.2.1.5 Uso.....</i>	<i>81</i>
<b>2.2.2 Propriedade: negócio jurídico.....</b>	<b>81</b>
<i>2.2.2.1 Compra e venda .....</i>	<i>81</i>
<i>2.2.2.2 Doação.....</i>	<i>82</i>
<i>2.2.2.3 Troca ou permuta.....</i>	<i>83</i>

2.2.1.4	<i>Locação de coisas</i> .....	84
2.2.1.5	<i>Empréstimo</i> .....	84
2.2.1.5.1	Mútuo.....	85
2.2.1.5.2	Comodato.....	86
2.2.1.6	<i>Prestação de serviços</i> .....	87
2.2.1.7	<i>Edição (contratos especiais)</i> .....	87
2.3	NEGÓCIOS DO LIVRO.....	89
<b>2.3.1</b>	<b>Agentes de negócios</b> .....	<b>90</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Modelos de negócios</b> .....	<b>92</b>
2.3.2.1	<i>Aquisição proprietária</i> .....	93
2.3.2.1.1	Compra .....	94
2.3.2.1.2	Doação .....	98
2.3.2.1.3	Permuta .....	98
2.3.2.2	<i>Provisão de acesso</i> .....	99
2.3.2.2.1	Empréstimo entre bibliotecas (EEB) .....	100
2.3.2.2.2	Aluguel de coleções.....	101
2.3.2.2.3	Acesso perpétuo .....	101
2.3.2.2.4	Assinatura eletrônica .....	103
2.3.2.2.5	<i>Pay-per-view (PPV)</i> .....	104
2.3.2.2.6	<i>Demand Drive Acquisition (DDA)</i> .....	105
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>107</b>
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA .....	108
3.2	UNIVERSO E AMOSTRA .....	111
3.3	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	113
<b>6.3.1</b>	<b>Entrevista</b> .....	<b>115</b>
6.3.1.1	<i>Entrevista estruturada</i> .....	116
6.3.1.2	<i>Entrevista semiestruturada</i> .....	117
<b>6.3.2</b>	<b>Questionário aberto</b> .....	<b>120</b>
3.4	DEFINIÇÕES OPERACIONAIS .....	122
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>124</b>
4.1	ENTREVISTAS COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR .....	124
<b>4.1.1</b>	<b>Entrevistas por telefone</b> .....	<b>124</b>
4.1.1.2	<i>Análise das entrevistas com as bibliotecas de IES</i> .....	126
<b>4.1.2</b>	<b>Entrevistas presenciais</b> .....	<b>136</b>
4.1.2.1	<i>Análise das entrevistas com os bibliotecários</i> .....	137

4.1.2.1.1 Perfil profissional do bibliotecário .....	137
4.1.2.1.2 Informatização da biblioteca.....	140
4.1.2.1.3 Procedimentos de seleção e aquisição .....	142
4.2 ENTREVISTAS COM FORNECEDORES .....	155
<b>4.2.1 Questionários.....</b>	<b>155</b>
<i>4.2.1.1 Perfil dos agentes de negócios.....</i>	<i>155</i>
4.2.1.1.1 Conteúdo das plataformas.....	158
4.2.1.1.2 Permanência do conteúdo .....	160
<i>4.2.1.2 Modelos de negócios .....</i>	<i>163</i>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>166</b>
5.1 SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS.....	168
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>170</b>
<b>APENDICE A – FORMULÁRIO ENTREVISTAS POR TELEFONE .....</b>	<b>177</b>
<b>APENDICE B – FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS PRESENCIAIS COM BIBLIOTECÁRIOS.....</b>	<b>178</b>
<b>APENDICE C – FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS POR E-MAIL COM FORNECEDORES .....</b>	<b>179</b>
<b>APENDICE D – MODELO DE FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA COM GARANTIA DE SIGILO E ANONIMATO.....</b>	<b>180</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho foi estruturado em cinco capítulos, a saber: introdução, revisão de literatura, metodologia, análise de dados e considerações finais. Na introdução será realizada uma breve contextualização, com apresentação da problemática e objetivos (geral e específicos) do trabalho. A revisão de literatura foi subdividida em três tópicos: desenvolvimento de coleções, a propriedade e os negócios do livro. No terceiro capítulo foram descritos os procedimentos utilizados para a realização da pesquisa, e no capítulo quatro encontra-se a análise dos dados levantados e pesquisados. O último capítulo apresenta os resultados encontrados segundo a proposta de pesquisa.

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Há uma vasta literatura que apresenta o livro desde seu surgimento e criação até os dias atuais. Apesar de o livro ser um objeto de estudo com questões consolidadas, ainda há algumas indagações que permeiam o objeto central desta pesquisa – o livro no formato eletrônico. Para discorrer sobre ele, optou-se pela ótica “minimalista”, ou seja, para descrevê-lo, conceituá-lo e qualificá-lo, buscou-se apontar os requisitos mínimos, sem atentar para requisitos muito específicos.

Na ótica aristotélica, a essência é um conjunto de qualidades, propriedades e atributos universais que caracterizam a natureza própria de um objeto concreto, em oposição às alterações circunstanciais ou características excepcionais que possam eventualmente acometê-lo (ARISTÓTELES, 2012). E é sob essa visão que este capítulo busca conceituar o livro em sua essência mais primitiva. A ideia é que, tendo um conceito mínimo, ainda que o tempo passe e novas tecnologias surjam, a definição do objeto “livro” permaneça.

Em uma análise a respeito da história do livro, o autor André Belo capta, em parte, ao que este capítulo se propõe. Para ele, o livro é como uma metáfora. Segundo o autor:

**Se podemos chamar “livro digital” ao texto eletrônico, é porque a palavra “livro” é uma metáfora que usamos para designar um suporte de texto. A sua forma foi diferente no passado e continuará mudando no futuro.** Basta repararmos um pouco nas origens latinas da palavra livro para nos apercebermos de como o objeto a que hoje mais associamos esse nome, o códice em folha de papel, foi por sua vez herdeiro de suportes mais antigos [...] (BELO, 2013, p. 27; grifo nosso).

Enquanto objeto, é possível realizar uma analogia entre o livro e o relógio. Em seu sentido mais intrínseco, o relógio pode ser definido como um marcador do tempo, ou como “leitor da hora”, em uma das várias definições apontadas pelo dicionário eletrônico Houaiss. Percebe-se que, a partir dessa definição, é possível qualificar diversos tipos de relógio: solar, de bolso, de pulso, analógico, digital, entre inúmeros outros. A essência permanece, mas o formato ou o modo de medição são alterados.

Além disso, tomando por base o exemplo do relógio, é possível observar que sua qualificação marca também sua evolução no tempo. Assim, conforme o tempo foi passando e novas tecnologias foram surgindo, o relógio foi evoluindo. E esse é o propósito deste capítulo – encontrar uma definição atemporal para o objeto “livro”.

Tal proposta, todavia, é uma tarefa árdua, pois o conceito do termo “livro”, em meio à literatura, apresenta-se de forma múltipla e não singular, como aqui se exige. No senso comum, o livro é conceituado como “um objeto móvel composto por páginas encadernadas, contendo texto manuscrito ou impresso e/ou imagens que formam uma publicação unitária” (WIKIPÉDIA)<sup>1</sup>. Essa definição, apesar de popular, apresenta conceitos que são abordados por autores e/ou instituições que estudam o livro, conforme se observará mais à frente.

Para iniciar a construção do conceito, buscou-se uma fonte formal, que está ao alcance de grande parcela da população, para a definição de conceitos: o dicionário. De acordo com o tradicional Houaiss, o conceito de livro é o seguinte:

Livro. 1. Coleção de folhas de papel, impressas ou não, cortadas, dobradas, e reunidas em cadernos, cujo dorso são unidos por meio de cola, costura, etc., formando um volume que se recobre de capa resistente. 2. Esse volume, considerado também, do ponto de vista de seu conteúdo; de cunho literário, científico, técnico, documentativo, etc. – Segundo normas de documentação da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e organismos internacionais, livro é uma publicação com mais de 49 páginas, além da capa. (HOUAISS, 2001, CD-ROM).

O dicionário Houaiss apresenta dois tipos de conceitos. O primeiro é voltado ao livro enquanto objeto palpável e físico e, nesse caso, remete diretamente ao seu formato códex, sendo esse impresso ou manuscrito. Num segundo momento, remete a seu conceito técnico, que, como bem observa, dá ênfase ao elemento conteúdo.

---

<sup>1</sup> Cita-se a *Wikipédia* porque ela é escrita e editada coletivamente, portanto constitui um lugar adequado para encontrar a sabedoria popular.

A etimologia da palavra, segundo Mello Júnior (2016), faz referência ao tipo de suporte primitivo utilizado para a gravação de textos em sua forma escrita. A palavra em sua raiz grega (*biblion*) tem origem na palavra *biblos*, nome que era dado ao papiro que chegava do Egito.

Barbier (2008), por sua vez, também busca definir a palavra remetendo a sua origem. O autor aponta o termo *liber*, de origem latina, cujo significado remonta ao de uma fina membrana existente entre a casca e o tronco das árvores. Segundo o mesmo autor, em sua análise da origem da palavra, em línguas anglo-germânicas sua raiz etimológica é a palavra *bokis*, que antigamente se referia a uma árvore, que era transformada em tábuas para gravações em escrita rúnica.

Outra palavra que também faz referência histórica à origem da palavra “livro” é o termo códice, do latim *codex*, cuja tradução significa livro ou bloco de madeira. Tratava-se de manuscritos gravados em madeira, em geral, do período da era antiga tardia até a Idade Média. O códice, na opinião de Barbier (2008), foi um avanço em relação ao rolo de pergaminho, que foi gradativamente substituído como suporte de escrita.

Isso denota que o livro teve seu desenvolvimento marcado pelo suporte onde era gravado seu conteúdo. Termos como os já citados acima, além de outros, tais como tábua, pergaminho, rolo, *volumen*, são atribuídos por historiadores (BARBIER, 2008; MARTINS, 1957; MELLO JÚNIOR, 2014) aos primeiros livros da humanidade.

Ainda que outros autores, a exemplo de Epstein (2002), apontem que o livro somente possa ser caracterizado como livro a partir do surgimento do formato códex, desconsiderando, portanto, os outros formatos – pergaminho, *volumen*, rolo, etc. – este trabalho não seguirá essa linha. A autora busca um conceito que prescindia do formato, considerando que esse aspecto é apenas um atributo, que, com o tempo, transforma-se.

Seguindo a linha em que o livro é mais que seu suporte, Martins (1957) afirma que o livro sempre contemplará três características: a escrita, um instrumento de utilização para a escrita e o suporte que irá materializar a escrita. Ainda segundo o autor, a escrita é a linguagem a ser utilizada, é o conjunto de símbolos que representa e dá forma ao conteúdo. O instrumento de utilização para a escrita diz respeito ao objeto que será utilizado e que permite ao homem a “gravação” de um conteúdo. Por fim, é o objeto material que dará forma a apresentação do conteúdo.

As três características apontadas por Martins (1957) são a base para a construção argumentativa do próximo tópico (Elementos do Livro). Este autor traz um conceito mais abstrato, desvinculando o livro de seu formato físico, o que permite que o conceito de livro não se confunda com o seu formato ou suporte. De sua descrição, pode-se inferir que o livro é a soma dos seguintes elementos: escrita, instrumento de escrita e suporte. A partir da compreensão de seus três elementos, pode-se concluir que qualquer definição que vincule o livro apenas a seu suporte possui uma “falha estrutural”, por reduzir o todo a uma parte. Esse conceito permite perceber que a alteração ou evolução do suporte não implica o surgimento de um novo invento.

Para Martins (1957), o livro surge de fato pela combinação de vários fatores históricos, culturais e tecnológicos. O autor dá ênfase ao âmbito tecnológico, pois foi por meio da evolução do suporte de registro da informação que a escrita evoluiu, portanto trata-se de um processo simbiótico. A escrita cursiva nasce, “como o próprio nome indica, das exigências de uma escrita mais rápida e correntia” (*idem*, 1957, p. 51). Uma velocidade proporcionada justamente pela evolução dos materiais que carregavam a informação, ou seja, seu suporte.

Imagina-se que a facilidade de “registrar” uma informação sobre o papiro seja maior que a do registro em uma pedra ou tábua, por exemplo. Essa facilidade advinda do novo suporte proporciona novas invenções de instrumentos de escrita, o que influencia diretamente na sua evolução. É mais trabalhosa a escrita cursiva sobre uma pedra do que sobre um papel, pela redução drástica do atrito.

Realizado esse adendo, para que seja observada a influência de um elemento sobre o outro, contribuindo para sua evolução, retorna-se à busca por sua definição. Um livro não pode ser delimitado apenas por seu suporte, porque há mais elementos que devem ser considerados. Cabe, neste ponto, a seguinte indagação: um texto escrito em suporte é por si só um livro? A resposta é não. A informação registrada pode materializar outros tipos de documentos, tais como revistas, jornais, artigos, etc. Isso implica dizer que o elemento “conteúdo” exerce um peso sobre a definição de um livro.

Este trabalho adota o entendimento de que o livro se diferencia dos demais tipos de documentos por sua estrutura. Tal entendimento é fundamentado por Chartier (1999), segundo o qual o livro não está vinculado a um suporte, e sim a uma estrutura. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), na Conferência de Paris de 1964, conceituou o livro como “uma publicação impressa, não

periódica a partir de 49 páginas, desconsiderando a página da capa, publicada em um país e disponível para o público”.

A definição da Unesco é interessante porque, ainda que vincule o livro a um suporte, apresenta mais elementos destinados à sua estrutura, tal como Chartier. Em razão do conceito apresentado pela Unesco, o autor Mello Júnior (2016) dispõe que ao menos três características podem ser extraídas do conceito: a não periodicidade, a vinculação ao formato impresso e um número mínimo de páginas.

Outra fonte de informação que apresenta definição para o vocábulo “livro” é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que, em sua *NBR 6029*, publicada em 2015, dispõe que o “livro é uma publicação não periódica que contém acima de 49 páginas, excluídas as capas, e que é objeto do Número Internacional Normalizado para Livro (ISBN)”. Tal definição, ainda que não tenha sido baseada no conceito apresentado pela Unesco, guarda em relação àquela certa similaridade, divergindo apenas pelo acréscimo da vinculação ao ISBN e pela retirada da vinculação a seu suporte.

A definição apesar de técnica, não guarda preocupação com o conteúdo ou com a informação. Um artigo que contenha 20 páginas, após certa diagramação, pode ser enquadrado como um livro, sob os aspectos apresentados pela ABNT.

Mello Júnior, em sua tese de doutorado, buscou conceituar o livro de modo a resolver tais questões. Assim, o autor definiu o livro como

Um texto, ou reunião de textos, agrupados em um objeto material ou imaterial destinado a leitura, registrado em seu suporte de forma manuscrita, impressa, digital ou por outro meio a ser conhecido, dividido por páginas, podendo conter os mais variados gêneros, de publicação não periódica, com mais de 48 páginas (fora as capas) e que seja diferente de listas e catálogos (MELLO JÚNIOR, 2016, p. 48).

A extensa definição apresentada pelo autor também é passível de questionamentos. Se o livro é destinado à leitura, então o que seria o audiolivro? Não seria ele um livro destinado à escuta? E um livro com fotos de Sebastião Salgado, por exemplo, não seria um livro, pelo fato de não possuir textos, apenas imagens?

Portanto, resta claro que quanto mais extensa for a definição, mais ela qualifica e especifica, mais ela se afasta do seu objeto, do ponto de vista universal. Há uma clara necessidade de encontrar uma definição que seja simples, mas também ampla e genérica. Um conceito em que o livro seja visto como “gênero” e não como “espécie”.

Tendo por base os conceitos já apresentados, buscou-se construir uma definição que alcance a essência do livro, e que, como já apontado, sirva de parâmetro para qualquer livro que exista, ou que venha a existir. Dessa forma, é proposta a seguinte definição: livro é o registro de uma informação, materializado em um suporte, com conteúdo estruturado, em quantidade mínima de 48 laudas ou 100.800 (cem mil e oitocentos) caracteres.

A definição proposta apresenta uma inovação: o termo “lauda” no lugar do termo “página”. Essa substituição não ocorreu apenas porque lauda é sinônimo de página, mas porque lauda é passível de mensuração. A lauda é utilizada por profissionais diversos que possuem seus serviços remunerados por meio de páginas, assim algumas categorias profissionais criaram um padrão de medida para determinar qual é a “extensão” de uma página.

Dessa forma, uma lauda corresponde a 30 linhas, com até 70 caracteres, incluindo os espaços por linha, totalizando 2.100 caracteres por página, incluindo os espaços (SINTRA, 2018). Esse ponto é importante também, visto que já há alguns livros eletrônicos que, por permitirem diferentes formas de visualização, não mostram a página do livro. Ao considerar que um livro deva ter ao menos 48 páginas, fazendo a conversão para laudas, e posteriormente para caracteres, tem-se o seguinte cálculo: o número total de caracteres por página (2.100) multiplicado pelo número mínimo de páginas de um livro (48) resulta no total de 100.800 (cem mil e oitocentos) caracteres.

Quanto aos audiolivros, os caracteres também podem ser contabilizados pelo número de palavras. No caso de livros com imagens, esses seriam mensurados por meio da quantidade de laudas. Assim, para verificar se a proposta de definição alcança seu objetivo, abaixo serão listadas diversas espécies de livros, para comprovar que se enquadram dentro desse conceito, sem que para isso seja necessário retirar algum atributo.

- a) Audiolivro: registro de uma informação (voz), materializado em um suporte (disco de vinil, fita cassete, CD-ROM, *pendrive* etc.), com conteúdo estruturado (história contada), em quantidade mínima de 48 laudas ou 100.800 caracteres (extensão do conteúdo transcrito).
- b) Livro eletrônico: registro de uma informação (arquivo eletrônico), materializado em um suporte (*software* e *hardware*), com conteúdo estruturado (texto, foto, imagem, áudio etc.), em quantidade mínima de 48 laudas ou 100.800 caracteres.

- c) Livro manuscrito: registro de uma informação (texto, desenhos), materializado em um suporte (instrumento de escrita e papel), com conteúdo estruturado (diários, relatos etc.), em quantidade mínima de 48 laudas.
- d) Livro fotográfico: registro de uma informação (fotos), materializado em um suporte (papel ou *software* e *hardware*), com conteúdo estruturado (exposição de Sebastião Salgado) em quantidade mínima de 48 laudas.

O livro poderá assim apresentar diversas subcategorias. Por exemplo, o audiolivro é uma espécie de livro eletrônico, assim como os livros antigos, que tinham formato de tábuas, rolos, pergaminhos, podem ser classificados como manuscritos, entre diversas espécies e classificações.

Diante do exposto, e conceituado o livro, nos próximos tópicos serão abordados com maior profundidade os três elementos que compõem o livro, tal como mencionado por Martins (1957).

### **1.1.1 Elementos do Livro**

Durante a definição do objeto “livro”, mencionou-se que, para Martins (1957), um livro é caracterizado por ao menos três características: a escrita, um instrumento de utilização para a escrita e o suporte que irá materializar a escrita. Neste trabalho, tais características são denominadas elementos do livro. Essa denominação ocorre por se acreditar que elementos são mais que características. Elemento é aquilo que compõe e constitui e não apenas o que qualifica; sendo assim, justifica-se o uso de elementos do livro.

São esses elementos que, ao mudarem em razão das novas tecnologias, também alteram o livro do ponto de vista de sua usabilidade e materialização. Como poderá ser visualizado, os elementos influenciam uns aos outros. Para compreendê-los, os tópicos a seguir irão explicar cada um deles.

#### *1.1.1.1 Conteúdo estruturado*

Conforme defendido no início deste tópico, o que irá definir o livro de fato será seu conteúdo materializado. Armstrong (2008, p. 4 *apud* SERRA, 2015, p. 39)

acredita que foi a definição do livro em seu aspecto físico que gerou a dificuldade de compreensão sobre o livro eletrônico, pois, para o autor, o livro será definido pelo conteúdo, por seu texto, e não por sua forma física.

De acordo com o autor:

Um livro sem conteúdo será inútil a não ser pelo desenvolvimento de um novo conteúdo. Um livro é designado, serve a não outro propósito que transmitir conteúdo. Então, quando nós falamos de um livro, solenemente nos referimos implicitamente ao conteúdo. O aspecto puramente físico apenas é importante por permitir que a inteligência, sabedoria ou capricho de um autor possa ser transportado, de um autor/editor a uma livraria ou biblioteca e desses aos leitores. É uma interface. [...] Esse argumento estabelece que um atributo significativo do livro é o seu conteúdo [...] O conteúdo é a razão pela qual um documento físico (no caso, um livro) foi construído como canal de comunicação. (ARMSTRONG, 2008, p. 4 *apud* SERRA, 2015, p. 39-40).

O que o autor apresenta é a redução da definição do livro a basicamente o seu conteúdo, o que de certa forma é o que foi apresentado como definição do livro em sua essência. Relembrando a proposta citada anteriormente, o livro é o registro de uma informação, materializado em um suporte, com conteúdo estruturado, em quantidade mínima de 48 laudas ou 100.800 (cem mil e oitocentos) caracteres.

A definição acima trata com exclusividade do conteúdo, trazendo apenas alguns elementos que permitem diferenciar o conteúdo de um livro de um conteúdo de qualquer outro tipo de registro em determinado suporte. A autora deste trabalho acredita que, assim como Armstrong, o livro deveria ter sua definição voltada para o conteúdo, não para seu suporte, pois isso gera não apenas confusão, mas também ausência de parâmetros mais bem delimitados.

### *1.1.1.2 Suporte*

O suporte, enquanto elemento constitutivo do livro, é o objeto que materializa o registro da informação e determina a usabilidade do leitor. Na história do livro, o suporte já apresentou diversos formatos em razão dos tipos de materiais usados, até a chegada do papel.

Segundo Belo (2013), o homem sempre buscou uma forma de registrar seus conhecimentos, seus ensinamentos e, para tanto, utilizava os recursos que estivessem a sua disposição. Martins (1957) identificou esses recursos como naturais, tendo sua origem nos reinos vegetal, mineral e animal. Assim, dividiu e classificou os suportes utilizados

para registro de informação, de acordo com os reinos da natureza. Sua classificação segue sintetizada a seguir:

- a. Reino mineral: pedra, argila, mármore, metais – bronze, chumbo, ouro e prata.
- b. Reino vegetal: madeira, tablitas de madeira, folhas de palmeiras ou de oliveiras, panos, papiro, seda, papel.
- c. Reino animal: pele de animal (o pergaminho consistia em uma pele de animal – cabra, carneiro, cordeiro, ovelha) preparada para a escrita.

O suporte possuirá um formato vinculado à matéria-prima utilizada para seu registro. É com a matéria-prima que o suporte será “construído”, por isso ela é o fator predominante para a definição do tipo de formato que o suporte irá apresentar. Seria ingenuidade classificar os suportes dos livros apenas pelos reinos da natureza, afinal todo e qualquer objeto vem da natureza.

A questão do suporte gira, então, em razão do grau de aperfeiçoamento dessas matérias-primas no decurso do tempo, bem como da modelagem que elas irão tomar. Dessa forma, pode-se dizer que o suporte está relacionado à substância, a qual poderá modelar determinado formato ou não.

Para facilitar essa visualização, retoma-se à analogia do relógio. O surgimento do relógio digital se deu por uma clara evolução do mecanismo, ou seja, a forma como a hora era “calculada”. É importante observar que o relógio digital surge e vem para um novo mercado, de modo que o relógio analógico permanece. Assim, o mecanismo de “contagem” não diz respeito ao formato, que, no caso, pode ser de pulso ou de bolso, entre muitos outros.

É interessante observar que, no caso do relógio, a tecnologia ora desenvolve um novo formato – relógio de bolso, relógio de pulso – ora um novo mecanismo – relógio analógico, relógio digital. E a prevalência de um tipo ou de outro será ditado pela “moda da época”.

Mas como assim é ditado pela moda? Utilizando-se os exemplos de relógio de bolso e relógio de pulso, observa-se que, em determinado período, o relógio de bolso era o objeto mais utilizado. Após ser criado o modelo de pulso, o de bolso foi com o tempo sendo abandonado, até que surgiram os smartphones. E o smartphone seria uma espécie de relógio? Bom, como a tradução do próprio nome diz, são telefones inteligentes

e, assim, congregam mais de uma função, entre elas a marcação do tempo. Portanto, uma vez que se observa uma tendência por parte dos jovens<sup>2</sup> de dispensar o relógio de pulso por causa do uso de celulares, não seria esse um retorno dos relógios de bolso?

Esse tipo de percepção é importante para que se perceba que o relógio, em sua essência, permanece “vivo”, independentemente do formato ou da tecnologia empregada. Com o livro, não é muito diferente. O livro surge para registrar certo tipo de conhecimento, e a evolução tecnológica exerceu e ainda exerce influência sobre seu formato, sobre seu suporte, sem que, com isso, o livro perca a qualidade de livro. Reforçado esse ponto, adiante segue a classificação dos suportes de livros de acordo com a tecnologia empregada.

#### 1.1.1.2.1 Suporte manuscrito

O vocábulo “manuscrito” origina-se do latim *manus* – que significa mão – e *scriptus* – que significa escrita –, portanto manuscrito é o que é escrito a mão. Dito isso, tem-se que o suporte manuscrito, como o próprio qualificador ressalta, é aquele que tem sua fabricação pela escrita manual. Isso significa dizer que o suporte manuscrito será aquele que proporciona a possibilidade de uma escrita de próprio punho.

Sobre a temática, Belo narra o seguinte:

**Nas mais antigas civilizações do Oriente Médio e do Mediterrâneo ou na China, usaram-se outros materiais, e outros suportes para a escrita além do papiro e do pergaminho, do rolo e do códice. As tabuinhas de argila, usadas na Mesopotâmia desde o terceiro milênio antes de Cristo e encontradas pelos arqueólogos em grande número, por exemplo, em Nínive (Assíria), podem ser consideradas uma forma de livro, existentes em bibliotecas, produzidas e reproduzidas em oficinas de copistas. Os tecidos, as conchas, as cerâmicas, o marfim, as folhas de palmeiras constituíram outros suportes da escrita.** Mesmo na época medieval, quando os pergaminhos e depois o papel se impuseram como os materiais mais utilizados para receber o texto, manteve-se muito tempo o uso de escrever em tabuinhas de cera, por meio de um estilete, para anotar ou fazer listas. (BELO, 2013, p. 27; grifo nosso).

Na passagem que foi transcrita, observa-se que vários eram os tipos de suportes: papiro, pergaminho, tecidos, conchas, cerâmicas, folhas de palmeira, etc. No entanto, em uma leitura atenta, a primeira parte do trecho pode causar certa confusão.

---

<sup>2</sup> Em uma reportagem do ano de 2013, portanto antes do lançamento do Apple Watch, o atual CEO da Apple, Tim Cook, observou que jovens não usavam relógios (PCWORLD, 2013).

Quando o autor diz “[...] e outros suportes para a escrita além do papiro e do pergaminho, do rolo e do códice”, na realidade os suportes da oração são apenas o papiro e o pergaminho, pois o rolo e o códice, que o autor menciona, são formatos. Ou seja, o suporte que materializa a informação é um suporte derivado do reino vegetal (papiro) e do reino animal (pergaminho), porém o formato que cada um irá apresentar poderá ser diferente, como foi.

Compreendido que o formato do livro será influenciado diretamente pelo tipo de material que irá compô-lo, citam-se os principais formatos adotados na Antiguidade: tabuinhas, *volumen* ou rolo e *codex*. (MARTINS, 1957; BELO, 2013; CHARTIER, 1994). Sobre o formato do *volumen* ou rolo, Belo afirma:

Os rolos, chamados em latim, *volumen*, eram lidos horizontalmente, da esquerda para a direita. A sua forma pressupunha uma postura do leitor radicalmente diferente daquela que hoje nos é familiar: as duas mãos ficavam ocupadas com a tarefa de desenrolar e segurar o rolo; a porção de texto visível a cada momento da leitura era relativamente pequena e a operação de avançar ou recuar no texto não era cômoda. Questão fundamental, o rolo tornava impossível ao leitor escrever apontamentos ao mesmo tempo que lia, a não ser que a leitura fosse feita em voz alta por outra pessoa, o que era frequente. (BELO, 2013, p. 26)

À exceção do *codex*, os demais formatos não possuíam paginação, e o registro era realizado apenas no verso ou anverso. Por exemplo, o pergaminho e o papiro eram utilizados para escrita apenas em seu anverso, e, uma vez que o verso não era utilizado, eles eram enrolados a fim de constituir um *volumen* (MARTINS, 1957).

Em algum momento da história, percebeu-se que o pergaminho, que possuía um custo elevado, poderia receber a escrita também no seu verso; com isso, a ideia de enrolá-lo não parecia ser mais tão útil. Assim, surgiu o formato *codex*. (BELO, 2013).

### Formato *Codex*

O *codex* é o nome dado aos “manuscritos cujas folhas eram reunidas entre si pelo dorso e recobertas de uma capa semelhante à das encadernações modernas” (MARTINS, 1957, p. 55). Este autor (1957) descreve o *codex* como um “livro grande”, cujas folhas eram utilizadas inicialmente em seu tamanho natural, sem cortes ou dobras, e sobrepostas umas sobre as outras. O autor destaca que, em razão desse novo formato, surgiu a paginação de folhas, antes inexistente no *volumen*.

Belo (2013, p. 25) dispõe que “o códice (ou *codex*, na expressão latina) veio fazer concorrência ao suporte que os livros tinham habitualmente na Antiguidade, quando os textos eram escritos em rolos de papiro ou, mais raramente, de pergaminho”. Quando o formato do *codex* surge, uma nova cultura de leitura é estabelecida. Sobre o tema, o autor relata:

[...] quando o *codex* se generalizou e substituiu lenta, mas definitivamente o rolo, ele trouxe consigo uma nova série de hábitos intelectuais e posturas corporais. Por um lado, o corpo do leitor ficou mais livre para manusear o livro e tirar apontamentos durante a leitura. Por outro, a possibilidade de avançar ou recuar livremente, folheando o livro, passou a permitir comparações ágeis entre seções, contribuindo para o aparecimento da paginação, para a criação de índices e para o estabelecimento de comparações entre diversas partes da obra. (BELO, 2013, p. 27).

Importa observar que a mudança do formato do *volumen* para o *codex* não se deu pelo surgimento de um novo suporte, mas pelo surgimento de uma nova disposição do conteúdo sobre esse suporte. Ou seja, a partir do momento que o pergaminho e o papiro, que já eram utilizados como suportes, passaram a ser dispostos em um novo formato (no caso o *codex*), uma nova mudança se estabeleceu. Isso significa que nem sempre a mudança é um “avanço tecnológico”, ela pode significar apenas mudança de processo, que resulta em novo modelo de formato.

A compreensão da distinção entre suporte e formato é importante, porque, ainda que haja uma simbiose entre os dois elementos, trata-se de questões distintas. Com o passar do tempo, o formato de *codex* foi sendo aprimorado e seu tamanho reduzido. Destaca-se que foi o formato *codex* que permitiu a expansão do livro em larga escala, combinado ao fator da invenção da prensa, quando o livro adquire um padrão impresso.

#### 1.1.1.2.2 Suporte impresso

O formato impresso implica o uso de um suporte que utilize um mecanismo de escrita distinto do “manuscrito”. Leva esse nome não porque a fabricação do livro como um todo não seja mais manual, e sim porque, nesse formato, a escrita deixa de ser manuscrita e passa a ser executada diretamente por algum tipo de mecanismo pré-fabricado (xilografia, tábua e/ou prensa). O mecanismo que proporcionou amplitude ao suporte impresso foi a prensa.

A prensa foi criada por Johannes Gutenberg. Não há uma data precisa para sua criação. Estima-se que tenha sido inventada por volta do início do século XIV. Tratava-se de um “engenho” que continha caracteres móveis, os quais, conforme eram “montados”, exprimiam um texto, e, assim, permitia a impressão de várias páginas de uma só vez. Segundo Chartier (1994), com o surgimento do livro impresso, o *codex* é o formato herdado do livro manuscrito. Isso implica dizer que, quando o livro impresso surge, o formato de *codex* não apenas permanece, como sua propagação nos livros impressos fortalece seu estabelecimento.

Chartier (1994) destaca que o estereótipo do livro no formato *codex* já era muito bem aceito e que, para a confecção dos primeiros livros impressos, certos procedimentos adotados no livro manuscrito foram mantidos, tais como: elaboração de capa, montagem e encadernação manuais.

Há alguns autores (MCLUHAN, 1972; EISENSTEIN, 1980) que defendem que, com a popularização dos livros impressos, a cultura da oralidade, presente em livros manuscritos, deu origem à leitura silenciosa, sendo essa uma das principais mudanças culturais geradas pelo surgimento da prensa. Discorda-se, todavia, destes autores, pois dizer que houve uma grande mudança do suporte manuscrito para o impresso, seria desconsiderar o formato *codex*. Como bem destacam Chartier (1994; 2009), Belo (2013) e Saenger (1995), a prensa não alterou o formato do livro, nem seu conteúdo e nem sua forma de ler. Tais mudanças foram geradas pelo formato *codex*, tendo, portanto, surgido enquanto o livro ainda era manuscrito.

Belo (2013) relata que os primeiros livros impressos guardavam muita similaridade com os livros manuscritos, sendo difícil a sua distinção. Segundo o autor, “o desenho da letra era muito semelhante [...], era frequente que um iluminador ou copista viesse ‘acabar’ à mão o livro impresso, embelezando-o com títulos de capítulos [...] de forma muito minuciosa” (BELO, 2013, p. 28).

O suporte impresso, então, não trouxe consigo uma mudança significativa em relação ao formato. A alteração do formato se deu quando o livro ainda era manuscrito. Na verdade, o livro impresso apresenta uma possibilidade de reprodução em escala. Uma mesma página poderia ser reproduzida de forma muito mais rápida do que se copiada à mão, tornando mais ágeis a reprodução e a distribuição do livro.

Também não deve ser desprezado o fato de que o livro impresso, a partir da evolução do suporte de pergaminho e papiro para o papel, possibilitou, com o tempo, a redução do seu tamanho e propiciou, assim, sua mobilidade. Se no início os livros em formato *codex* pressupunham, predominantemente, que o leitor deveria estar sentado com o livro sobre a mesa, em razão de seu tamanho, com a sua redução, a mobilidade foi favorecida e novas metodologias de leitura passaram a ser empregadas. (MARTINS, 1957).

Do ponto de vista da produção, cabe destacar que os livros ainda “nasciam” manuscritos. Primeiro o autor escrevia seu original, de próprio punho, para depois esse escrito ser editado, impresso e publicado. Esse processo perdurou até surgirem as máquinas de escrever, quando o conteúdo passou a ser datilografado, sem o uso da escrita manual. Conseqüentemente, com a evolução tecnológica e o surgimento dos computadores e programas de edição de texto, os livros passam a ser escritos eletronicamente. É importante observar que eles “nascem” eletrônicos, mas a sua produção é impressa e sua distribuição é física, e não eletrônica. (MELLO JÚNIOR, 2016).

Assim, o que muda inicialmente com a revolução tecnológica advinda do computador são os mecanismos de produção do livro, tais como: edição, formatação, arte gráfica, entre outros. Destaca-se que, num primeiro momento, a produção e distribuição do livro não ocorriam em formato eletrônico. Esse processo veio depois e será explicado no tópico a seguir.

#### 1.1.1.2.3 Suporte eletrônico

No tópico anterior, verificou-se que o fato de a produção do livro se dar de forma eletrônica não significa que o suporte de materialização do conteúdo será um suporte eletrônico. Todavia, é de se esperar que a evolução tecnológica apresente novos conteúdos e formatos, uma vez que a matéria-prima de produção foi alterada. E assim o foi, pois, os livros eletrônicos surgiram inicialmente como audiolivros, em fitas cassete, discos de vinil, CD-ROM, entre outros tipos de mídias eletrônicas.

O suporte eletrônico foi o primeiro a chocar-se com o até então formato *codex*. O surgimento de arquivos em mídias eletrônicas passava a ser mediado por outros

dispositivos. Ao surgirem os dispositivos eletrônicos, o desmembramento dos elementos do livro ocorre pela primeira vez.

Quando o livro era apenas um único produto, seja num suporte manuscrito seja no impresso, o produto final era a união das três características do livro: suporte, instrumento de escrita e conteúdo. Para que o suporte eletrônico funcione, é necessária a combinação de dois elementos: um dispositivo que armazena o conteúdo e um dispositivo de leitura. Portanto, o produto que antes se mostrava indivisível agora não é mais. Essa ruptura, de acordo com Macedo (2013), marca uma nova visão sobre o estudo da história do livro, bem como apresenta uma infinidade de novas possibilidades, com impactos até mesmo culturais.

A chegada dos livros eletrônicos trouxe consigo um sentimento de que o livro impresso iria “morrer”. Já ao final da década de 1990, vários autores noticiavam que o computador somado à internet colocava em risco a sobrevivência de livros e bibliotecas. Em contrapartida, surge um movimento contrário que passa a defender a perpetuidade do livro impresso. Há no senso comum uma preocupação com o fim do livro, como se esse fosse apenas o seu suporte. (MARTINS, 1957)

Belo (2013) relembra que essa perspectiva e inquietude com o futuro do livro não são um fenômeno novo. O autor destaca que “o sentimento de que o livro estava ameaçado apareceu pela primeira vez, na segunda metade do século XIX, quando por razões econômicas, culturais e tecnológicas, a leitura dos jornais se popularizou [...]” (BELO, 2013, p. 20). Para comprovar essa afirmação, o autor cita uma obra portuguesa publicada em 1858, dos autores Silva e Aranha, os quais, em sua introdução, ao se referirem a sua época, diziam que, por muitas vezes, ouvia-se dizer “que o jornal matou o livro” (SILVA; ARANHA, 2001/1858, vol. I, p. VII *apud* BELO, 2013, p. 20).

No caso apresentado pelo historiador, o surgimento de uma nova tecnologia apresentou um tipo diferente de comunicação de informação: o jornal. Apesar daquele novo formato de registro do conhecimento, que, por sua popularização e alcance das massas, “ameaçava” o livro, hoje, em pleno século XXI, o livro ainda permanece. Isso demonstra que não necessariamente um novo modelo de comunicação e registro significará o fim de outro.

A fala do autor é importante, pois permite observar que a preocupação com o “fim do livro” não é recente. Todavia, o exemplo apontado não necessariamente serve de

parâmetro para justificar que o livro eletrônico não irá, em algum “futuro não tão distante”, extinguir o livro no formato impresso.

Essa é uma questão delicada, que vem sendo amplamente discutida na literatura<sup>3</sup> e na academia, e não é intuito desta pesquisa argumentar ou defender qualquer posicionamento. É importante, porém, observar o que está sendo posto em xeque ao se questionar o fim do livro impresso, ou seja, não se trata da extinção do livro em si, enquanto gênero, e sim do livro enquanto espécie, no caso a espécie “livro impresso”. Portanto, não é uma ideia absurda, visto que, ao longo da história do livro, certos formatos foram substituindo os outros. Apesar de tal ponto, o livro no formato *codex* tem se perpetuado ao longo de mais de dois milênios, demonstrando seu tradicionalismo e resistência ao tempo.

Deixando de lado a ideia de que o suporte eletrônico surgiu para “aposentar” o suporte impresso, há que se mencionar que têm surgido na literatura diversas nomenclaturas e definições, que ora se diferenciam, ora se confundem, quanto aos livros eletrônicos, livros digitais e livros virtuais. E afinal o que vem a ser cada um deles?

Como mencionado, este trabalho apresenta uma classificação dos elementos dos livros com base em sua tecnologia; dessa forma, os tipos de suportes eletrônicos receberão o mesmo tratamento. O dispositivo eletrônico pode ser de dois tipos: analógico ou digital. Para Lorenzi (2016) e para Franco (2011), o que diferenciará a tecnologia analógica da digital será o formato de armazenamento, enquanto a tecnologia virtual está relacionada ao formato de acesso.

### Analógico

Segundo Franco (2011), no meio analógico, as informações “são armazenadas em um suporte físico e registradas em correspondência com o real”. São exemplos de suportes de informações analógicos: o videocassete, o disco de vinil e a fita cassete. E foram criados livros em formato analógico? Há livros gravados em vinil ou em fita cassete? Sim, há. Um exemplo disso são os audiolivros lançados na década de 1990

---

<sup>3</sup> Em uma busca rápida na *Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação* (BRAPCI) e no Portal de Periódicos da Capes, por termos “fim do livro impresso” e outros sinônimos, foram recuperados mais de mil documentos. Se a busca for feita no *site* de busca Google, a recuperação chega a mais de 100.000 documentos. Há um índice de revocação, que não deve ser desprezado, porém é um tema popularmente e mesmo academicamente bastante discutido.

por Silvio Santos, os quais apresentavam histórias infantis gravadas em discos de vinil (Figura 1).

A tecnologia analógica marca o início do surgimento dos aparelhos eletrônicos, bem como a criação do *Digital Right Managements* (DRM), que, em tradução para o português, significa Gerenciamento de Direitos Digitais. Apesar de ainda não “digitais” no sentido intrínseco da palavra, com o surgimento dos aparelhos eletrônicos analógicos, foram criados mecanismos tecnológicos que visavam combater e dificultar a cópia.

Criada já na década de 1970 para barrar a pirataria de fitas e videocassetes, a tecnologia DRM foi desenvolvida com base na ideia de proteção dos direitos autorais. Foi o primeiro suporte de livro a apresentar em si um mecanismo de proteção contra a reprodução não autorizada. (BOSI, 2006).

**Figura 1.** Coleção em LP - Histórias infantis narrada por Silvio Santos



Fonte: Google Imagens.

## Digital

A tecnologia digital é a evolução da analógica e se diferencia desta em razão da transformação dos dados reais em dados binários (*bits*). Segundo Oliveira ([201?], p. 6),

a informação é gravada em sequências de 0 ou 1, os quais representam os pulsos elétricos armazenados e não a imagem correspondente no real. [...] o digital não encontra nenhuma correspondência análoga, com o conteúdo da informação armazenada e, por isso, necessita sempre de um suporte eletrônico para ser visualizado.

De acordo com Serra (2015), o primeiro dispositivo eletrônico para leitura foi desenvolvido por Alan Kay, em 1968. O *Dynabook* foi concebido para o uso de estudantes e crianças, visando ao acesso de livros de pesquisa e demais materiais de estudo, por meio de um dispositivo portátil.

Os seguintes suportes são exemplos de informação digital: CD-ROM, *pendrive*, arquivos digitais das mais diversas extensões (PDF, DOC, TXT, ePub, etc.) e demais dispositivos desenvolvidos para leitura (Kindle, Kobo, etc.). Esses suportes são criados por *softwares* e passíveis de leitura em outros dispositivos eletrônicos compatíveis. Ou seja, o suporte de leitura (*hardware*) será diferente do suporte do conteúdo (*software*). Por exemplo, quando o usuário adquire um arquivo digital em formato ePub, ainda que ele tenha a sua disposição um computador, ele precisará ter instalado nesse computador o programa que permite a leitura de um arquivo nesse formato. A compreensão dessa “ruptura” entre os elementos do livro, que antes eram “um só”, é essencial para a percepção do Capítulo 4, que irá tratar sobre a propriedade do livro.

É ainda interessante observar que, num primeiro momento, os suportes eletrônicos relembram os primeiros formatos dos suportes manuscritos, em especial, o rolo. O livro eletrônico, que está disposto na tela, possui dispositivo de rolagem, tal como os livros em rolo, mas sem apresentar alguns aspectos negativos, como a necessidade de leitura com o uso de duas mãos, a dificuldade de busca no texto, entre outros. Além disso, sua evolução vem mostrando similaridade com o formato *codex*, na busca por imitar seus elementos, tais como: portabilidade, simulação do movimento de passar as folhas, etc.

### Virtual

Macedo (2013) aborda questões relacionadas à virtualização do livro, como a ausência de materialidade ou, ainda, como a simulação de algo real, porém no mundo virtual, ou seja, no mundo *online*. À medida que se compreende que o suporte digital é um dispositivo que permite o armazenamento de informação em um modelo binário, os conceitos de virtual e digital podem se confundir. Assim, alguns autores, como Hawkins (2000), Lynch (1999), Morgan (1999), Cunha e Cavalcanti (2008), entendem que ambos sejam sinônimos.

Para este trabalho, adota-se a definição de que o livro virtual é um livro digital, porém nem todo livro digital será também virtual. A ideia é concentrar o virtual

no formato de acesso ao livro, sendo assim um livro somente será considerado virtual se acessado por meio da internet. (MACEDO, 2013). Se um livro digital pode ser acessado diretamente por um dispositivo eletrônico sem acesso a internet, entender-se-á que este pode ser classificado apenas como um suporte digital.

Mediante o exposto, conclui-se que o suporte manuscrito é aquele no qual o registro ocorre de forma manual, ou seja, pela escrita. Se o registro for realizado por meio do uso de prensas ou impressoras, o suporte será impresso. Por sua vez, quando seu registro implicar o surgimento de um suporte de registro e um suporte para leitura, será eletrônico.

Destaca-se ainda que pode haver três espécies de suporte eletrônico: o suporte eletrônico analógico, o suporte eletrônico digital e o suporte eletrônico digital de acesso virtual. O suporte eletrônico analógico foi amplamente substituído pelo digital e encontra-se obsoleto. O suporte eletrônico mais comum é o suporte eletrônico digital, razão pela qual vários autores tratam o livro digital e o livro eletrônico como exatamente a mesma coisa. No entanto, conceituar o livro digital como livro eletrônico seria desconsiderar o analógico como um livro eletrônico.

Uma vez que, na maioria das situações, é o suporte que qualifica ou identifica o tipo de livro, quando se fala em livro eletrônico, tanto o digital quanto o virtual estão englobados no conceito. Sendo assim, o termo “livro eletrônico” é utilizado amplamente neste trabalho, nas referências a qualquer um desses dois tipos de suporte.

Cabe por fim destacar que o suporte eletrônico pode apresentar um número ainda maior de formatos quando comparado ao suporte manuscrito. Tais formatos serão tratados com maior profundidade no próximo tópico, que versa sobre o segundo elemento do livro: os instrumentos de escrita.

### *1.1.1.3 Instrumento de gravação do conteúdo*

De acordo com Martins (1957), os instrumentos de escrita variam de acordo com o suporte de registro, ou seja, a matéria-prima empregada. Como já foi extensamente abordado nos tópicos anteriores, o suporte será uma consequência do tipo de material utilizado para o registro da informação. No caso dos instrumentos de escrita, a mesma simbiose ocorre, de forma que, de acordo com o tipo de suporte utilizado, a escolha do material irá variar. Para abordar os diferentes tipos de materialização da escrita no

suporte, foi escolhida uma divisão, com base nos três grandes grupos de livros: os manuscritos, os impressos e os eletrônicos.

#### 1.1.1.3.1 Livro manuscrito

O livro manuscrito a rigor será aquele escrito à mão, seja qual for o instrumento auxiliar e a matéria que receba o registro. No caso dos elementos de materialização do conteúdo, Martins (1957) enumera alguns, tais como:

- a) Cinzel: utilizado pelos caldeus para gravar as tablitas de argila.
- b) *Graphium* ou *stylus*: utilizado pelos romanos nas tabuinhas enceradas.
- c) Haste de metal ou osso: utilizado tal como um estilete sobre tabuinhas.
- d) Caniço ou cálamo: precursor da pena, era utilizado para escrita sobre papiro ou pergaminho. Com a ponta carregada de tinta, era possível escrever e, com a parte achatada, era possível “apagar” a escrita.
- e) Pena de pato: precursora das penas de ferro ou bronze, era utilizada sobre o papel.
- f) Lápis: surgiu por volta do século XV para ser utilizado sobre o papel.
- g) Caneta tinteiro: invenção do século XVIII também para ser utilizada sobre o papel.

O rol de instrumentos de escrita apresentado anteriormente apenas exemplifica, não sendo um rol exaustivo. A ideia é observar que, conforme os suportes de registro iam evoluindo, os seus instrumentos também iam acompanhando se modificando.

#### 1.1.1.3.2 Livro impresso

A imprensa é um mecanismo rápido e ilimitado de reprodução da palavra escrita (do texto), que pode se dar de forma manual, porém não manuscrita. Martins (1957) destaca que a história da impressão data do ano 200, quando as impressões em xilografia iniciaram. Entretanto, por uma ausência de comprovação material histórica de documentos, alguns historiadores consideram apenas o ano 900.

Existe uma diferença entre a impressão de textos e a impressão de letras, monogramas ou palavras curtas pequenas. Esta última se refere à tipografia, enquanto o

texto se refere à impressão de fato. Como o foco desta pesquisa é o objeto “livro”, será dado destaque apenas aos elementos que contribuíram para sua criação ou evolução, em detrimento de alguns outros componentes que fazem parte da evolução da história da impressão.

O livro impresso costuma ser associado ao surgimento da prensa de impressão de Gutenberg, mas há duas invenções anteriores que já permitiam a impressão: a xilografia e as impressões tabulares. (MARTINS, 1957).

1. Xilografia é a arte de esculpir caracteres ou imagens em madeira para impressão. O livro elaborado em xilografia mais antigo existente data do ano 932 e foi fabricado na China. Não se sabe ao certo quando a prática foi instituída, não havendo uma definição histórica bem delimitada. Na prática, o texto era esculpido em madeira, e funcionava como um carimbo sobre o papel. (MARTINS, 1957)
2. Impressão tabular: era a impressão feita em tábuas com pregos em tabuinhas, ao estilo xilográfico. A impressão era realizada “à pasta”, um processo alemão, no qual se colocava sobre o papel uma pasta mole, que possuía um endurecimento rápido. Sobre ela se sobrepunha a placa metálica que se desejava reproduzir, gravada e untada com tinta preta. Há registros de livros tabulares na Holanda que datam do século XV. (MARTINS, 1957).
3. Prensa ou imprensa: consistia na composição de caracteres móveis para edição de texto, que, conforme iam se compondo, a página era montada. Cabe destacar que os caracteres móveis já existiam desde o século XI. De fato, a invenção de Gutenberg trouxe a união desses caracteres de forma a compor um texto em uma página, a fim de permitir alterações posteriores, ou seja, os caracteres não eram fixos, como nas impressões anteriores. (MARTINS, 1957).

Sobre como se dava a produção do livro impresso em meados do século XVII, Belo (2013) traz a seguinte descrição:

Uma vez terminada a primeira versão do manuscrito, eu encarregava um copista de passá-lo a limpo, sempre com pena de ganso, mas em letra bem legível. Depois disso, o texto era submetido a uma censura prévia, feita por letrados a serviço de poderes civis ou eclesiásticos. A leitura e a aprovação do texto pelos vários censores demorariam alguns meses. Uma vez autorizado,

com as emendas e os cortes definidos pelos censores, o manuscrito definitivo ia para uma oficina de tipografia. Aí um compositor fazia as operações manuais necessárias para transcrever o texto do manuscrito para letra de imprensa, usando caracteres móveis feitos em metal. Letra a à letra, ele fazia uma linha de texto, depois outra, até formar uma página dentro de um recipiente de madeira chamado galé. Quando acabasse a composição de diversas páginas como aquela, elas seriam bem-arrumadas e fixadas dentro de uma fôrma com o tamanho de uma folha de imprensa. Dois impressores ocupavam-se então do trabalho do prelo. Um deles passaria tinta negra sobre as páginas de caracteres, colocando-lhes depois por cima uma folha em branco. A fôrma era colocada em seguida debaixo de um prato horizontal, a platina. Nesse momento, o outro impressor acionava uma barra de madeira que, por meio de uma rosca, pressionaria duas vezes a platina contra a fôrma. O texto saía impresso na folha. Seca a tinta, era o mestre impressor, dono da oficina, que voltava a confrontar as páginas impressas com o original manuscrito, para verificar os erros tipográficos. Terminada a correção das provas de uma primeira folha, passava-se à sua impressão definitiva. Liberava-se a fôrma e recomeçava o processo de colocar os caracteres na fôrma para uma nova folha. Com os impressores trabalhando arduamente, umas catorze horas por dia, um texto [...] contendo cerca de 180 mil caracteres, estaria, possivelmente, todo reproduzido em uma ou duas semanas. As folhas do livro, impressas dos dois lados, eram então dobradas e cortadas, dando origem a cadernos formados de páginas, as mesmas que o compositor tinha preparado previamente com caracteres metálicos. Mas ainda era necessário que o texto impresso voltasse a ser visto pelos censores [...] só depois os cadernos podiam ser costurados entre si e encadernados, provavelmente com uma capa em couro. Se o livro fosse enviado para algum ponto distante do local de impressão, viajando pela Europa ou em direção à América, talvez a encadernação só se fizesse no local de destino, pois o peso dos livros onerava o transporte. Nesse caso o leitor demoraria ainda várias semanas ou mesmo meses até poder, enfim, começar a lê-lo. (BELO, 2013, p. 13).

Embora o livro impresso tenha se popularizado com o uso do papel, atualmente é possível ver livros impressos em plástico e tecido, além de outros materiais. São livros que podem ter finalidades ou públicos diversos, e, apesar de uma produção relativamente diferente, seguem o mesmo princípio de impressão.

Com o passar dos anos e com os avanços tecnológicos, novas formas de impressão foram surgindo. Técnicas como a litografia, para uso de impressão de imagens, foram se aprimorando de modo a impactar e enriquecer os livros impressos. No presente século, a impressão digital é tão utilizada quanto a tradicional impressão *off set*, na qual ainda são utilizadas as chapas de impressão. Por sua vez, na impressão digital, a imagem contendo qualquer tipo de conteúdo é impressa diretamente sobre o papel. (EPSTEIN, 2002).

Antes da chegada dos computadores e das impressoras digitais, não era possível editar textos nos computadores, os originais dos livros eram manuscritos ou datilografados e o processo de ilustração também era manual. Enquanto a produção era realizada dessa forma, a impressão era feita por meio da criação de chapas editoriais.

Quando a produção passou para a era digital, o instrumento de escrita passou a ser os computadores e seus programas de edição de texto.

Sobre o tema, merece destaque a afirmação de Serra:

A prensa de Gutenberg sofreu alterações desde sua invenção, aprimorando seu funcionamento. Os avanços tecnológicos permitiram a aplicação de novos recursos como impressão a cores, ilustrações, fontes, formatos diferentes, etc. Segundo Barbier (2008, p. 450), as inovações tecnológicas alteraram a produção dos livros, primeiramente com a substituição das fontes tipográficas pelas reproduções fotográficas, na década de 1970. Neste período, quando a informática influenciou a cadeia gráfica, os caracteres fotografados foram transformados em pixels e armazenados em memórias, substituindo definitivamente o chumbo dos tipos gráficos pela lógica binária, integrando imagens e textos. (SERRA, 2015, p. 30).

Mediante o exposto, conclui-se que a prensa é uma forma de produção e reprodução de conteúdos. Com o tempo, o processo foi evoluindo e, com a chegada das impressoras digitais, passou a ser um mecanismo apenas de reprodução. Dessa forma, a produção ficava a cargo dos programas de computadores, logo o instrumento de produção da escrita deixou de ser o manuscrito e/ou datilografado, e o programa de edição de texto passou a ser utilizado para a elaboração daquele original.

#### 1.1.1.3.3 Livro eletrônico

O instrumento de escrita do livro eletrônico será o *software*, o programa de computador que realiza a edição do conteúdo. Será na confecção do livro eletrônico que o seu formato será ditado, podendo ser desde um simples arquivo salvo em formato PDF, a um livro de formato expandido.

É interessante observar que o livro eletrônico possuirá um dispositivo (*hardware*) e um programa (*software*) de leitura. Esses são os recursos mínimos que o usuário deverá possuir para realizar a leitura. Sobre isso, Serra afirma que:

Diversos formatos e ferramentas podem ser utilizados para a construção do livro digital, indo do PDF, que fixa o layout de uma publicação, até o ePUB ou HTML5, com características responsivas, acessados em aplicações web. Todos são exemplos de livros digitais e o emprego de uma ou outra ferramenta definirá os recursos disponibilizados ao leitor. Os livros digitais dependem de hardware e software para que sejam utilizados (SERRA, 2015). O hardware pode ser um computador, um dispositivo de leitura dedicado ou convergente (NOGUEIRA, 2013) ou um smartphone. O software é a plataforma em que ocorrerá a leitura (SHEEHAN, 2013), a interface que o leitor utiliza para ter acesso ao conteúdo. (SERRA, 2018, p. 114-115).

A fala da autora é esclarecedora. Contudo, o *software* não deveria ser vinculado apenas a uma plataforma de leitura, pois ele também poderá ser uma plataforma produtora de conteúdo. Por isso, cabe destacar que o *software* produtor guardará alguma conexão com o *software* leitor, ainda que sejam distintos. Por exemplo, um texto pode ser criado no programa editor da Microsoft (Word), salvo em um tipo de arquivo universal (extensão PDF) e lido tanto pelo programa Acrobat Reader, quanto pelo Foxit. O mesmo caso vale para livros que foram criados em formatos ePub, AZW ou Mobi. (COSTA, 2015).

É imprescindível compreender esse fato, pois o *software* produtor ou leitor poderá ser de modelo proprietário ou modelo livre. O modelo proprietário diz respeito ao *software*, que possui restrições de uso ou acesso, isto é, para utilizá-lo ou acessá-lo o usuário ou produtor precisará ao menos de uma licença de uso. (COSTA, 2015). O Acrobat Reader, por exemplo, é um *software* proprietário que permite ao usuário algumas ferramentas gratuitas, como a leitura, e outras ferramentas pagas, como a criação de documentos.

Há ainda algumas outras questões que envolvem os modelos proprietários, as quais estão relacionadas ao registro do conteúdo. Um livro produzido no formato Mobi somente é passível de leitura em dispositivos ou aplicativos Kindle, que é um modelo proprietário da Amazon. De igual modo, ocorre com os conteúdos produzidos para iBooks, da empresa Apple. (COSTA, 2015).

Sobre o formato de registro e de leitura, Serra (2018, p. 115) afirma que “o livro digital poderá ser aberto ou licenciado, quando é aberto, a leitura ocorre no formato em que foi desenvolvido, normalmente em plataforma gratuita. Seu acesso é franqueado e dispensa tratativas comerciais ou autorizações de uso.” Discorda-se em parte do que a autora expõe, porque não necessariamente a leitura irá ocorrer no formato em que o livro foi desenvolvido.

Conforme já foi explicado, um livro poderá ser criado no editor Word (modelo proprietário, com plataforma não gratuita) e salvo em um modelo não proprietário, tal como o PDF. Outro fato que também merece certa relevância é a produção de livros eletrônicos por meio da digitalização. Os livros eletrônicos podem ser criados a partir da digitalização de conteúdos, que poderá dar origem a diversos outros formatos de arquivos eletrônicos.

Sobre os formatos de arquivos eletrônicos, citam-se alguns que são comumente usados para a criação de livros eletrônicos:

- Formatos abertos:
  - a. PDF
  - b. TXT
  - c. HTML
  - d. ePub
- Formatos proprietários:
  - a. AZW
  - b. iOS
  - c. Mobi

Ainda a respeito da natureza dos livros eletrônicos, Serra (2015, p. 50) classificou-os de acordo com a forma pela qual eles são elaborados (forma de registro do conteúdo) e apresentados (forma de visualização/acesso do conteúdo). Para a autora (2015, p. 50), os livros poderão ser de natureza estática, dinâmica ou expandida, conforme descrito a seguir:

- a) Estático: cópias fiéis dos livros impressos, ocorrendo apenas alteração do formato, não considerando se as páginas foram capturadas por meio de digitalização ou se a obra nasceu em linguagem eletrônica ou digital;
- b) Dinâmico: o conteúdo do livro é diferente da versão impressa, com alterações ou atualizações ocorrendo de forma automática, sem o lançamento de uma nova edição, podendo contar também com recursos da Web;
- c) Expandido: o conteúdo da versão conta com recursos multimídia, de interação, etc.

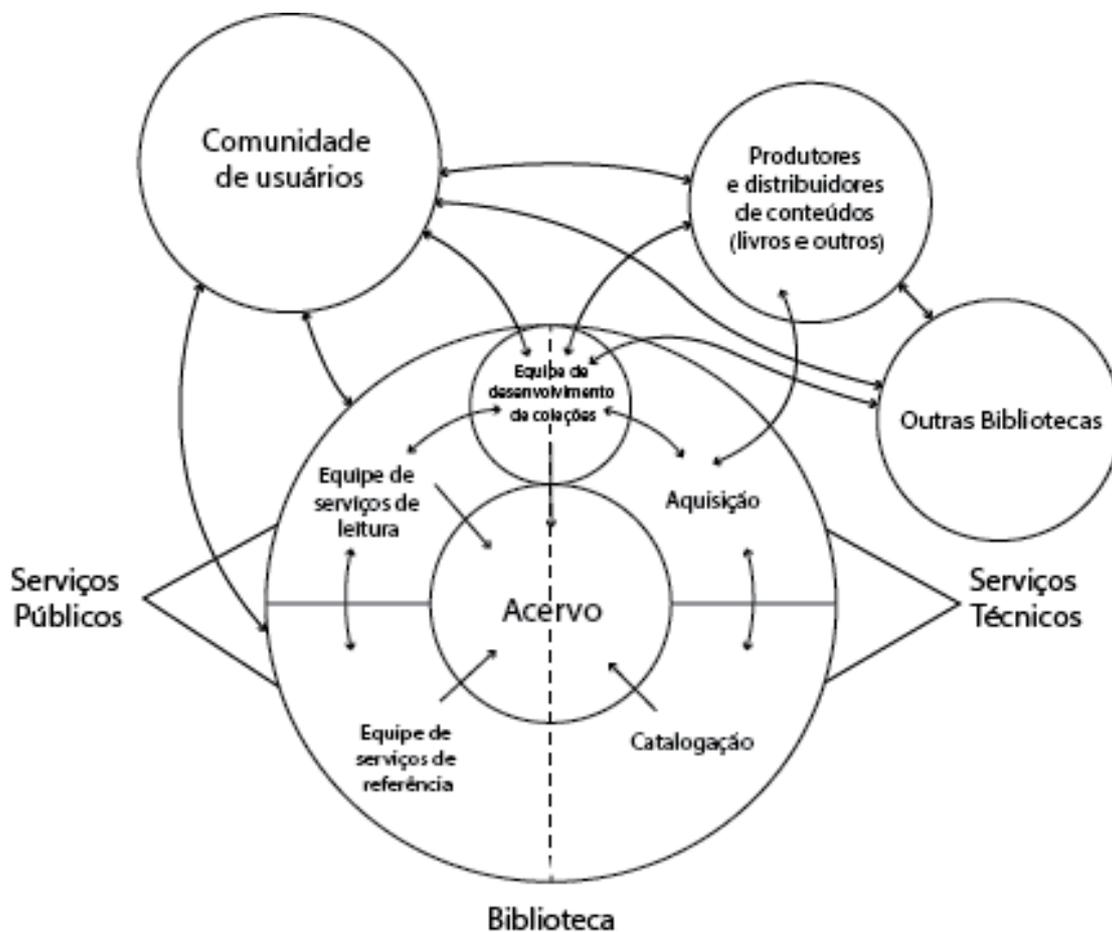
Mediante o exposto, verifica-se que o registro de conteúdo voltado para livros eletrônicos é mais complexo e demanda alguns conhecimentos técnicos e mesmo multidisciplinares.

## 1.2 PROBLEMA

Evans (1979), ao abordar os fatores que influenciam o processo de desenvolvimento de coleções, mais especificamente o setor de seleção e aquisição, identifica o comércio dos livros como, sem dúvidas, um dos fatores principais.

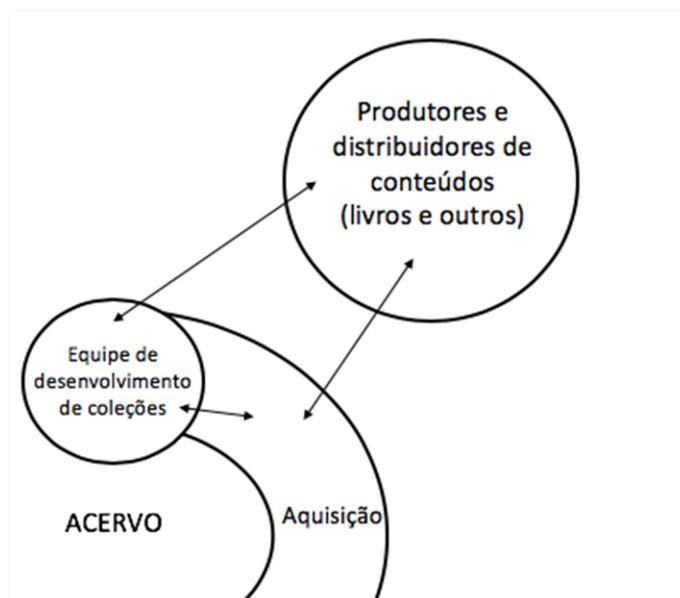
Segundo o mesmo autor, haveria sempre uma relação entre a biblioteca e o mercado, e essa relação implicaria novos impactos sobre outros atores internos e externos. A visualização dessas relações pode ser observada na Figura 2.

**Figura 2.** Relacionamento entre fornecedores de livros, bibliotecas e usuários



Fonte: Evans (1979, p. 9; tradução nossa).

A Figura 2 apresenta as diversas interações que ocorrem entre os atores “internos” da biblioteca e os atores “externos” a ela. As interações podem ser as mais diversas, porém a este trabalho coube investigar as alterações que decorreram dos novos modelos de negócios, ou seja, aquelas interações que envolvem a biblioteca, os produtores e os distribuidores de conteúdo. Posto isso, para delimitação da área de investigação, observou-se a necessidade de um recorte da Figura 1. Vejamos a questão a ser estudada na Figura 2.

**Figura 3.** Delimitação da área de estudo

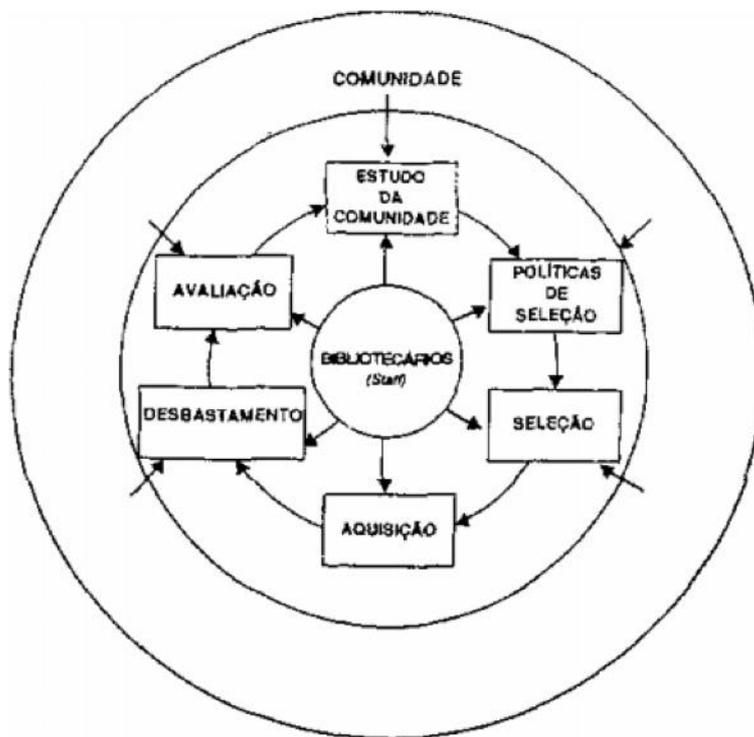
Fonte: Evans (1979, p. 9) com adaptações

A Figura 3 apresenta ao menos dois atores: os profissionais que atuam nas bibliotecas (geralmente os bibliotecários) e os agentes da indústria do conteúdo. Como pode ser observado, tanto a “aquisição” exerce influência sobre a “indústria do conteúdo”, como o contrário também se mostra verdadeiro, ou seja, há uma influência recíproca. Isso significa dizer que ambos os atores são importantes no processo.

Ademais, cabe destacar que a coleção da biblioteca é desenvolvida com base em “n” variáveis. Portanto, a aquisição e a catalogação não são as únicas a exercerem impacto sobre a coleção, há outros fatores de influência que não foram considerados por esta pesquisa. Todavia, uma vez que ambas influenciam diretamente, justifica-se que, durante a investigação, algumas questões envolvendo as duas áreas tenham sido analisadas.

Na visão de Evans, o processo de formação e desenvolvimento de coleções apresenta seis passos cíclicos: estudo da comunidade, políticas de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação. As mudanças nos formatos de negociação implicam impactos inicialmente nas políticas de seleção e, em se tratando de um processo cíclico, atinge todo o desenvolvimento, conforme se pode observar na Figura 4.

**Figura 4.** Processo de formação e desenvolvimento de acervo



Fonte: Evans (1979, p. 20)

Apresentado em 1979, o modelo de Evans foi desenvolvido com base no formato de negócios “compra”, que pressupunha o domínio e o controle do suporte da informação. Ou seja, os materiais eram selecionados e adquiridos, de modo que o suporte da informação era tratado e posteriormente disponibilizado pela biblioteca.

Ocorre que o mercado de livros eletrônicos apresenta variados modelos de negócios, os quais podem ser de ordem proprietária (aquisição) ou de ordem de provisão (acesso). É com base nesse cenário que esta pesquisa se fundamenta.

Conforme o exposto, com o livro eletrônico emerge um novo cenário e, com ele, surgem várias questões. Perguntas como: quais são os modelos de negócios que estão disponíveis? As empresas que atuam no Brasil disponibilizam os modelos que a literatura aponta? Que empresas comercializam livros eletrônicos para as bibliotecas? É possível comprar livros eletrônicos? Qualquer pessoa poderá ter acesso ao livro eletrônico? O *software* de automação da biblioteca permite o gerenciamento de livros eletrônicos? Como funciona a disponibilização dos livros para os usuários da biblioteca?

Diante de tais indagações, chegou-se à questão de pesquisa, que foi sintetizada na pergunta: Os modelos de negócios desenvolvidos para a comercialização dos livros eletrônicos permitem o desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias?

### 1.3 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar como as bibliotecas universitárias estão desenvolvendo suas coleções com livros eletrônicos que demandam pagamento para sua aquisição.

E os objetivos específicos deste trabalho foram os seguintes:

1. Identificar o(s) modelo(s) de negócios dos livros eletrônicos que foi (foram) adotado(s) pelas bibliotecas universitárias do Distrito Federal.
2. Identificar os agentes de negócios que comercializam livros eletrônicos para as bibliotecas universitárias do Distrito Federal.
3. Identificar, dentre os modelos de negócios apontados na revisão de literatura, quais foram adotados para comercialização pelos fornecedores.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura está estruturada em três tópicos e seus respectivos subtópicos. O primeiro tópico tem por objetivo estudar os elementos do livro à luz da subdivisão apresentada por Martins (1957), em conteúdo, suporte e instrumento de materialização do conteúdo.

Com o reconhecimento de que a biblioteca é uma instituição que surgiu inicialmente para a guarda dos livros e, posteriormente, para sua disseminação, o segundo tópico abordará sobre o desenvolvimento de coleções. A compreensão rasa, porém, ampla de como funciona o processo de desenvolvimento de coleções é importante não apenas para a análise dos dados da pesquisa, como também para preparar o leitor para a percepção dos modelos de negócios que surgiram para a comercialização dos livros eletrônicos.

O tópico final apresentará uma visão jurídica tanto do livro quanto dos modelos de negócios de livros, divididos e classificados à luz dos negócios jurídicos. Trata-se de uma classificação análoga aos institutos do Direito, porém, inédita na literatura acadêmica da área da ciência da informação.

De acordo com Martins (2002) as bibliotecas surgem na Idade Média como “instituições” privadas e com a finalidade de armazenar os livros da época, portanto, como um depósito para livros. Santos (2012) aponta que a Biblioteca de Nínive foi a primeira biblioteca da antiguidade a ter sua coleção catalogada e indexada. Ainda segundo o autor o “acervo da biblioteca era documentado em blocos de argila cozida e escrita em caráter cuneiformes” (SANTOS, 2012, p. 177).

Alguns historiadores (BATLES, 2003; MARTINS, 2002; SOUZA, 2005) abordaram toda a origem e a evolução das bibliotecas. Com suporte nestas obras, pode-se afirmar que as bibliotecas surgiram inicialmente apenas com a finalidade de armazenar os livros, sem qualquer intuito de compartilhar e disseminar a informação. E, consoante, foram surgindo instituições que necessitavam recuperar e consultar determinadas informações. Assim novas funções foram agregadas as bibliotecas. Martins (2002) destaca as bibliotecas universitárias, que surgiram já bem no final do século XIII como uma forma de servir as instituições universitárias. Sendo assim, não se tratava mais apenas de armazenar os livros, mas também de torná-los acessíveis àqueles que necessitavam pesquisar e estudar.

No mesmo sentido Vergueiro (2017) dispõe que

as bibliotecas surgiram para organizar e preservar para a posteridade o conhecimento registrado nos diversos suportes [...] Aos poucos no entanto, **essa função de preservação da informação como motivo único para a existência das bibliotecas passou a ser o objetivo precípua apenas de bibliotecas nacionais, e outros modelos de unidades de informação surgiram**, como as bibliotecas escolares, as universitárias, as especializadas, as populares, as comunitárias etc., **que tinham como motivação o acesso e consequente usufruto da informação.** (idem, 2017, spn; grifo nosso)

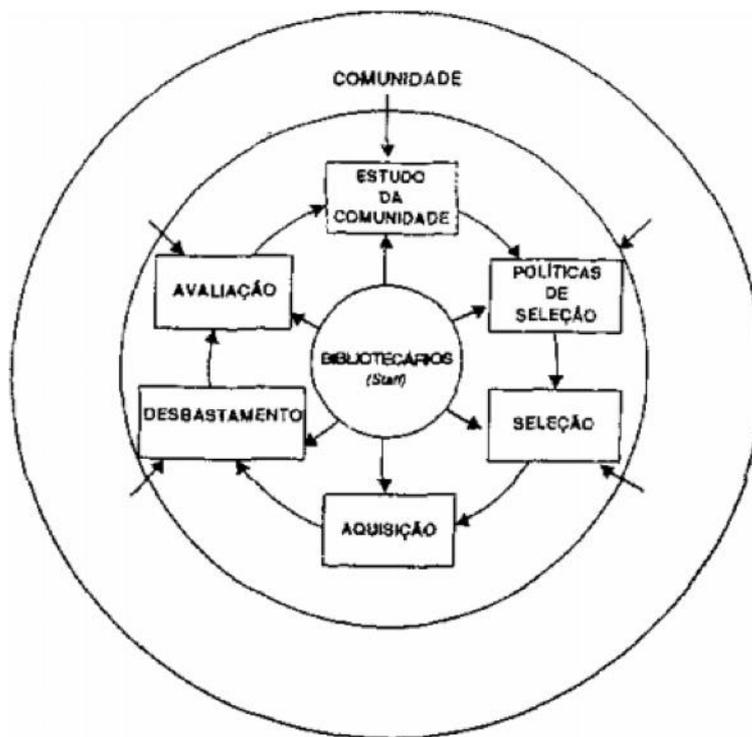
A fala de Vergueiro é importante do ponto de vista da evolução da finalidade de uma biblioteca. Se por um lado ela iniciou tendo por fim principal o armazenamento da informação, sua finalidade principal foi mudando e passou a ser a de disponibilizar o conteúdo a seus usuários. Uma indagação caberia aqui: não seria a guarda do conteúdo a razão que permite as bibliotecas a disponibilização ao acesso à informação a seus usuários? É possível que sem a guarda do conteúdo as bibliotecas continuem aptas para cumprir a sua finalidade de provedoras da informação?

As questões levantadas serão respondidas ao longo do trabalho e relacionam-se diretamente com o problema da pesquisa. No tópico 2.1 (Desenvolvimento de Coleções) buscar-se-á ter uma compreensão mínima de como funciona o processo de desenvolvimento de coleções, que é uma das principais atividades relacionadas ao armazenamento do conteúdo para posterior disponibilização.

## 2.1 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Segundo Evans (1979), o desenvolvimento de coleções compreende seis passos cíclicos. São eles: o estudo da comunidade, as políticas de seleção, a seleção, a aquisição, o desbastamento e a avaliação. Para visualizar e relembrar o processo, retoma-se a Figura 5.

**Figura 5.** Processo de formação e desenvolvimento de acervo



Fonte: Evans (1979, p. 20).

Sobre o assunto, Vergueiro (1989, p. 15) comenta:

[...] trata-se de um processo que, ao mesmo tempo, afeta e é afetado por muitos fatores externos a ele. E, como processo, é, também, ininterrupto, sem que se possa indicar um começo ou fim. Não é algo que começa hoje e tem um prazo estipulado para seu término. Nem é, tampouco, um processo homogêneo, idêntico em toda biblioteca. O tipo de biblioteca, os objetivos específicos que cada uma delas busca atingir, a comunidade específica a ser atendida, influem grandemente nas atividades do desenvolvimento de coleções [...]

Cada biblioteca poderá ter desenvolvido seu fluxo de processos de forma distinta, porém, como ressalta Weitzel (2013), o desenvolvimento de coleções em bibliotecas tradicionais baseou-se principalmente no modelo apresentado por Evans, o qual foi difundido no Brasil por vários estudos publicados por Vergueiro. Em razão dessa característica, e considerando que esta pesquisa está voltada para os modelos de negócios de livros em bibliotecas universitárias, neste tópico serão abordados quatro itens do desenvolvimento de coleções: a comunidade, a política de seleção e seleção, a aquisição e o desbastamento.

O estudo da comunidade diz respeito ao público que a biblioteca irá atender, portanto diretamente está relacionada ao tipo de biblioteca (pública, especializada, escolar, universitária, etc.). Este estudo é voltado para as bibliotecas universitárias, logo importa conhecer um pouco desse universo, o qual será descrito a seguir.

### **2.1.1 Estudo da comunidade: bibliotecas universitárias**

O estudo da comunidade compreende descobrir quem é o público-alvo daquela biblioteca, a quem a ela busca servir. No caso das bibliotecas universitárias, esse público é constituído pelo corpo docente e discente, e eventualmente pelos funcionários. Vergueiro define da seguinte forma o papel e as funções das bibliotecas universitárias:

Bibliotecas universitárias devem atender aos objetivos da universidade, a saber, o ensino, a pesquisa e a extensão à comunidade. Isto vai exigir, quase que necessariamente, uma coleção com forte tendência ao crescimento, pois atividades de pesquisa exigem uma grande gama de materiais para que o pesquisador possa ter acesso a todos os pontos de vista importantes ou necessários. A seleção, no caso, não é o que há de mais importante, pois a biblioteca precisa ter um volume de recursos informacionais suficiente para dar suporte à pesquisa realizada tanto por docentes como por alunos de pós-graduação. Da mesma forma, a comunidade é relativamente homogênea, não exigindo estudos ou avaliações de grande desbastamento e avaliação de coleção, medidas necessárias para otimização do acervo. As bibliotecas das chamadas “instituições isoladas de ensino superior”, no entanto, contrariamente às bibliotecas ligadas às universidades, exatamente por não terem que prestar suporte à pesquisa, norteiam o desenvolvimento de suas coleções apenas pelas exigências dos programas ou currículos dos cursos por elas oferecidos. (VERGUEIRO, 1989, p. 21).

A fala de Vergueiro, apesar de curta, aponta vários conceitos que serão utilizados ao longo do trabalho e, portanto, merecem pontuações e esclarecimentos. Iniciando pela parte final, o autor faz uma distinção entre bibliotecas universitárias e bibliotecas de instituições isoladas de ensino superior. Nesse ponto, cabe dizer que o Ministério da Educação (MEC) classifica as instituições de ensino superior em três categorias: universidades, centros universitários e faculdades. Tal categorização fundamenta-se no Decreto nº 5.773/2006, do qual cabe destacar o art. 12 (BRASIL, 2006):

Art. 12 As instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como:

I – Faculdades;

II – Centros universitários; e

III – Universidades.

Segundo o órgão, as “universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL. MEC, 200?).

Os centros universitários também são pluridisciplinares, porém não exigem atividades de pesquisa e extensão (BRASIL. MEC, 200?). Nesse ponto, cabe retomar a fala de Vergueiro, que, muito bem, observa que pesquisas e extensão são inerentes apenas às universidades, e que elas não apenas prestam serviços a seus usuários, mas também à comunidade pela extensão. Isso traz um impacto para as bibliotecas ligadas às universidades, que é a prestação de serviços à comunidade e, por consequência, maior necessidade de materiais de informação, como também destacou Vergueiro (1989).

Os centros universitários assim como as universidades são semelhantes por sua pluralidade de cursos, diferentemente das faculdades, que são instituições, isoladas de educação de nível superior. Segundo a classificação de Vergueiro, há apenas dois tipos de bibliotecas: as universitárias ou as de instituições isoladas de ensino superior. Esse ponto merece uma análise, pois, claramente, faculdades são instituições isoladas de ensino superior, mas também se enquadrariam nessa categoria, os centros universitários? Por um lado, a resposta é sim, uma vez que os centros universitários não têm o dever de atender a comunidade externa, nem de trabalhar com pesquisas. Por outro lado, a resposta é não, pois os centros universitários possuem uma pluralidade de cursos, o que confere um mínimo de amplitude ao acervo. Assim, apesar de Vergueiro citar apenas duas classificações de instituições, talvez fosse interessante classificá-las em três categorias. Dessa forma, para a terceira categoria, sugere-se instituições múltiplas de ensino superior, onde se enquadrariam os centros universitários.

Por fim, ainda no que diz respeito às bibliotecas universitárias, cabe destacar um último ponto da fala de Vergueiro. Quanto ao desenvolvimento de coleções, há bibliotecas que buscam apenas cumprir os instrumentos do currículo e as exigências dos programas. (VERGUEIRO, 1989). Para credenciar instituições de ensino, o MEC avalia seus cursos com certa periodicidade, e um dos pontos de avaliação é a biblioteca.

No contexto geral de avaliação do MEC, a biblioteca encontra-se alocada no tópico “infraestrutura”, e possui uma seção separada no instrumento de avaliação. Pela “forte influência que tem na qualidade dos cursos, a biblioteca mereceu destaque, como categoria de análise para fins de autorização de cursos, embora, a rigor, seja um indicador

de instalações gerais.” (BRASIL. MEC, 2002). No que tange à infraestrutura, e de forma sucinta, são observados alguns itens nesta avaliação, tais como:

- espaço físico;
- acervo;
- serviços oferecidos.

No tocante ao desenvolvimento de coleções, merece destaque o item “acervo”, tratado no Manual de verificação *in loco* das condições institucionais, pela categoria Análise 4.2 – Biblioteca, no Indicador 4.2.2 – Acervo, a saber:

A comissão verificadora deverá:

- percorrer o acervo de livros, verificando o **número médio de exemplares por disciplina**;
- **verificar se a totalidade do material bibliográfico relacionado está na IES**, devidamente cadastrado e à disposição da comissão verificadora. Não devem ser aceitas notas de compra e/ou compromissos por escrito de entrega ou de compra;
- **verificar se existem políticas definidas de aquisição, expansão e atualização do acervo que contemplem a proporcionalidade do número de alunos em relação às disciplinas do(s) curso(s) e às áreas afins**;
- **verificar se a bibliografia** básica (livros, periódicos, obras clássicas, obras de referência, etc.), por disciplina do primeiro ano do(s) curso(s) a autorizar **encontra-se à disposição dos usuários**;
- **verificar, no acervo circulante**, pelo catálogo de autor e título e da ficha de empréstimo do livro (devidamente assinada, contendo o número de cadastro da instituição), **a existência ou não dos livros indicados na bibliografia** de disciplinas do primeiro ano do(s) curso(s), **considerando o número de usuários**, resguardando as peculiaridades de cada área e verificando a idade e o estado de conservação;
- verificar as condições de acesso de usuários com necessidades especiais (como é o caso dos deficientes visuais) ao prédio da biblioteca e aos materiais específicos;
- verificar a pertinência das coleções de periódicos, baseada na sua relação com as disciplinas oferecidas e a bibliografia sugerida;
- **solicitar documentação comprobatória da aquisição da coleção de periódicos eletrônicos apresentada, verificando se não é apenas uma licença para demonstração**. No caso do portal de periódicos da CAPES, vale o termo de compromisso assinado pelo dirigente da IES e pelo presidente da CAPES;

- entrevistar bibliotecário(s) e pessoal técnico e de apoio. (BRASIL. MEC, 2002, p. 58; grifo nosso)

Além desses requisitos de avaliação, a biblioteca universitária também é avaliada pelos seguintes aspectos:

- **Existência de representação de todo o acervo (todos os tipos de materiais) no sistema de informatização utilizado, com possibilidade de acesso remoto (na IES e fora dela);**
- **Possibilidade de importação e exportação de registros bibliográficos em padrão de intercâmbio;**
- **Informatização do serviço de empréstimo, no mínimo de livros, com possibilidade de reserva de material (BRASIL. MEC, 2002, p. 59; grifo nosso)**

Basicamente, a biblioteca universitária será avaliada com base nesses itens e requisitos. Cabe relatar que o indicador do “cálculo” da quantidade de itens de um acervo foi alterado em 2017. O plano de avaliação passou a permitir que bibliografias básicas contassem com 100% de seu acervo em obras eletrônicas. Dito isso, é inegável que a avaliação do MEC exerce influência direta no desenvolvimento do acervo de uma biblioteca de instituição de ensino superior, até mesmo porque ele “determina”, em certa medida, como a comunidade de usuários deverá ser atendida.

Uma vez compreendido que a comunidade de uma biblioteca universitária serão seus alunos, professores, funcionários e mesmo a comunidade, no modo de extensão, e uma vez descrito quais são os fatores que agentes externos demandam que sejam cumpridos pela biblioteca para o atendimento de seus usuários, no próximo tópico será abordado o fluxo de desenvolvimento de coleções: as políticas de seleção e a seleção, propriamente dita.

### **2.1.2 Políticas de seleção e a Seleção**

O desenvolvimento de coleções demanda planejamento prévio até sua execução (processo de aquisição), ou seja, é imprescindível a realização de um plano detalhado anteriormente estabelecido, o qual deve ser sólido e contínuo. Esse plano é denominado política de seleção. Nele estarão presentes os critérios e parâmetros gerais das informações que devem ser disponibilizadas. (VERGUEIRO, 1987).

Segundo Vergueiro (1989, p. 25):

Os propósitos de uma política são [...] amplos [...]. Trata-se de deixar clara a filosofia a nortear o trabalho do bibliotecário no que diz respeito a coleção. Mais exatamente, trata-se de tornar clara a filosofia a nortear o trabalho bibliotecário no que diz respeito à coleção. Mais exatamente, trata-se de tornar público, expressamente, o relacionamento entre o desenvolvimento da coleção e os objetivos da instituição a que esta coleção deve servir, tanto por causa da necessidade de um guia prático na seleção diária de itens, como devido ao fato de ser tal documento uma peça-chave para o planejamento em larga escala.

Para Evans (1979), a política funciona como um norte decisório. A partir dela, serão definidos os fundamentos e os critérios que um bibliotecário identificará no momento da busca por materiais de informação. Vergueiro (1989) afirma que, por meio da política de seleção, será identificado o método de trabalho do bibliotecário. Além disso, é ela que permite arguições com autoridades que justifiquem a aquisição de novas obras ou a recusa de materiais não pertinentes.

O mesmo autor cita ainda, de forma sucinta, alguns critérios que devem ser observados na política de seleção. São eles:

- a) Que material fará parte da coleção (tanto em termos de conteúdo quanto de formato, incluindo a política da biblioteca para acesso aos materiais cuja posse não lhe é de interesse);
- b) Quando e sob quais condições este material poderá ingressar no acervo (políticas de seleção, aquisição, doação, etc.)
- c) Que necessidade específicas e que parcelas da comunidade ele deve atender (incluindo-se os métodos para obtenção de informações);
- d) Como será avaliada a importância do material para a biblioteca, uma vez incorporado à coleção (métodos para avaliação da coleção);
- e) Quando e sob quais condições ele será retirado do acervo (políticas de remanejamento e descarte)
- f) Deixar claros os critérios que nortearão a opção por determinados materiais em prejuízo de outros.
- g) O estabelecimento de critérios de seleção deve ser realizado pelos profissionais levando em consideração a comunidade a que estão servindo, os recursos disponíveis para a aquisição e as próprias características dos assuntos ou do material objeto da atividade de seleção.
- h) Biblioteca alguma [...] jamais poderá ter a posse de todo o universo informacional disponível em seu campo de atuação, é preciso que sejam estabelecidas as regras [...] para extrair deste universo aquela fração que interessa à biblioteca possuir. E esta é, essencialmente, uma atividade bastante técnica e intelectual, cujo critério primeiro a guia-la será, sem sombra de dúvida, a comunidade a ser servida. (VERGUEIRO, 1989, p. 27-43)

Em razão desses pontos levantados, cabe destacar que, no mesmo sentido, pensam Evans (1979) e Weitzel (2013), tanto em razão dos critérios, quanto da importância de não se adquirirem materiais que não sejam adequados à instituição. Neste ponto, cabe destacar o conto *A Biblioteca de Babel*, de Luís Borges, que, embora tivesse uma infinidade de livros, nada podia ser encontrado. Nesse sentido, Vergueiro (1989), apesar de escrever ainda em 1989, faz referência a tecnologias que são bem atuais. Segundo o autor:

É preciso tomar cuidados especiais para evitar que a utilização de novas tecnologias para tratamento, disseminação ou recuperação da informação – para o quê, é claro, são de importância indiscutível – possam vir a comprometer outra das finalidades dos serviços de informação e biblioteca: a constituição e planejamento de acervos que sejam reflexo de uma comunidade específica. Até o momento, pelo menos, ninguém ainda conseguiu convencer-me de que qualquer computador do mundo, seja ele qual for, tenha que capacidade tiver, conseguirá tornar útil a seus usuários uma coleção mal selecionada, mal planejada, mal desenvolvida e que não possua qualquer relação com a comunidade por ela servida. (VERGUEIRO, 1989, p. 29)

Em 2018, o autor retoma essas palavras, em um capítulo de livro, ao abordar os problemas enfrentados pelas bibliotecas no que diz respeito ao gerenciamento de itens eletrônicos por bibliotecas que não são propriamente adquiridos, mas apenas acessados, uma vez que as bibliotecas atuam como intermediadoras. Mas esse assunto será tratado apenas adiante.

Outro tópico a ser considerado é a verificação de outras coleções existentes em bibliotecas que podem vir a se tornar parceiras.

[...] nenhuma biblioteca pode dar-se ao luxo de bastar-se a si mesma, tendo necessariamente que levar em consideração os recursos disponíveis em instituições congêneres de fácil acesso, buscando, na medida do possível, compartilhar suas posses com outras, ao mesmo tempo que faz uso das alheias. É, além de uma medida de economia dos poucos recursos financeiros disponíveis para aquisição, uma forma de prestar melhores serviços aos usuários, que terão ampliado o universo de materiais à sua disposição. (VERGUEIRO, 1989, p. 22).

O autor apresenta uma reflexão importante, pois cabe à biblioteca desenvolver sua coleção de acordo com metas possíveis, metas tangíveis. Possuir ou adquirir tudo seria impossível e, como já mencionado anteriormente, pode levar a um desastre ao estilo da biblioteca de Babel. Portanto, pensar que há outras bibliotecas com coleções que também poderiam ser acessadas por seus usuários por meio de parcerias deve fazer parte do ideário de uma política de seleção.

Sobre a possibilidade de intercâmbio, Evans e Saponaro (2012) apontam que essa é a tendência na era em que livros eletrônicos possuem fluidez e podem ser acessados sem a necessidade de presença física. Destaca-se que, em bibliotecas das universidades americanas, o intercâmbio de materiais eletrônicos próprios, ou mesmo editados por elas, já é um fato consolidado. Isso posto, é de se considerar que, no momento da seleção, o bibliotecário possa verificar o que outras bibliotecas podem lhe servir.

Também quanto à tendência de livros eletrônicos e bases de dados, Vergueiro (2010) destaca três fatores que merecem atenção. De modo sintetizado, são eles:

- Conteúdo de bases de dados diferentes poderá conter conteúdos semelhantes, como completamente distintos, sendo “importante distinguir com clareza as diferenças e semelhanças entre os dois produtos”;
- Escolha adequada da modalidade de negócios, sendo preferível a modalidade de pagamento por acesso, nos casos de baixo volume de demanda dos usuários. E para o caso de alta demanda a aquisição proprietária da base de dados;
- Capacidade de armazenamento por parte das bibliotecas, nos casos de aquisição proprietária, e modos de acesso pelos usuários, no caso de disponibilização de conteúdo, em formato de acesso.

Analisar o conteúdo disponibilizado pelas bases de dados é coerente e não é algo novo para as bibliotecas, porém a escolha da modalidade de negócios (proprietária ou por acesso) e a análise da infraestrutura da biblioteca, sim. Até a chegada dos livros em formato eletrônicos e ainda com possibilidade de acesso remoto, os livros eram apenas adquiridos por modelos proprietários (compra, doação e permuta). Dessa forma, não havia necessidade de “pensar” em outros modelos de negócios e suas implicações, sendo importante o destaque.

Sobre o modelo de negócios a ser escolhido, se proprietário ou se por acesso, cabe trazer as palavras do autor:

Em princípio, quando há baixo volume de demanda pela base de dados, o acesso *on-line* costuma ser economicamente mais adequado para a biblioteca, pois ela pagará apenas as buscas efetuadas e não precisará incorrer em diversos outros custos ligados à aquisição e manutenção da base em seu acervo [...]. Quando a demanda for maior, a aquisição da base será mais vantajosa para a biblioteca, pois os custos *on-line* serão maiores. Na medida em que, ao utilizar-se uma base de dados *on-line*, deve-se pagar o tempo de acesso e o profissional que presta assessoria ao usuário, o custo será mais alto quando houver maior frequência de utilização. (VERGUEIRO, 2010, p. 50).

O autor apresenta essa questão (escolha do modelo de negócios) no ano de 2010, quando da publicação de seu livro, e permite as seguintes indagações: estão as bibliotecas, no atual período (2018), prevendo, em suas políticas de seleção, tais modalidades? E tais modalidades são apresentadas às bibliotecas como possibilidades de escolhas ou apenas impostas? Essas questões são importantes para que o bibliotecário possa pensar sua atuação no momento da seleção dessas bases.

No caso de uma resposta negativa para a questão da possibilidade de escolha, cabem ainda as palavras do autor:

**[...] verifica-se que a opção pelo acesso a bases de dados *on-line* é muitas vezes a única alternativa** para bibliotecas que desejam proporcionar a seus usuários o maior leque possível de opções em termos de materiais de informação. O número de bases de dados em formato eletrônico hoje disponíveis no mercado torna impossível o armazenamento de toda e qualquer fonte que os usuários possam um dia ter necessidade de utilizar. (VERGUEIRO, 2010, p. 51, grifo nosso).

Por fim, quanto aos materiais eletrônicos que podem ser selecionados, Vergueiro (2010) destaca que é interessante o bibliotecário prever que tipo de conteúdo se encontra disponível gratuitamente na internet, podendo ser processado pela biblioteca como um ponto de acesso, de modo que aquele conteúdo não seja assim adquirido, o que implicaria custos extras desnecessários.

Isso posto, o documento de política de seleção será o instrumento que conterà todos os passos a serem seguidos pelo bibliotecário que fundamenta sua seleção. Tem um caráter administrativo (constância dos critérios), de relações públicas (biblioteca simpática aos olhos dos usuários) e político (instrumento de resistência ou gerenciamento de conflitos em torno do acervo). (VERGUEIRO, 2010, p. 71). A seleção será a escolha (prática do mundo real) do que de fato será escolhido, com base nos critérios da política, considerando todos os percalços do mundo real (disponibilidade, entrega, etc.).

O ponto principal a ser destacado pelas políticas de seleção é que esta é um instrumento importante para as bibliotecas, na medida em que descreve o que aquela biblioteca, que tem por função a guarda e a disponibilização de informação, deve escolher. E, dada a importância do processo, é um trabalho que não deve ser menosprezado.

Cabe apenas um adendo sobre “o poder” que o bibliotecário de fato tem sobre essa escolha (seleção):

[...] a decisão sobre quem dará a última palavra na seleção de materiais é uma questão bastante delicada pois envolve, muitas vezes esferas de influência além daquelas privativas do profissional de biblioteconomia. [...] **Mas esta é, além de tudo, uma decisão política sobre a qual nem sempre os profissionais possuem a influência que desejariam, sendo, em alguns casos,** quase que totalmente alijados desta etapa do processo de desenvolvimento de coleções; **transformam-se, então, em meros executores de decisões tomadas em outras esferas e/ou escalões da administração.** (VERGUEIRO, 1989, p. 49, grifo nosso).

O ponto levantado pelo autor é importante, pois demonstra não apenas o impacto que a decisão de seleção pode ocasionar sobre toda a biblioteca, mas também aponta ainda uma “ferida”: a ausência de poder decisório do bibliotecário sobre o próprio trabalho. De toda sorte, realizada a seleção o próximo passo é a aquisição do material selecionado.

### 2.1.3 Aquisição

A aquisição é um dos processos do desenvolvimento de coleções e, segundo Evans (1979), trata-se de um procedimento ativo. É um fazer, uma ação. Já para Andrade e Vergueiro (1996), trata-se de um procedimento administrativo, por meio do qual será posto em prática o que foi decidido após a seleção. Vergueiro (1989) dirá que o processo de aquisição consiste em assegurar a posse dos conteúdos que foram definidos como de interesse pela seleção. Portanto, a aquisição constitui um meio de concretização das decisões da seleção. Para essa realização, será demandado o estabelecimento de um fluxo administrativo linear e um trabalho de registro e controle, que evite supressões ou duplicações.

Andrade e Vergueiro (1996, p. 5) destacam a importância da aquisição. Segundo os autores, é a partir dela “que começa de fato a existir uma instituição destinada a preservar e divulgar as criações do conhecimento humano registradas em formas de livros, periódicos especializados, jornais, discos, filmes, vídeos, etc.”. Mediante o exposto, é possível inferir que os autores atribuem à biblioteca a função de guarda, preservação e disponibilização de conteúdos.

Para os autores Andrade e Vergueiro (1996), Weitzel (2002) e Figueiredo (1993), a aquisição poderá ser realizada por meio de três modalidades: compra, doação e permuta. Andrade e Vergueiro (1996) e Evans e Saponaro (2012) fazem distinção entre aquisição de materiais e contratação de serviços de acesso. Infere-se daí que os autores fazem distinção entre o desenvolvimento de coleções (aquisição) e o gerenciamento de

coleções (aquisição e acesso). O tema “aquisição *versus* acesso” será tratado mais adiante, mas é importante fazer essa ressalva para evitar confusões. Ademais, as modalidades também serão tratadas no Tópico 2.3 intitulado Modelos de Negócios.

No entendimento de Vergueiro (1989), há quatro atribuições relacionadas ao trabalho de aquisição de materiais para a biblioteca. De forma resumida, eles são apresentados a seguir:

1. Obtenção de informações sobre os materiais desejados.
2. Execução do processo de compra: seleção dos fornecedores que mais se adequam às necessidades e/ou possibilidades da biblioteca; pagamento dos materiais solicitados; conferência dos materiais recebidos.
3. Manutenção e controle dos arquivos e documentos relacionados à compra.
4. Administração dos recursos financeiros disponíveis para aquisição.

Os quatro passos citados dizem respeito apenas à aquisição onerosa, ou seja, aquela que demanda custos à biblioteca. No caso de aquisição de materiais por permuta, Vergueiro (1989) explica que apenas os passos 1 e 3 são aplicados. Por sua vez, na aquisição por doação, nenhum dos passos se aplica, pois, nessa hipótese, os materiais seguem para a fase de seleção. Se forem incorporados ao acervo, passam para a fase de processamento, senão seguem para o descarte. (LANCASTER, 2004; VERGUEIRO, 1989; WEITZEL, 2002).

#### 2.1.3.1 Aquisição *versus* uso

Na literatura, esse tema é conhecido pela discussão “posse *versus* acesso”. É dessa forma que autores como Tammaro e Salarelli (2008), Andrade e Vergueiro (1996), Evans e Saponaro (2012), Lynch (2001) e Georgas (2015) tratam do assunto. Entretanto, para este tópico, a autora desta pesquisa preferiu o título Aquisição *versus* Uso, por acreditar que a nomenclatura traria mais clareza ao assunto.

Andrade e Vergueiro (1996, p. 100) ensinam que “tradicionalmente as bibliotecas têm se caracterizado como instituições que guardam, têm a posse, de um grupo de documentos, com o objetivo de atender às necessidades de informação de uma comunidade específica”. Isso significa que, para atingir tais objetivos, principalmente o

de guarda, é necessária a aquisição de tais documentos. Evans e Saponaro (2012), por sua vez, destacam que o objetivo principal de uma biblioteca é disponibilizar o conteúdo a seus usuários, ainda que a biblioteca não o detenha.

A questão relacionada à aquisição *versus* uso não é restrita apenas aos livros eletrônicos. Evans e Saponaro (2012) e Morris e Silbert (2011) relembram que, quando uma biblioteca por meio da comutação utiliza materiais que estão disponíveis em outras bibliotecas, está utilizando um acervo que não lhes pertence, portanto faz uso dele sem posse ou propriedade. Sobre esse tipo de serviço, Andrade e Vergueiro (1996, p. 100) afirmam:

A primeira alternativa utilizada em contraposição à posse física dos documentos foi o empréstimo entre bibliotecas, pelo qual os usuários de uma instituição bibliotecária têm acesso ao material disponível em outras. Em geral, sua biblioteca de origem fica responsável pelo contato com a instituição possuidora do item, sua retirada e posterior empréstimo, bem como da devolução ao final do ato de utilização, mas isto não é uma regra fixa, sendo que muitas vezes o ônus da busca é repassado totalmente ao usuário interessado.

Entretanto, há autores que compreendem que coleção implica necessariamente propriedade (HILL, JANEY, DOLIN, FREW & LASGAARD *apud* LEE, 2000). Segundo esses autores, se os recursos são remotos, não são de propriedade da biblioteca, portanto não fazem parte da coleção. Nesse caso, esses documentos não devem ser considerados no desenvolvimento de coleções, em razão da ausência de controle.

Lee (2000), todavia, considera limitante o requisito de propriedade para o desenvolvimento de uma coleção, pois, segundo o autor, bibliotecas americanas, em especial as públicas, há muitos anos possuem contratos de longo prazo com fornecedores que alugam livros de bolso que possuem alta demanda. Assim, ainda que esses livros não sejam de propriedade da biblioteca, podem ser considerados pelos bibliotecários como parte da coleção.

No caso apresentado por Lee, a biblioteca não detém a propriedade do material, mas sim sua posse temporária, o que significa que, por determinado tempo, o bibliotecário poderá contar com aquele título, e o usuário terá o material a sua disposição. O aluguel pressupõe posse e uso. O acesso não necessariamente irá pressupor posse, muitas vezes implica apenas uso. Se determinada biblioteca universitária, que tem alta

demanda dos alunos nos períodos de prova, puder alugar livros durante esse período sazonal o prejuízo seria mínimo ou mesmo nenhum para a coleção.

No entanto, quando se trata de livros de acesso remoto, disponibilizados em forma de plataformas, há outros pontos a serem considerados por uma biblioteca universitária. No artigo intitulado *O caso do desaparecimento de livros eletrônicos em bibliotecas acadêmicas e pacotes de assinatura*, Georgas (2015) relatou que bibliotecas universitárias se encontram, em algumas situações, sem acessar livros que constavam em planos de ensino dos alunos das universidades. O estudo apontou que, ao longo do ano de 2013, foram contabilizados 3.462 títulos que saíram da base. Como uma biblioteca pode construir e desenvolver uma coleção sem poder controlar efetivamente o que entra e o que sai da plataforma?

Essa é uma questão que também foi levantada por Andrade e Vergueiro, ainda na década de 1990. Os autores, ao investigarem o assunto relacionado às assinaturas de periódicos eletrônicos, dispuseram que

De qualquer forma, já está se tornando cada vez mais evidente que, para as bibliotecas, não haverá uma economia tão substancial de recursos como se pensou a princípio com a substituição do periódico impresso pelo eletrônico, pois elas terão ainda que arcar com o preço das assinaturas. *Existem inclusive motivos para preocupação com o assunto, na medida em que, com o periódico eletrônico, as editoras têm um controle muito maior sobre questões de demanda e utilização, podendo inclusive estabelecer preços em função desses fatores.*

As bibliotecas correm o risco de se tornarem reféns de regras impostas pelas editoras, que poderão acessar suas publicações em forma eletrônica, cobrando um valor adicional por todos os usuários que ultrapassem esse número. Isto faz com que a questão do periódico esteja intimamente ligada à discussão sobre acesso remoto e disponibilidade física dos documentos, outro ponto que afetará as atividades de aquisição no futuro. (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p. 100; grifo nosso)

O texto de Andrade e Vergueiro, apesar de possuir mais de 23 anos, mostra-se bem atual. Os autores demonstram o que poderia ocorrer se a biblioteca “perdesse” o controle sobre o conteúdo que disponibilizava. Ora, se a biblioteca paga por uma assinatura de acesso remoto, ela deixa de ser a provedora e passa a ser uma intermediária. Dessa forma, quem determina como será o uso do conteúdo será a indústria do conteúdo, não a biblioteca.

Tanto Lee (2000), quanto Andrade e Vergueiro (1996) e Georgas (2015), destacam que, quando uma biblioteca se valia de outra para a realização do empréstimo

de livros entre bibliotecas (EEB), havia certa “sintonia” em razão de as funções institucionais serem semelhantes e, de certa forma, os objetivos também. Todavia, quando a “dependência” é da cadeia produtora, que tem por objetivo auferir lucro em vez de disponibilizar acesso gratuito, é necessário que se atente para o cenário com maior cautela e cuidado.

Além disso, é importante que seja feita a distinção entre a dependência da cadeia produtora no caso de editoras e no caso de bibliotecas. Em 1993, o Comitê de Políticas de Desenvolvimento de Coleções da Associação de Bibliotecas Americanas lançou o conceito de “coleções compartilhadas”, as quais constituíam materiais de informação que, por se encontrarem na rede, poderiam atender a todos os usuários de bibliotecas cooperadas. Nesse caso, o que a biblioteca possui encontra-se armazenado em memórias eletrônicas controladas pela instituição, não pelos editores, portanto outro usuário cadastrado poderia facilmente ter acesso ao documento. É diferente do uso controlado por plataformas vinculadas a editoras, por exemplo.

Gorman (1997 *apud* LEE, 2000) ressalta que, para alguns bibliotecários, todos os itens tangíveis por meio do EEB são parte de suas coleções, ainda que integrem outras bibliotecas. Lee (2000) chama a atenção para os aspectos negativos dessa prática e dita que “os mutuários de EEB são, [...] cidadão de segunda classe. [...] não possuem o direito de reservar um item retirado por um usuário principal [...]. Acesso desigual e taxas tornam o EEB pouco atrativo”.

Vergueiro (2010) irá chamar a atenção para o fato de que tal prática pode ferir direitos autorais e causar prejuízos aos autores. Segundo o autor,

As atividades de cooperação bibliotecária fazem com que a problemática da realização de cópias dos documentos apareça de modo muito mais frequente para os bibliotecários. Uma biblioteca que, por meio do serviço de comutação bibliográfica, obtém um documento ou uma cópia para um usuário, inclusive, muitas vezes, cobrando uma taxa por esse serviço, ou seja, obtendo um pequeno lucro, deixou efetivamente de adquirir aquele material; em consequência deixou de realizar o pagamento dos direitos autorais correspondentes. (VERGUEIRO, 2010, p. 95).

A proteção dos direitos autorais é a principal justificativa utilizada pela indústria produtora do conteúdo para o controle do uso por meio de mecanismos que não permitam a posse pelas bibliotecas. Lynch (2001) ressalta:

Historicamente, os editores de livros se basearam principalmente em direito e economia, em vez de medidas tecnológicas ou proibições de tecnologia para

proteger seus fluxos de receita.[...] Os editores contam com a inconveniência, a falta de custo-benefício e as limitações da tecnologia de cópia única para restringir a cópia por indivíduos, juntamente com o respeito dos usuários pela lei de direitos autorais e propriedade intelectual. Qualquer tentativa de pirataria em grande escala usando a tradicional tecnologia de produção em massa de publicação [...] é tratada por mecanismos legais, respeito pela lei de direitos autorais e propriedade intelectual. [...]

No mundo digital, a tecnologia combinada com novas estruturas legais para fazer negócios - contratos e contratos de licença, [...] criam novas oportunidades de receita, novos recursos para rastrear e controlar o uso de conteúdo, o potencial para criar novos modelos de negócios, como acesso baseado em assinatura por tempo limitado ou pay-per-view, que geram fluxos contínuos de receita. Com efeito, ao combinar a tecnologia com o novo marco legal e de negócios, os editores podem, por motivos práticos, optar por não atender a muitos dos requisitos de direitos autorais, como o uso justo [...]. Esta é uma perspectiva promissora, uma vez que cada obra é um monopólio em algum sentido, e como não há equilíbrio significativo de poder entre consumidores individuais e editores em termos de negociação. **A rejeição do mercado, um grande número de opções individuais de consumidores que se somam a um produto ou serviço com falha, é o único obstáculo, e isso é pouco compreendido e muito difícil de prever**, criando uma oportunidade para os profissionais de marketing visionários e persuasivos lançarem novos produtos.

E junto com a promessa de novas oportunidades de receita vem a ameaça do ambiente digital - duplicação massiva, barata, perfeita e distribuição mundial praticamente gratuita e instantânea de cópias, a colocação de ferramentas mais eficazes do que qualquer operação pirata no mundo da impressão, nas mãos de qualquer indivíduo conectado à Internet. As novas tecnologias de controle de conteúdo - como os leitores de livros eletrônicos - podem, com o apoio de alterações legislativas recentemente aprovadas e pendentes, oferecer aos editores uma maneira de abordar a promessa e a ameaça. (LYNCH, 2000, spn; grifo nosso).

De acordo com as palavras de Lynch, os modelos de acesso surgiram como uma proposta para o seguimento da produção de conteúdo, que sempre se valeu da legislação que protege os direitos do autor, para perpetuar, aumentar e proteger seus lucros. Conforme foi destacado, a única saída para a mudança desse modelo de negócio é sua rejeição, porém, pelo fato de os modelos de negócios serem pouco compreendidos, há um obstáculo de difícil superação.

#### **2.1.4 Desbastamento**

O desbastamento consiste no deslocamento de uma parte selecionada do acervo que não tem tanto uso pela comunidade, para uma área de menor acesso ou de acesso restrito. Dessa forma, a guarda daquele material, tido como importante para a biblioteca, será preservado, e o espaço do acervo otimizado.

A respeito do tema, Vergueiro ressalta:

Isto vai significar muitas coisas: às vezes, a retirada total e definitiva da coleção (o descarte); outras, o deslocamento para locais de menor acesso, onde materiais serão acomodados mais compactamente a fim de que, embora conservados fisicamente, ocupem o menor espaço possível (o remanejamento); em outras ocasiões, ainda, a retirada do material se dá pela necessidade de recuperá-lo fisicamente, para melhor atendimento à demanda (a conservação). (VERGUEIRO, 1989, p. 74)

No entendimento do autor, o desbastamento pode implicar descarte ou não, e, apesar de em alguns casos o desbaste significar o expurgo daquele material, não deve com este ser confundido. Figueiredo (1993) entende de forma um tanto distinta. De acordo com a autora, o desbastamento e o descarte são processos distintos. A autora argumenta que, no desbastamento, ainda que a coleção se encontre em local de difícil acesso ou em lugar não visível, ela poderá ser acessada e continuará sendo considerada patrimônio daquele acervo. No descarte, isso não ocorre, pois trata-se de um processo que demanda mais rigidez e análise, de modo que, uma vez realizado, a biblioteca não poderá mais contar com aquele conteúdo.

No caso de livros eletrônicos, Serra e Silva (2014, p. 6) chamam atenção para o descarte. Os autores dispõem que,

Da mesma forma ao que ocorre na gestão do acervo físico, **títulos eletrônicos precisam ser analisados frequentemente e descartados quando não pertinentes à coleção.** Segundo Crosetto (2012, cap. 6), a biblioteca deve estabelecer critérios para o descarte de livros eletrônicos da mesma forma que os define para os impressos. A quantidade de títulos disponíveis não define uma coleção em termos qualitativos. **Por não ocupar espaço em estantes e por não ser visível, as bibliotecas podem não perceber a necessidade de definir uma estratégia que garanta a acurácia do acervo,** com o descarte ocorrendo através de análise dos metadados. **A forma de descarte adotada irá variar de acordo com o modelo de negócios e o fornecedor contratados, podendo acontecer por iniciativa da biblioteca em não renovar suas licenças.** (grifo nosso)

Os modelos de negócios serão explicados no tópico 2.3.2 deste trabalho, porém cabe uma ressalva para os modelos de negócios baseados na provisão de acesso. Quando os livros se encontram sob a posse da biblioteca, ela deterá seu controle e manuseio, portanto o descarte será similar ao descarte de livros impressos. Entretanto, em algumas hipóteses de provisão de acesso, o controle não será exercido por ela. Isso significa que ela não poderá selecionar os títulos que estão na plataforma contratada, tampouco determinar os títulos que irão sair. Em alguns casos, o fornecedor realiza o “descarte” de livros da base, nos quais a biblioteca ainda tinha interesse.

Para compreender melhor os modelos de negócios que se referem a modelos voltados para a aquisição e aqueles que são voltados para o uso, foi dedicado o tópico 2.4. Mas a compreensão do livro como um objeto negociável e que contém atributos protegidos pela legislação inicia com a compreensão deste como uma propriedade de outrem. A seguir serão tratadas tais questões.

## 2.2 PROPRIEDADE

No tópico 1.1, foram apresentadas, as características, as classificações e a definição do livro. A comercialização e a negociação de livros com as bibliotecas ou mesmo com os leitores passam antes pela compreensão do livro enquanto um objeto passível de propriedade. Os conceitos e direitos que envolvem um livro são de aplicação complexa, uma vez que, para o objeto (bem ou coisa), serão aplicados os conceitos jurídicos da propriedade privada concernentes ao bem ou à coisa. No entanto, para o conteúdo, serão aplicados os direitos da vertente da propriedade intelectual, mais especificamente os direitos autorais.

É necessário que se compreenda que um livro, ao menos por um determinado período, será objeto de dois proprietários, o autor – proprietário do conteúdo – e o dono do objeto material – proprietário do suporte que carrega o conteúdo. O fato de um livro possuir “dois senhores” sempre ocasionou alguns imbróglis jurídicos, acadêmicos e até mesmo práticos, no sentido cultural dessa prática.

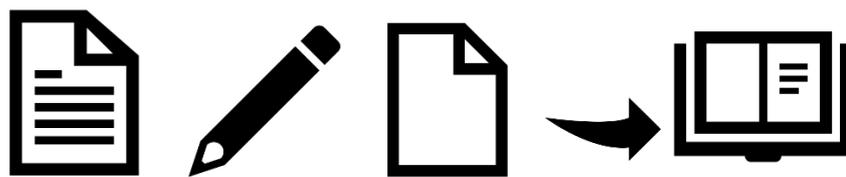
Do ponto de vista do suporte, o livro foi classificado como manuscrito, impresso e eletrônico. Para cada uma dessas classes, ficou claro que os elementos do livro (conteúdo, instrumento de escrita, suporte) se repetiam. Ocorre que, enquanto os livros eram apenas manuscritos ou impressos, a soma de tais elementos resultava em apenas um objeto, o livro em seu produto final. Quando o livro evolui para o meio eletrônico, o cenário muda. Não há mais apenas um único objeto material, ocorre um “desmembramento”, de forma que, para alcançar sua materialidade, o livro às vezes precisará de dois ou três componentes. As Figuras 6 a 11 ilustram o que acaba de ser exposto.

Figura 6. Livro manuscrito



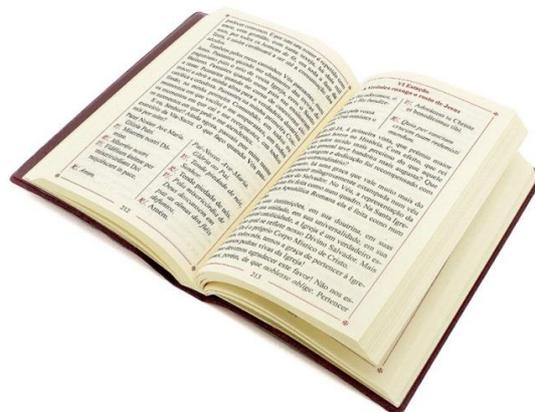
Fonte: Google Imagens

Figura 7. Elementos do livro manuscrito



Fonte: Elaboração da autora

Figura 8. Livro impresso



Fonte: Google Imagens

**Figura 9.** Elementos do livro impresso

Fonte: Elaboração da autora

**Figura 10.** Livro Eletrônico

Fonte: Site Amazon

**Figura 11.** Elementos do livro eletrônico

Fonte: Elaboração da autora

A pessoa que adquire um livro impresso será proprietária do livro enquanto suporte, e terá em sua posse um conteúdo que não é seu. Por ter a propriedade desse suporte, a pessoa poderá utilizá-lo como bem entender, ou seja, poderá guardar, emprestar, vender, doar, desfazer-se dele, etc. Todavia, em razão de possuir apenas a posse do conteúdo, sobre ele a pessoa sofrerá limitações. Essas limitações são reguladas por lei, que, no caso do Brasil, trata-se da *Lei de Direitos Autorais*.

Como dito anteriormente, os livros eletrônicos sofreram um desmembramento de seus elementos, de modo que o usuário não detém mais a posse do conteúdo, passando a ter apenas direito ao uso, mediado pelo acesso. Morris e Silbert (2011) destacam que essa volatilidade oferece novas oportunidades de distribuição pela indústria do conteúdo, por isso cria novas proposições de valor para autores, editores e usuários.

As autoras destacam que, em razão desse novo ambiente, os fornecedores e editores de *e-books* têm procurado encontrar modelos de negócios que protejam o conteúdo contra a pirataria – ou seja, a reprodução ilegal – e que, ao mesmo tempo, sejam fontes geradoras de receitas. E daí suscita-se uma questão: até que ponto a propriedade de um autor, editor ou qualquer outro agente da indústria do conteúdo pode limitar a propriedade de outrem?

Neste capítulo, pretende-se buscar a compreensão de alguns conceitos jurídicos que permeiam a propriedade material: o domínio, a posse e o uso, e a propriedade intelectual, mais propriamente dita, a proteção dada ao criador de conteúdo, o autor. Tais assuntos estão detalhados nos tópicos adiante.

### **2.2.1 Conceito de propriedade**

Pelo entendimento da doutrina brasileira, a propriedade está inserida na área jurídica denominada “direitos reais”. Segundo Fernandez (2011, p. 14), “o conceito de direito real abrange o conjunto de normas que regula as relações jurídicas referentes às coisas suscetíveis de apropriação [...]”, ou seja, o direito real “regula o poder do homem sobre certos bens suscetíveis de valor e os modos de sua utilização econômica”.

Portanto, nos direitos reais tem-se a regulação da propriedade do bem, e essa regulação irá abranger o proprietário do direito, ou seu titular, a coisa e os demais membros da sociedade, na qual o titular e a coisa (ou bem) estão inseridos. O Código Civil não traz o título de direitos reais, e sim de direito das coisas. Segundo Fernandez (2011), a expressão “direito das coisas” diz respeito ao conjunto de normativas das relações jurídicas dos bens que podem ser apropriados pelas pessoas.

Coisa é um termo amplo, podendo indicar tudo o que existe, ou pode existir, e ser útil aos homens. Às vezes é utilizada como sinônimo de bens, não obstante se possa fazer distinção entre os termos. Por outro lado, a integridade física, a honra, a boa fama e a vida privada são bens jurídicos, embora não sejam coisas

que possam ser apropriadas, e, por isso, são tutelados pelos direitos da personalidade, não pelo direito das coisas. (FERNANDEZ, 2011, p. 15).

Fernandez (2011) destaca ainda que o direito real não é definido pela lei. Trata-se de uma abstração doutrinária, que, ao diferenciar os grupos de direitos, classificou-os em reais e subjetivos (direitos não reais). Almeida (2006) segue no mesmo sentido e afirma que a propriedade, do ponto de vista do conceito, apenas poderá ser estudada pelo âmbito da doutrina, uma vez que a legislação pátria não traz o seu conceito, determina apenas seus poderes: domínio, uso, gozo e fruição.

A legislação traz os poderes que um proprietário tem, a previsão é do art. 1.228 do Código Civil, *in verbis*:

Art. 1228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. (BRASIL, 2002).

A doutrina interpreta, no sentido lógico, que proprietário será aquele que detém uma propriedade. Ou seja, o exercício dos poderes do proprietário se dará sobre a propriedade. Limongi França (*apud* ALMEIDA, 2006, p. 5) define propriedade como

[...] o direito, excludente de outrem, que dentro dos limites do interesse público e social, submete juridicamente a coisa corpórea, em todas as suas relações (substância, acidentes e acessórios), ao poder da vontade do sujeito, mesmo quando, injustamente, esteja sob a detenção física de outrem.

Para o doutrinador, a propriedade trata de um bem “corpóreo”, portanto material, sobre o qual o proprietário, ou seja, seu dono, exercerá poder, ainda que essa “coisa” não esteja em sua posse, por estar sob detenção de outrem. Outra definição que segue a mesma linha é a de Diniz (2017, p. 735), que dita que “a propriedade é o direito que a pessoa física ou jurídica tem, dentro dos limites normativos, de usar, gozar e dispor de um bem corpóreo, bem como de reivindicar de quem injustamente o detenha”.

Almeida critica ambas as definições em razão de um aspecto: a limitação aos bens corpóreos. De acordo com o autor, “o conceito de propriedade não pode, nos dias de hoje, ser limitado apenas às coisas corpóreas, pois também os bens incorpóreos poderão ser objetos de direito de propriedade, como, por exemplo, um *software*” (ALMEIDA, 2006, p. 6).

Como explicado pelo autor (2006), não cabe ao conceito de propriedade classificar o bem sobre o qual o direito de propriedade é exercido, porque o bem poderá

ser de outro tipo. Observa-se assim que, para definir propriedade, é imprescindível definir o que é o “bem” ou a “coisa”, pois a propriedade será exercida sobre um “bem” ou uma “coisa”.

### 2.2.1.1 Livro: um bem jurídico

Gonçalves (2018a, cap. 1) define “coisa” como “tudo o que existe objetivamente, com exclusão do homem”. O autor entende que na ótica doutrinária “coisa” é espécie, que possui “bem” como gênero. Isso se dá porque, ainda que “coisa” abranja tudo o que existe, as normas concedem direitos sobre coisas que existem apenas no campo da abstração. Assim o autor dita que “coisa” e “bem” se distinguem, pois há bens jurídicos que não são coisas, e cita como exemplos: a liberdade, a honra e a vida.

Quanto aos bens, o autor afirma que eles “são coisas que, por serem úteis e raras, são suscetíveis de apropriação e contêm valor econômico. Somente interessam ao direito coisas suscetíveis de apropriação exclusiva pelo homem, sobre as quais possa existir um vínculo jurídico, que é o domínio” (GONÇALVES, 2018a, cap. 1). O autor dispõe, então, que “o direito das coisas resume-se em regular o poder dos homens, no aspecto jurídico, sobre a natureza física, nas suas variadas manifestações, mais precisamente sobre os bens e os modos de sua utilização econômica”. (GONÇALVES, 2018a, cap. 1).

Infere-se assim que, sempre que o livro for tratado como um produto, um objeto, a doutrina do direito que irá regulá-lo será o “direito das coisas”. Entretanto, quando o objeto que for regulado fizer referência ao conteúdo do livro, ou seja, à propriedade intelectual, a doutrina do direito que irá regulá-lo será a do “direito da personalidade”. Isso se dá porque, do ponto de vista jurídico, o conteúdo é visto como um “bem” e não como uma “coisa”.

O diploma de 1916 regulava no direito das coisas os direitos autorais. No entanto, como ensinava Vicente Rao, na lição trazida à colação por Washington de Barros Monteiro, o legislador foi contraditório consigo mesmo, porquanto **é clássica a sistematização do referido direito, não sendo possível sair do estudo das coisas corpóreas quando os direitos concernentes à propriedade literária, científica e artística, também denominados autorais, são de natureza imaterial, de fundo moral, decorrentes da própria personalidade humana.** O Código Civil de 2002, corretamente, não disciplinou essa matéria, que hoje é tratada em lei específica (Lei n. 9.619, de 19-2-1998) [...] (GONÇALVES, 2018a, cap. 1; grifo nosso).

Mediante o exposto, cabem as seguintes considerações: o livro, tanto como produto quanto conceito, será, de agora em diante, considerado juridicamente como um “bem”; o direito que regula o livro, do ponto de vista do produto, é o direito das coisas, classificado dentro dos direitos reais; o direito que regula o livro, do ponto de vista do seu conteúdo, é o direito intelectual; e, por fim, a propriedade material é regulada pelos direitos reais, enquanto a propriedade intelectual é regulada pelos direitos da pessoa, portanto é regulada sob a ótica das obrigações.

Durante as definições, algumas nomenclaturas muito específicas do jargão jurídico são sempre abordadas na doutrina (bens corpóreos, indivisíveis, substâncias, etc.). Buscando a compreensão prática e aplicada ao livro, enquanto um bem passível de propriedade, os termos utilizados que dizem respeito à classificação da propriedade passam a ser delimitados nos próximos parágrafos. Relata-se apenas que as classificações variam de acordo com o doutrinador, sendo assim, para este trabalho, foi escolhida a classificação adotada por Diniz (2005), considerada referência na área.

Os bens ou as coisas podem ser classificados:

- a. **Quanto à tangibilidade:** poderão ser bens corpóreos (materiais) ou incorpóreos (imateriais). Por corpóreos compreendam-se aqueles “palpáveis” ou passíveis de materialização, em função de sua delimitação existencial (ex.: uma mesa, um livro), sejam eles físicos ou digitais. Os incorpóreos possuem apenas existência abstrata, sem uma forma clara que possa ser “sentida” ou “vista”, como, por exemplo, o direito ao nome, os direitos autorais, o direito à honra, entre outros.
- b. **Quanto à mobilidade:** poderão ser móveis ou imóveis. É uma classificação que envolve muitas minúcias. Para este trabalho, basta compreender o bem, sob seu poder de transporte, ou seja, se pode ser transportado ou não. Por exemplo, uma construção não possui mobilidade, já o livro possui mobilidade. Logo, a biblioteca, enquanto uma construção de estrutura física, constitui um bem imóvel, e o livro é um bem móvel.
- c. **Quanto à fungibilidade:** diz respeito a seu caráter de substituição. Poderão ser bens fungíveis, ou seja, substituíveis, em sua espécie, qualidade e quantidade, ou bens infungíveis, ou seja, insubstituíveis. No que diz respeito à biblioteca, um mesmo livro poderá ser ora substituível

ora não. Por exemplo, um livro comercial comum que o usuário perde e repõe por outro exatamente igual pode ser considerado um bem fungível. Todavia, se o livro tiver sido doado por determinada pessoa e, naquele livro, houvesse uma dedicatória ou anotações pessoais, já seria considerado um bem infungível, uma vez que, com sua perda, não seria possível sua reposição.

- d. **Quanto à consuntibilidade:** poderão ser bens consumíveis ou inconsumíveis. Quando um bem é consumível, significa dizer que ele é “destruído” após o seu consumo, ou seja, após o seu uso, ele deixa de existir (ex.: uma borracha, após um determinado tempo de uso, esgota em si mesma). Já o bem inconsumível não tem, em sua finalidade de uso, a deterioração do bem. Um livro poderá ser utilizado várias vezes que não irá se deteriorar. Aqui não se questiona a necessidade de o bem ser conservado, e sim a finalidade a que se propõe.
- e. **Quanto à divisibilidade:** poderão ser divisíveis ou indivisíveis. A divisibilidade diz respeito ao fracionamento do bem, ou seja, se o desmembramento do todo vai causar perda de alguma qualidade, deterioração ou algum tipo de dano ao bem. Esse é um conceito mais simples de compreender, visto que, no caso do livro, tem dupla aplicação, a depender do suporte. Por exemplo, o livro impresso encadernado não permite o empréstimo de um capítulo, uma vez que a retirada daquele capítulo implicaria a deterioração do livro. Por sua vez, o livro digital, pode vir a oferecer o recurso de empréstimo apenas daquele capítulo, sem que isso danifique o arquivo digital como um todo.
- f. **Quanto à titularidade:** poderão ser bens públicos ou privados. A titularidade indica a quem o bem pertence, é uma previsão do art. 98 do Código Civil e traz que bens públicos são aqueles de domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares. Nesse ponto, vale dizer que esse conceito é vinculado extremamente à ideia de propriedade do bem. Numa aplicação prática ao livro, verificam-se dois tipos de propriedade, uma sobre o suporte do livro e outra sobre o conteúdo do livro. Quanto ao suporte, o livro poderá ser público se pertencente a alguma instituição pública. No

que diz respeito ao conteúdo, o livro será de domínio público depois de decorrido o prazo de 70 anos da morte do seu autor.

Outro conceito que também precisa ser abordado relaciona-se à interpretação dada aos bens reciprocamente considerados. Para o direito, o bem poderá ser principal ou acessório. Cabe, neste ponto, a transcrição de Diniz (2005, p. 75): “Serão principais aqueles que existem sobre si, abstrata ou concretamente, independentemente dos demais. Já os acessórios são aqueles cuja existência pressupõe a dos principais [...]”.

Qual é a importância desse conceito para o trabalho? Quando se analisa o livro impresso, no que diz respeito ao seu suporte, ele por si só é o produto principal, não dependendo de outro objeto para subsistir. Entretanto, quando se analisa o livro eletrônico, isso não necessariamente ocorre. Dessa forma, uma vez que ele não seja enquadrado como principal, será acessório. O entendimento é que o bem acessório segue o bem principal. Por exemplo, um arquivo no formato Word deriva do *software* Microsoft Word. Isso significa dizer que o arquivo é um bem acessório do bem principal que é o *software* Microsoft Word.

Os bens acessórios são classificados em frutos ou produtos. Sobre o assunto, Diniz afirma:

Quanto aos frutos, são aqueles que se originam do bem principal, porém não lhe subtraem a quantidade e a substância. **Em outras palavras a produção dos frutos não exaure a coisa principal, a qual continuará a produzi-lo.** Dentro dos **frutos, estes podem ser** naturais, como as frutas de uma árvore, decorrendo da matéria da coisa principal, **industriais, os decorrentes de atividade humana**, e os civis, que se originam da relação jurídica, como os aluguéis e juros de um imóvel, de um capital.  
[...]

Os produtos, por sua vez, continuam a ser acessórios, pressupondo a existência da coisa principal, contudo, em seu caso, a sua retirada implica a diminuição da potencialidade produtiva do bem principal. É o caso da retirada de ouro de uma mina, vez que esta não produzirá aquela substância rica eternamente, sendo que é previsível que se finde, em um dado momento, ainda que imprevisível, a sua produção. (DINIZ, 2005, p. 76) (grifo nosso).

Mediante o exposto, é importante compreender que o livro eletrônico será – enquanto arquivo que deriva de um *software* – um fruto acessório, de classe industrial. Ora, se o conteúdo é materializado em um editor de texto (*software*), ainda que a sua leitura seja voltada para outro tipo de *software*, que não o originário, o arquivo será um fruto daquele *software*.

Teria mais coerência semântica compreender o arquivo digital como um produto do *software*, mas, uma vez que a doutrina jurídica já utiliza essa nomenclatura, para uma definição distinta da que se enquadra o livro digital, não há outra escolha senão a permanência do livro digital como um bem acessório, classificado como fruto industrial, por mais estranho que o nome possa soar.

É certo que *softwares* possuem proteção pela legislação brasileira. Se o *software* for proprietário, sua exploração econômica é exclusiva de seu proprietário ou do titular que possua tal direito. Se for aberto ou livre, a exploração econômica pode ser feita por qualquer um. Observe-se uma situação que pode ser frequente: um livro foi escrito no *software* Microsoft Word, um programa sabidamente proprietário. Com base nisso, cita-se o seguinte exemplo hipotético: João, por meio de pagamento, licenciou o pacote Office da empresa Microsoft, adquirindo assim o direito de uso do Microsoft Word. Durante seu período de uso, na vigência daquela licença, ele produziu inúmeros arquivos digitais de extensão DOCX, ou seja, um tipo de arquivo que, legalmente, tem apenas permissão de leitura no *software* Microsoft Word. Nessa situação, o arquivo produzido pertence a quem? Ao dono do *software* ou a João? E o que seria esse arquivo? Um *software*?

A proteção jurídica do *software* se aplica a seu sistema, ou seja, visa conter ações que envolvam alteração do *software* ou uso não permitido, entre outras questões. No entanto, a produção de textos em um arquivo digital constitui uso legal e finalístico do programa. Sendo assim, no caso do exemplo hipotético descrito anteriormente, já se pode inferir que o arquivo é fruto do *software* produzido por João, e não “pertence” ao detentor dos direitos autorais do *software*. No entanto, estará estabelecida aí uma relação simbiótica entre o arquivo produzido por João e a Microsoft, pois, toda vez que João precisar ler o conteúdo de seu arquivo em extensão DOCX, ele terá de utilizar aquele *software*.

O caso analisado se enquadra no conceito jurídico denominado **bens reciprocamente considerados**. A respeito do tema, vale a seguinte citação:

Nos bens reciprocamente considerados, o art. 93 delinea o conceito de pertença como sendo bens que, não constituindo partes integrantes, destinam-se, de modo duradouro, ao uso, serviço ou aformoseamento de outro com o qual guarda uma relação. [...] são bens que se acrescem, como acessórios à coisa principal, daí serem considerados como *res anexa* (coisa anexada). **Portanto, são bens acessórios *sui generis*, destinados, de modo duradouro,**

**a conservar ou facilitar o uso ou prestar serviço ou, ainda, a servir de adorno do bem principal.** (ARAKAKI, 2015, p. 76; grifo nosso)

**A principal ideia das pertenças é a sua utilização como um *plus* do bem principal, mas não sendo imprescindível a vinculação entre um e outro, daí o porquê se emerge a concepção de que **um não é parte integrante do outro, o que é o principal ponto para se distinguir se um bem é ou não pertença do outro.** (ARAKAKI, 2015, p. 77) (grifo nosso).**

Duarte (2011 *apud* ARAKAKI, 2015), na mesma linha, entende que

**[...] as pertenças são coisas acessórias que, conservando individualidade e autonomia, têm como a principal, de modo duradouro, uma subordinação econômica, para atingir suas finalidades** (DUARTE, 2011 *apud* ARAKAKI, 2015, p. 77; grifo nosso).

Arakaki, Moraes e Silva, sobre o assunto, afirmam o seguinte:

Pelo princípio da acessoriedade, segundo o qual o acessório segue o principal, os frutos e mais produtos da coisa pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário, salvo se, por preceito jurídico especial, couberem a outrem. Assim, em regra a propriedade das coisas acessórias (frutos civis ou naturais, produtos e benfeitorias) caberá ao proprietário da coisa principal, salvo se, por razões jurídicas ou norma especial, foram entregues a outra pessoa (direito real sobre coisa alheia) como na hipótese do usufruto, em que os frutos da coisa (aluguel) pertencerão ao usufrutuário (detentor da posse direta e dos direitos de uso e gozo) e não ao nu-proprietário (proprietário, detentor da posse indireta e do direito de disposição). (ARAKAKI; MORAES; SILVA, 2015, p. 670).

A licença de uso de determinado *software* concede ao detentor dessa licença o uso temporário ou permanente daquele programa de computador. Portanto, ainda que de forma temporária, quando um terceiro se utiliza do *software*, ele é uma espécie de usufrutuário, ou seja, ele tem a permissão de uso e, por ser o detentor da posse direta e dos direitos de uso e gozo, a propriedade dos frutos serão dele.

Infere-se então que o arquivo digital originado de um *software*, mesmo que de modelo proprietário, não se confunde com o *software* e é perfeitamente passível de nova propriedade, ainda que essa propriedade guarde vinculação com a originária. Essa percepção é importante, uma vez que, na literatura recente, observou-se que o livro eletrônico vem sendo tratado como se um *software* fosse. Nesse contexto, cabe a transcrição de um breve trecho de um artigo publicado recentemente:

**Podemos dizer que os livros digitais são analisados e comercializados como se fossem *softwares* e não como produtos. [...] A literatura analisada interpreta que o livro digital é licenciado como *software* [...] o proprietário ou desenvolvedor de um *software* é o detentor dos direitos autorais e pode cedê-lo a terceiras partes – identificados como contratantes – por tempo indeterminado e sem exclusividade, permitindo inclusive, que o programa seja instalado em servidores de gestão e guarda externa ou pelos próprios contratantes [...], o contratante passa a ter o direito de uso do *software*,**

**porém não sua propriedade, o que impede a transferência, empréstimo, doação, revenda, arrendamento, alienação, sublocação ou ainda a opção de dar o sistema como objeto em garantia em transações comerciais.** (SERRA; SANTAREM SEGUNDO, 2018, p. 26) (grifo nosso).

A diferença entre os tipos de negociações (compra e venda e licença de uso) serão explicadas em capítulo à parte, porém é importante compreender que o livro eletrônico não é um *software*, logo não deve ser tratado como tal. O livro eletrônico possui, em um dos seus elementos constituintes, um *software*, mas isso não é de modo algum um definidor para que se compreenda que ele venha a ser tratado como um *software*. Se alguma plataforma com livros eletrônicos tem sido negociada como *software* é porque essa plataforma, não o livro, pode ser considerada um *software*.

Dizer que um livro recebe tratamento de *software* no mundo jurídico implica dizer que a legislação que protege o *software* passará a proteger o livro. Afinal não seria ele um *software*? Tal interpretação é perigosa. A cada um foi dada proteção legal e ela deve ser respeitada. Se o *software* possui proteção de direitos autorais que lhe permita impor inúmeras limitações àquele que o adquire, o mesmo caso não pode se dar com o livro eletrônico.

Por que, então, o entendimento que vem se consolidando pela literatura é o de que livros eletrônicos vêm sendo tratados como *softwares*? Essa pergunta carece de análise e de novos estudos que esclareçam a questão. Suscita-se a hipótese de que como os agentes de comércio do livro estejam negociando os livros eletrônicos por meio de plataformas, (*softwares* que permitem o acesso ao conteúdo) o livro esteja recebendo o tratamento de *software* por analogia<sup>4</sup>.

Adiante, serão abordados os elementos da propriedade, que, conforme exposto no art. 1.228 do Código Civil, são: domínio, posse e uso. (BRASIL, 2002)

### 2.2.1.2 Elementos constitutivos da propriedade

Os elementos constitutivos da propriedade encontram-se descritos no art. 1.228 do Código Civil, já mencionado anteriormente. Sendo assim, a pessoa que tiver a faculdade de usar, gozar e dispor do bem será titular plena da propriedade. Ocorrendo o desmembramento de um deles, o exercício da propriedade passa a ser limitado.

---

<sup>4</sup> A hipótese suscitada tem caráter apenas reflexivo, não sendo objetivo deste trabalho respondê-la.

De acordo com Gonçalves (2018a, p. 225), os elementos são assim descritos:

- a) Direito de uso (*jus utendi*): primeiro elemento constitutivo da propriedade; trata da faculdade que o dono tem de servir-se do bem e assim utilizá-lo da maneira que lhe convier.
- b) Direito de gozo (*jus fruendi*): poder de perceber os frutos e aproveitar economicamente seus produtos.
- c) Direito de dispor da coisa (*jus abutendi*): poder de transferir a coisa, de gravá-la de ônus e de aliená-la a outrem a qualquer título.
- d) Direito de reaver a coisa (*rei vindicatio*): proteção dada ao proprietário para que, na hipótese de que outrem venha tomá-la, este possa reivindicá-la.

Destaca-se que, para Gonçalves (2018a), o que de fato denota a importância do proprietário não é o uso em si, mas a capacidade de disposição, pois o uso poderá ser objeto de outros institutos legais.

O titular da propriedade, o proprietário, também é denominado pela doutrina como dono, ou seja, aquele que possui o domínio sobre o bem. De acordo com Lafayette (*apud* GONÇALVES, 2018a), o domínio é suscetível de se dividir em tantos direitos elementares quantas forem as formas pelas quais se manifesta a atividade do homem sobre os bens. Em outras palavras, isso significa dizer que, tendo o domínio sobre o bem, o homem poderá criar inúmeras utilizações para ele.

### 2.2.1.3. Posse

Segundo Fernandez (2011, p. 48a), a posse é “poder de fato, instaura-se pelo exercício de fato de algum poder do domínio. A propriedade é poder de direito. Só se adquire por título justo e de uma maneira conforme o direito”.

Num sentido “comum”, a posse é a denominação de algo que se porta, que se tem, ou seja, algo que demanda contato. Seria então um fenômeno visível. “Ao ver alguém com algo, vejo o possuidor – não sei se vejo o proprietário, ou a posse em sentido jurídico” (FERNANDEZ, 2011, p. 43).

Em sentido jurídico, o ter deve ser em virtude de uma causa jurídica, que regulamenta a posse – tenho meus livros, porque os comprei; o banco tem minhas joias, pois as empenhei; minha mãe tem meu apartamento, pois o dei em usufruto; Fulano tem aquela terra, pois a tomou em arrendamento. Todas

essas suposições ocorrem em face de um contato físico com a coisa, ordenado por outrem que anteriormente o mantinha. A razão pela qual a outra pessoa permitiu a posse chama-se título de novo possuidor; nos exemplos acima: a compra, o penhor, o usufruto, o arrendamento. (FERNANDEZ, 2011, p. 43)

Gonçalves (2018a), no mesmo sentido, declara que a doutrina brasileira acolheu a teoria de Ihering para conceituar posse. Para o autor, a posse é uma conduta de dono, ou seja, sempre que houver exercício de poderes de fato sobre uma propriedade, lá estará a configuração da posse. Assim dispõe o art. 1.196 do Código Civil: “possuidor é todo aquele que tem de fato o exercício pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade” (BRASIL, 2002).

João Dias Figueiredo Júnior (*apud* GONÇALVES, 2018a) afirma que

*A posse não é exercício do poder, mas sim o poder propriamente dito que tem o titular da relação fática sobre um determinado bem, caracterizando-se tanto pelo exercício como pela possibilidade de exercício. Ela é a disponibilidade e não a disposição; é a relação potestativa e não, necessariamente, o efetivo exercício. O titular da posse tem o interesse potencial em conservá-la e protege-la de qualquer tipo de moléstia que porventura venha a ser praticada por outrem, mantendo consigo o bem numa relação de normalidade capaz de atingir a sua efetiva função socioeconômica. Os atos de exercício dos poderes do possuidor são meramente facultativos – com eles não se adquire nem se perde a senhoria de fato, que nasce e subsiste independentemente do exercício destes atos. Assim, a adequada concepção sobre o poder fático não pode restringir-se às hipóteses do exercício deste mesmo poder. (destaques do autor)*

Acredita-se que a melhor forma de compreender as palavras de João Dias Figueiredo Júnior (*apud* GONÇALVES, 2018a) seja por meio de um caso exemplificativo. Sendo assim, imagine uma pessoa que seja dona de um imóvel e resolve alugá-lo. No momento em que essa pessoa aluga a propriedade, o terceiro, identificado como locatário, passa a exercer o poder sobre o imóvel, que a posse permite. Esse exercício de poder pode ser um exercício fático, no caso o uso da propriedade, ou apenas um exercício de direito, uma sublocação, por exemplo. Na segunda possibilidade, o terceiro julga que é mais vantajoso, por exemplo, deixar a casa disponível para uso de terceiros em épocas de temporada. Nesse caso, ele, por ter a posse jurídica adquirida com a locação, disponibiliza-a temporariamente a outros.

Se uma biblioteca compra um livro impresso, ela poderá fazer o que bem entender com relação ao suporte material: trocar a capa, encadernar vários volumes criando um único, rasgar, queimar, etc. As ações anteriormente citadas se dão em razão da propriedade, e não da posse. Em razão da posse, o exemplo adequado seria o empréstimo. Ou seja, sobre aquele suporte, ela permite que outrem loque o livro.

No que se refere à posse do conteúdo, ela é recebida pela biblioteca no momento da compra do suporte do livro. É sabido que as leis de direitos autorais impõem algumas limitações ao exercício de terceiros sobre a obra dos autores (ex.: a distribuição e a cópia não autorizada). Quando uma biblioteca adquire um livro impresso, ela não detém a propriedade do conteúdo, que é do autor, ela detém apenas a posse desse conteúdo. Por esse motivo, a biblioteca não pode simplesmente digitalizar todo o seu acervo e colocá-lo disponível aos seus usuários, a menos que aquele conteúdo seja de domínio público.

Uma vez que a posse se dá em razão do poder de domínio de um bem, diferentes tipos de posse poderão ser exercidos. Segundo Fernandez (2011, p. 52-56), os tipos de posse podem ser classificados da seguinte forma:

- a. Posse plena: é a que tem o proprietário no exercício de suas faculdades de proprietário do bem.
- b. Posse direta: é a que tem o não proprietário a quem cabe o exercício de uma das faculdades do domínio, por força de obrigação ou direito.
- c. Posse indireta: é a que conserva o proprietário quando se demite, temporariamente, de um dos direitos elementares do domínio, cedido a outrem seu exercício.
- d. Posse justa: é aquela adquirida legalmente, sem vício jurídico externo.
- e. Posse injusta: é aquela violenta (emprego de força), clandestina (realizada de forma oculta) ou precária (obtida por abuso de confiança), adquirida de forma ilícita, também dita posse viciada.
- f. Posse de boa-fé: quando há vícios, mas o possuidor os desconhece (ex.: adquirir coisa furtada, sem saber).
- g. Posse de má-fé: quando há vícios, e o possuidor os conhece.

Tomando a classificação acima, pode-se dizer que o autor possui sobre sua obra não publicada, posse plena; e sobre sua obra pública, a posse indireta. Por sua vez, a biblioteca que possui diversas obras em seu acervo possui posse plena e justa sobre o suporte, e posse direta sobre o conteúdo. Se a biblioteca digitalizar conteúdo protegido por direitos autorais, sobre o conteúdo que foi materializado em novo suporte, ela exerce uma posse injusta precária ou viciada, e, portanto, contrária à lei.

A posse, juridicamente falando, pode ser adquirida de diversas formas, as quais serão aqui discutidas de forma geral. Fernandez (2011, p. 60) entende que ela é adquirida “no instante em que se torna possível exercer em nome próprio qualquer poder inerente à propriedade”, ou seja, será adquirida por aquele que assume o bem e aparenta ser o dono, tal como o proprietário faria.

A perda da posse pode se dar pelo abandono; pela tradição; pela perda da própria coisa possuída; pela destruição do bem; pela posse de outrem, pelo constituto possessório; por ter se tornado inalienável (por ter sido posta fora do comércio por razões de ordem pública, por algum motivo de segurança coletiva, ou de higiene, por exemplo, pois, sendo assim, resta impossível juridicamente exercer alguns dos poderes inerentes à propriedade.). A posse é perdida, então, quando o possuidor deixar de ter a possibilidade de exercício dos poderes inerentes à propriedade sobre o objeto possuído. (FERNANDEZ, 2011, p. 67).

Por fim, cabe destacar alguns efeitos que a posse gera a seu proprietário no que diz respeito a direitos, e ao possuidor, no que diz respeito a obrigações. Ao proprietário, gera o direito a indenização por danos que o possuidor tenha causado, além de direito aos frutos e produtos daquela propriedade. Isso significa dizer que, ao possuidor, não proprietário, é assegurado o domínio e o uso e gozo do bem sobre o qual exerce alguns direitos de proprietário. Nesse ponto, cabe destacar que o uso e o gozo são tratados pela doutrina como usufruto e são diferentes do direito de uso. Tais institutos serão explicados mais à frente.

#### 2.2.1.4 *Usufruto*

Quanto à definição de usufruto, Gonçalves (2018a, p. 484) afirma:

Segundo o conceito clássico, originário do direito romano, *usufruto* é o direito de usar uma coisa pertencente a outrem e de perceber-lhe os frutos, ressalvada sua substância (*usus fructus est ius alienis rebus utendi fruendi, salva rerum substantia*).

No usufruto, haverá dois titulares de direitos, um será o usufrutuário e o outro o proprietário, caracterizado, nessa hipótese, como nu-proprietário. No usufruto, há o desmembramento dos poderes da propriedade: com o nu-proprietário ficam os direitos de dispor e reaver o bem e com o usufrutuário os direitos de uso e gozo, dos quais será temporariamente titular. (GONÇALVES, 2018a, p. 485).

A temporalidade é dada pela própria legislação. De acordo com o Código Civil, inciso III, do art. 1.410, se o usufruto for constituído em favor de pessoa jurídica,

se extingue em 30 anos, caso não haja pactuado prazo diferente. De acordo com o inciso I do mesmo artigo, se pessoa física, se extingue com a morte do usufrutuário. (BRASIL, 2002).

O usufruto será também inalienável, ou seja, não passível de transferência. Entretanto, sua exploração é permitida. Tal característica também decorre por força da lei:

Art. 1393. Não se pode transferir o usufruto por alienação, mas o seu exercício pode ceder-se por título gratuito ou oneroso. (BRASIL, 2002)

Sobre o tema, Gonçalves (2011, p. 491) esclarece:

Embora vedada a alienação do usufruto, a cessão de seu exercício é permitida, como expresso no art. 1.393. Desse modo, o usufrutuário pode, por exemplo, arrendar propriedade agrícola que lhe foi dada em usufruto, recebendo o arrendamento, em vez de ele mesmo colher os frutos e assumir os riscos do investimento.

Importa trazer à baila ainda o art. 1.394 do Código Civil, que assim dispõe:

Art. 1.394. O usufrutuário tem direito à posse, uso, administração e percepção dos frutos.

A distinção entre usufruto e uma locação, segundo Monteiro (*apud* GONÇALVES, 2011, p. 492), é que a “locação é relação pessoal, enquanto usufruto é direito real”. Em suma, a locação se efetiva apenas sobre bens corpóreos, enquanto, o usufruto incide também sobre bens incorpóreos como os direitos de autor, patentes de invenção, fundo de comércio, entre outros.

A doutrina costuma dizer que **a utilização da coisa pelo usufrutuário é tão extensa quanto a do proprietário. [...] Tal afirmação não pode ser tomada em sentido absoluto, uma vez que o proprietário, no uso e gozo da coisa, tem a faculdade ampla de alterá-la, transformá-la, de destruir-lhe, enfim, a substância.** Mas o direito do usufrutuário não pode ser levado tão longe. Pode usufruí-la em pessoa, ou mediante arrendamento, mas não pode sequer “dar-lhe a destinação econômica, sem expressa autorização do proprietário” (CC, art. 1399) (GONÇALVES, 2018a, p. 497)

Os arts. 1.402 a 1.404 do Código Civil imputam algumas obrigações ao usufrutuário em razão do exercício de usufruto. São elas: conservar a coisa, fazer as reparações ordinárias e pagar certas contribuições. Na prática, isso significa que o usufrutuário deve manter o bem tal como lhe foi concedido e, caso sofra algum tipo de

desgaste, deve repará-lo. Por fim, as contribuições referem-se aos tributos que incidem sobre a posse ou rendimento do bem usufruído. (BRASIL, 2002).

#### 2.2.1.5 *Uso*

O uso possui algumas das características do usufruto, tais como o desmembramento da propriedade e a temporalidade, por isso é entendido na doutrina como uma forma de usufruto restrito (FERNANDEZ, 2011). Nesse caso, ao usufrutuário são concedidos o uso e a fruição; no uso, como o próprio nome diz, tem-se apenas o uso.

Em realidade, o uso nada mais é do que um usufruto limitado. Destina-se a assegurar ao beneficiário a utilização imediata da coisa alheia [...]. O direito real de uso confere a seu titular, assim, a faculdade de, temporariamente, fruir a utilidade da coisa que grava. Ao usufrutuário correspondem o *jus utendi* e o *jus fruendi*; ao usuário, apenas o *jus utendi*, isto é, o direito de usar a coisa alheia, sem percepção de seus frutos. (GONÇALVES, 2018a, p. 512-513)

Observa-se que, nas palavras de Gonçalves (2018a), o uso não possui um conceito sofisticado, é simples. Ao que detém o direito de uso é concedido apenas o uso.

### 2.2.2 **Propriedade: negócio jurídico**

Neste tópico, pretende-se abordar alguns dos tipos de negócios que os proprietários podem realizar em razão de seus bens. Não se trata de um rol exaustivo, buscando-se apenas pincelar cada instituto, para que se possa compreender melhor os modelos de negócios que serão retratados mais adiante.

#### 2.2.1.1 *Compra e venda*

O processo de compra e venda é previsto no Código Civil, em seu art. 481, como uma espécie de contrato. A lei dita que: “Art. 481. Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro” (BRASIL, 2002). É interessante observar que o contrato de compra e venda se aplica diretamente à propriedade, visto que, como observa o artigo, há a transferência do domínio, o qual constitui uma característica atribuída apenas ao dono do bem.

O contrato em apreço pode ter por objeto bens de toda natureza: corpóreos, compreendendo móveis e imóveis, **bem como os incorpóreos. Todavia, para a alienação dos últimos reserva-se, como mais adequada e correta**

**tecnicamente, expressão cessão** (cessão de direitos hereditários, cessão de crédito, etc.). (GONÇALVES, 2018b, p. 215; grifo nosso).

Cabe uma atenta leitura da citação acima, pois, para os bens corpóreos, ou seja, aqueles materiais, palpáveis, é possível a aquisição por meio do contrato de compra e venda. No entanto, para os bens tidos como incorpóreos, o termo mais adequado é o de cessão.

A cessão nada mais é que uma transferência de direitos, ou seja, no caso da cessão não existe a entrega de um bem, e sim a entrega de direitos sobre determinado elemento. Muito lógico, já que, no conceito jurídico, os bens incorpóreos existem apenas numa abstração, isto é, em um mundo “abstrato” e não palpável. Ressalta-se que, pela legislação, no caso de bens corpóreos móveis, a transferência se dá pela tradição, ou seja, pela entrega do bem, conforme previsto nos arts. 1.226 e 1.227 do Código Civil. (BRASIL, 2002).

#### 2.2.1.2 Doação

O art. 538 do Código Civil apresenta a seguinte definição para doação: “o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra” (BRASIL, 2002). Sobre o tema, a doutrina mencionará dois elementos importantes ao instituto: o *animus donandi* (intenção) e a transferência do bem. Isso significa dizer que, para que a doação aconteça, o doador precisa querer doar e o donatário precisa querer receber.

De acordo com Gonçalves (2018b, p. 282), “a aceitação é indispensável para o aperfeiçoamento da doação e pode ser expressa, tácita, presumida ou ficta”. O termo expresso para o direito significa positivado, ou seja, escrito; o termo tácito, quando a vontade não está expressa, porém é demonstrado consentimento de ordem prática. Quanto à aceitação presumida e ficta, vale a seguinte explicação:

A aceitação é presumida pela lei: a) quando o doador fixa prazo ao donatário, para declarar se aceita, ou não, a liberalidade. Desde que o donatário, ciente do prazo, não faça, dentro dele, a declaração, entender-se-á que aceitou (CC, art. 539). O silêncio atua, nesse caso, como manifestação de vontade. Tal presunção só se aplica às doações puras, que não trazem ônus para o aceitante; b) quando a doação é feita em contemplação de casamento futuro com certa e determinada pessoa e o casamento se realiza. A celebração gera a presunção de aceitação, não podendo ser arguida a sua falta (CC, art. 546).

Ficta é o consentimento para a doação ao incapaz. Dispensa-se a aceitação, “desde que se trate de doação pura, se o donatário for absolutamente incapaz” (CC, art. 543). A dispensa protege o interesse deste, pois a doação pura só pode

beneficiá-lo. O atual diploma corrigiu impropriedade do Código de 1916, que admitia aos absolutamente incapazes a aceitação da doação pura (art. 1.170). Trata-se, na realidade, de aceitação ficta, que dispensa manifestação de vontade, mas que produz os efeitos de um consentimento efetivo, tal qual ocorreria se o donatário fosse capaz e emitisse uma declaração volitiva, como emerge da redação do citado art. 543. (GONÇALVES, 2018b, p. 282).

As bibliotecas que se utilizam de doações como forma de compor seu acervo poderão ter doações do tipo expressa, tácita e presumida, pois a ficta não se aplica a ela. Cabe por fim destacar que a doação também implica transferência de propriedade, ou seja, aquele que doa algum bem transfere-o integralmente para o donatário, caso este aceite.

### 2.2.1.3 Troca ou permuta

A permuta, também denominada de troca, ocorre quando não há o uso de moeda (dinheiro). Mendonça (*apud* GONÇALVES, 2018b, p. 272) dispõe que “a troca é o contrato pelo qual as partes se obrigam a dar uma coisa por outra, que não seja dinheiro. Difere da compra e venda apenas porque, nesta, a prestação de uma das partes consiste em dinheiro”.

No estudo da origem histórica da compra e venda, as trocas (escambo, permuta) foram os primeiros meios de negociação. O contrato de compra e venda, tal como existe hoje, só se estabeleceu depois do surgimento da moeda e da atribuição de valores às coisas. Por fim, ressalta-se que o Código Civil não traz nenhuma definição sobre o instituto, fazendo alusão apenas em seu art. 533:

Art. 533. Aplicam-se à troca as disposições referentes à compra e venda, com as seguintes modificações:  
I – salvo disposição em contrário, cada um dos contratantes pagará por metade das despesas com o instrumento da troca;  
II – é anulável a troca de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante. (BRASIL, 2002)

Considerando que o Código Civil determina que se apliquem às trocas as disposições referentes à compra e venda, merece destacar que, na troca, também há a transferência de propriedade, que, no presente caso, por se tratar de pelo menos dois bens, ocorre para ambos os lados.

#### 2.2.1.4 *Locação de coisas*

Disciplina o Código Civil que apenas coisas podem ser locadas. Relembrando o conceito de “coisas” e “bens”, as “coisas” serão sempre corpóreas, ou seja, existentes no mundo dos fatos, enquanto os “bens” poderão ser corpóreos ou incorpóreos. Ora, se apenas as coisas podem ser locadas, a legislação já estabelece aí uma limitação aos bens incorpóreos.

O Código Civil apresenta o contrato de locação da seguinte forma:

Art. 565. Na locação de coisas, uma das partes se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de coisa não fungível, mediante certa retribuição. (BRASIL, 2002).

Como outrora explicado, fungíveis são bens passíveis de substituição. Ora, se no texto da lei apresenta-se que o bem será não fungível, isso implica dizer que somente poderiam ser locados itens insubstituíveis. E assim o é. No entanto, sobre o assunto, cabe acrescentar ainda que a doutrina entende que o uso do termo “coisa não fungível” também se dá no sentido de consumo, ou seja, de um item que não se finda após o seu uso. (DINIZ, 2005).

Este também parece ser o entendimento de Gonçalves (2018b, p. 311), que, apesar de não explicar de modo direto, dispõe que “o bem móvel deve ser infungível; [...]”. Admite-se, no entanto, a locação de coisa móvel fungível quando o seu uso tenha sido cedido, por certo prazo e aluguel, [...], ou seja, para fins de ornamentação, como uma cesta de frutas com adornos raros, por exemplo”.

E o que se aplica a bens que podem ser substituídos? A esses, ou seja, a bens fungíveis, se aplica o contrato de mútuo.

#### 2.2.1.5 *Empréstimo*

O empréstimo é o contrato (expresso ou tácito) em que uma das partes entrega a outrem um bem, e esse outrem tem por obrigação restituir tal bem, que pode ser fungível ou infungível. Sobre o tema, comenta Gonçalves (2018b, p. 336):

O empréstimo, em qualquer de suas modalidades, pertence à categoria dos contratos que têm por objeto a entrega de uma coisa. Quem a recebe fica obrigado a restituí-la, tal como acontece na locação. Como somente se perfaz com a tradição, é contrato de natureza real. Antes dela só haverá uma promessa de empréstimo.

O Código Civil traz dois tipos de contratos de empréstimos: o mútuo e o comodato. O contrato de comodato é apenas para uso, já o contrato de mútuo é reconhecido como de consumo. Segundo Silvio Rodrigues (*apud* GONÇALVES, 2018b, p. 337):

o comodato é o empréstimo de coisa não fungível, eminentemente gratuito, no qual o comodatário recebe a coisa emprestada para uso, devendo devolver a mesma coisa, ao termo do negócio. E o mútuo é o empréstimo de coisa fungível, destinada ao consumo. Desse modo, “o mutuário, ao receber a coisa, torna-se seu proprietário, podendo destruir-lhe a substância, visto que não precisa devolver o mesmo objeto, mas apenas coisa da mesma espécie, qualidade e quantidade”.

Os dois tipos de contratos serão apresentados a seguir de forma superficial, considerando, apenas, os aspectos que interessam a esta pesquisa.

#### 2.2.1.5.1 Mútuo

A previsão de bens fungíveis se dá no art. 85 do Código Civil, que dispõe que fungíveis são “os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade”. O mesmo diploma legal dispõe, em seu art. 86, que “São consumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação” (BRASIL, 2002).

Gonçalves (2018b, p. 351), versando sobre o assunto, afirma:

Pode, todavia, uma coisa não consumível pelo uso tornar-se fungível pela sua destinação, ou pela vontade das partes, como o empréstimo que um livreiro faça a outro de alguns exemplares de certa obra, com obrigação de restituir oportunamente igual número. **O livro, embora infungível, torna-se, nesse exemplo, um bem fungível, suscetível de mútuo.** (grifo nosso)

No entendimento do autor supracitado, o livro “nasce” infungível, ou seja, insubstituível. Talvez não seja esse o caso, pois a qualidade de insubstituível ao livro se dará por outras razões, como por exemplo as obras raras. De todo modo, o autor destaca de forma apropriada que, sendo o livro um bem fungível, em razão de sua destinação, será suscetível do negócio de mútuo, que de acordo com o art. 586 do Código Civil é:

Art. 586. O mútuo é o empréstimo de coisas fungíveis. O mutuário é obrigado a restituir ao mutuante o que dele recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade.(BRASIL, 2002)

Sobre o mútuo, Gonçalves (2018b, p. 351) esclarece o seguinte:

Constitui empréstimo para consumo, pois o mutuário não é obrigado a devolver o mesmo bem, do qual se torna dono (pode consumi-lo, aliená-lo, abandoná-lo, p. ex.), mas sim coisa da mesma espécie. É realmente o empréstimo de coisas que podem ser consumidas por aquele que as recebe. **Se o mutuário puder restituir coisa de natureza diversa, ou soma em dinheiro, haverá respectivamente troca ou compra e venda, e não mútuo, salvo, no último caso, se o empréstimo for de dinheiro, que é bem fungível.** (grifo nosso)

Então, no mútuo há uma contraprestação pecuniária, em razão do recebimento daqueles bens, porém há que se devolver tais bens que deverão ser de mesma natureza. Exemplificando, um terceiro pega uma borracha para uso naquela semana, paga um valor pela retirada daquela borracha, e depois de determinado prazo deve restituir a borracha, que será uma nova e não aquela adquirida. Resumindo, o mútuo é um empréstimo de consumo.

#### 2.2.1.5.2 Comodato

O comodato está previsto no art. 579 do Código Civil:

Art. 579. O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto.(BRASIL, 2002)

O comodato é semelhante à locação de coisas, contudo, enquanto a locação possui um título oneroso, no comodato é a título gratuito. No mútuo, outro objeto equivalente pode ser entregue, enquanto, no comodato, apenas o objeto emprestado deve ser devolvido.

Gonçalves (2018b, p. 349) destaca os direitos daquele que empresta sob comodato:

Os direitos do comodante correspondem às obrigações do comodatário. Os principais são:

- a) exigir do comodatário que conserve a coisa como se fora sua, usando-a apenas de acordo com sua destinação, finalidade e natureza;
- b) exigir que o comodatário efetue os gastos ordinários para conservação, uso e gozo da coisa emprestada, restituindo-a findo o prazo convencionado ou presumido;
- c) arbitrar e cobrar aluguel, como penalidade e para satisfação de perdas e danos, em caso de atraso na restituição.

Infere-se então que, quando a biblioteca empresta um livro ao usuário, a modalidade de empréstimo é a de comodato.

### 2.2.1.6 Prestação de serviços

Sobre a temática prestação de serviços, cabe transcrever dois artigos do Código Civil.

Art. 593. A prestação de serviço, que não estiver sujeita às leis trabalhistas ou a lei especial, reger-se-á pelas disposições deste Capítulo.

Art. 594. Toda a espécie de serviço ou trabalho lícito, material ou imaterial, pode ser contratada mediante retribuição. (BRASIL, 2002)

Da letra da lei, extrai-se que a prestação de serviço que não for regulamentada por leis trabalhistas é regulada pelo Código Civil, portanto será uma relação civil. Seja um trabalho material seja imaterial, pode ser contratado mediante retribuição, que aqui é entendida como prestação pecuniária. Cabe relatar que, ainda que o diploma legal não tenha feito ressalva aos direitos do consumidor, autores alegam que tais regras são de caráter residual, pois aplicam-se apenas quando não regidas pela *Consolidação das Leis do Trabalho* e pelo *Código do Consumidor*. (GONÇALVES, 2018b, p. 362).

A aquisição de uma assinatura de jornal impresso implica uma compra e venda, mas também implica uma prestação de serviço. Portanto, é regulada pelos dois institutos, cada qual em sua modalidade. Por exemplo, se um jornal diário é entregue sempre com um dia de atraso, o produto (o jornal) está sendo entregue, porém a prestação de serviço é falha, uma vez que está sendo executada com atraso. Sobre a prestação de serviço, serão aplicados os dispositivos do Código Civil cumulativamente ao *Código do Consumidor*, ao que a este couber.

### 2.2.1.7 Edição (contratos especiais)

Os direitos autorais visam proteger e amparar os direitos dos autores e outros conexos a ele e possuem o objetivo de estimular e garantir a criação intelectual. Entende-se por contrato de edição: “aquele pelo qual o autor autoriza temporariamente o editor, mediante remuneração, a reproduzir, divulgar, custear e explorar com exclusividade uma obra intelectual, no prazo e condições do contrato” (WALD *apud* GONÇALVES, 2018b, p. 672).

O contrato de edição fundamenta-se nos incisos I a IV e no VI, do art. 29, cumulados com o art. 53, todos da Lei nº 9.610, de 1998, intitulada *Lei de Direitos Autorais*. Observa-se o que dispõe o art. 53:

Art. 53. Mediante contrato de edição, o editor, obrigando-se a reproduzir e a divulgar a obra literária, artística ou científica, fica autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-la e a explorá-la pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor.

No contrato de edição, não está prevista a cessão dos direitos autorais, que é regulada pelo art. 49 e os seguintes. Portanto, conforme afirma Gonçalves (2018b, p. 673), “não se confunde o contrato de edição com o de cessão de direitos autorais”, pois, pelo de cessão de direitos, “transmite-se definitivamente o direito cedido”. Por sua vez, o contrato de edição apenas “assegura ao editor o direito de publicação de uma ou mais edições, contendo determinado número de exemplares”.

No contrato de edição propriamente dito, o editor é que explora a obra, custeando-lhe a impressão, publicidade e venda, gozando do direito exclusivo de reprodução de uma ou mais edições, conforme dispuser o contrato. No silêncio deste, entende-se que o direito versa apenas sobre uma edição, sendo esta de três mil exemplares. [...] A edição distingue-se também da distribuição, que se limita à colocação, no mercado, de obra editada por outrem ou publicada pelo próprio autor, bem como da impressão, que consiste apenas na realização do trabalho gráfico. Difere, ainda, do contrato de prestação de serviço e da sociedade, mesmo que haja participação do autor no êxito da obra. (GONÇALVES, 2018b, p. 674)

Portanto, o que define de fato o contrato de edição é a concessão dada pelo autor ao editor para reprodução da obra, de modo amplo ou limitado, para uma edição ou tiragem. Disso, extrai-se que duas são as partes no contrato de edição, o autor e o editor. Segundo a legislação, o autor “é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica”, e editor será aquele que tem o direito de “reproduzir e divulgar obra literária, artística ou científica, explorando-a economicamente” (BRASIL, 1998).

Cabe destacar os direitos e deveres que caberão aos autores e aos editores. Com relação aos autores, Gonçalves afirma:

Os principais direitos e deveres do autor são, em resumo, os seguintes:

- a) exigir prestação de contas, mensalmente, quando a sua remuneração depender do êxito da venda, se não foi convencionada outra periodicidade;
- b) efetuar emendas e alterações, nas edições sucessivas, que bem lhe parecer, desde que não prejudiquem os interesses do editor;
- c) examinar a escrituração deste, na parte que lhe corresponde, quaisquer que sejam as condições do contrato (Lei n. 9.610/98, art. 59);
- d) não dispor de sua obra, enquanto não se esgotarem as edições a que tiver direito o editor, seja para resumi-la, seja para incluí-la nas suas obras completas;
- e) intimar judicialmente o editor, uma vez esgotada a última edição, para que edite outra, sob pena de perder o direito e pagar perdas e danos. (GONÇALVES, 2018b, 675)

Quanto aos direitos e deveres dos editores, o mesmo autor diz:

Destacam-se, dentre os vários direitos e deveres do editor, os seguintes:

- a) fixar, como interessado na exploração comercial e técnico no assunto, o preço da venda, sem, todavia, poder elevá-lo a ponto de embarçar a circulação da obra;
- b) fixar o número de exemplares de cada edição, sem reduzir a tiragem ao ponto de cercear a difusão da obra (Lei n. 6.910/98, art. 60);
- c) facultar ao autor o exame da escrituração na parte que lhe corresponde;
- d) não fazer abreviações, adições ou modificações, sem permissão do autor;
- e) exigir a retirada de circulação de edição da mesma obra, feita por outrem, na vigência do contrato de edição; e
- f) encarregar outra pessoa de atualizá-la em novas edições, se for necessário e o autor negar-se a fazê-lo.

Na falta de convenção sobre o número de exemplares de cada edição, considera-se que ela se constitui de 3.000 (Lei n. 9.610/98, art. 56). O editor tem o prazo de dois anos da celebração do contrato para editar a obra, salvo convenção em contrário. Tem ele o dever de lançá-la mencionando o seu título, sob o nome do autor, ou pseudônimo por este adotado, bem como o ano de publicação. No caso de tradução, é obrigado a mencionar o título original e o nome do tradutor (art. 53, parágrafo único). (GONÇALVES, 2018b, 675)

A autorização para reproduzir e divulgar a obra, concedida pelo autor ao editor, é o objeto do contrato de edição. A legislação (BRASIL, 1998) de forma esparsa prevê hipóteses de extinção do contrato de edição. A seguir, estão enumeradas algumas dessas hipóteses:

- a. Esgotamento da edição.
- b. Não cumprimento de prazo contratual para edição da obra.
- c. Morte ou incapacidade superveniente do autor, antes de concluída a obra.
- d. Apreensão da obra ou proibição pelos poderes públicos (censura).
- e. Destruição da obra.
- f. Falência do editor.

Após a descrição de alguns dos contratos que regulam o mundo jurídico e que podem ser utilizados como instrumentos em bibliotecas, o próximo assunto terá como foco as aquisições de coleções em bibliotecas universitárias e seus modelos de negócios.

### 2.3 NEGÓCIOS DO LIVRO

Num primeiro momento, importa identificar quem é quem no mercado, ou seja, quem são os agentes, bem como delimitar seus papéis e funções. Então, inicialmente tais “pessoas” serão identificadas para, na sequência, discorrer sobre os modelos de negócios de livros, que abrangem os livros impressos e os digitais.

Num segundo momento, importa explicar que o formato utilizado para a classificação e apresentação dos modelos de negócios não é necessariamente o mesmo adotado pela literatura. Para livros impressos, as literaturas nacional e estrangeira (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996; EVANS, 1979; FIGUEIREDO, 1993; VERGUEIRO, 1987,1989, 2010) tratam os modelos de negócios como modalidades de aquisição, identificando-as como: compra, permuta e doação. No entanto, há outros autores da literatura internacional que tratam esses modelos como negócios de aquisição para bibliotecas (GRANT, 1990; KATZ, 2000; SCHMIDT, 1999)

Já para os livros eletrônicos, as literaturas nacional (SERRA, 2015, 2018; SERRA; SANTARÉM SEGUNDO, 2017; SERRA; SILVA, 2016) e internacional (SHEEHAN, 2013; GRIGSON, 2011; MORRIS; SILBERT, 2011) utilizam os termos modelos de negócios para tratar das formas de aquisição de produtos informacionais ou prestação de tais serviços.

Acredita-se que tal diferenciação gera maior dificuldade de compreensão na mudança do padrão de aquisição de livros (desenvolvimento de coleções) para o de aquisição de serviços informacionais (gerenciamento de coleções). Em razão disso, a autora propôs nova divisão e subdivisão dos modelos de negócios em dois grupos: aquisição proprietária e provisão de acesso.

### **2.3.1 Agentes de negócios**

Os agentes de negócios são os atores que vendem ou fornecem livros para as bibliotecas. Como dispôs Costa (2015), “o vendedor ou fornecedor é o canal através do qual a biblioteca pode comprar livros”. Os agentes de negócios dos livros podem ser divididos em: editoras, livrarias, livreiros, distribuidores e agregadores.

As editoras são as empresas que produzem o livro desde sua edição até sua distribuição. Sobre o assunto, Cunha e Cavalcanti (2008, p. 141) definem editor e editora como “a pessoa ou empresa que publica uma obra e se responsabiliza tanto pela sua apresentação gráfica como pela sua distribuição e venda”. Quando realizam vendas diretamente à biblioteca, oferecem apenas seus próprios livros.

A negociação de livros impressos diretamente com grandes editoras costuma compensar, pois trata-se de uma negociação direta, sem intermediários. No entanto, como

bem aponta Costa (2015), há um número alto de editoras e a manutenção de muitos contratos de fornecimento implica outros custos administrativos para a biblioteca.

As livrarias são os estabelecimentos que vendem livros. Podem ser especializadas ou de uma editora exclusiva, mas, em geral, costumam vender livros de diversas editoras para o público comum, ou seja, para pessoas físicas. Por sua vez, o livreiro é a figura da livraria para bibliotecas. A diferença é que ele não tem um espaço físico; apenas faz a ponte entre a biblioteca e as editoras. No caso, as bibliotecas selecionam os livros que pretendem comprar e negociam com os livreiros que entregam os livros. É um modelo de compra muito comum.

Os agregadores surgem com o comércio de livros eletrônicos. Atuam de forma similar aos distribuidores. Eles atuam na distribuição de livros digitais para canais diversos de vendas, segundo Mello Júnior. (2016, p. 197) os agregadores

recebem os arquivos das editoras, convertidos ou para conversão, os submetem a um sistema DRM próprio ou utilizam alguma outra forma de controle, fornecendo os arquivos para os principais players, Market Places como Google Play, Apple Store, Amazon e Kobo, livrarias como Cultura, Saraiva, Travessa, entre outras e outros canais de vendas de e-commerce [...] realizam o controle das vendas e prestam relatórios para as editoras. Alguns também fornecem tecnologia de software para que as editoras e livrarias independentes realizem vendas de e-books diretamente. Esses distribuidores também têm em potencial a condição de se converterem em distribuidores agregadores para o varejo ou para as instituições, a partir de plataformas de streaming.

Costa (2015) explica que o agregador é uma organização que oferece livros digitais em uma única plataforma. Isso significa que ele poderá oferecer títulos individuais ou coletivos de uma mesma editora. Nesse mesmo sentido, Serra (2018, p. 117) afirma:

O agregador de conteúdo representa editores e possui uma plataforma própria (RONCEVIC, 2013). Normalmente são ferramentas robustas, capazes de transmitir segurança e estabilidade ao editor, garantindo que as obras serão consultadas somente pelos usuários vinculados à biblioteca contratante, de acordo com o licenciamento que foi estabelecido. Por firmarem contrato com diversos editores, possuem carteira variada de títulos, facilitando a contratação, uma vez que dispensa a realização de tratativas com diversos fornecedores. Os títulos que o agregador representa podem ser comercializados por eles ou por distribuidores.

Há ainda os distribuidores. Ao pensar no termo distribuidor, a associação a alguém que distribui é simples e rápida. Os distribuidores de livros são aqueles que distribuem os livros das editoras para as livrarias. Após o comércio eletrônico, passaram a distribuir também para o usuário final.

De acordo com Mello Júnior. (2016, p. 136), em razão da grande extensão territorial do Brasil, “as distribuidoras funcionam como logísticos, que estocam livros de diversas editoras e atendem às livrarias em pedidos de múltiplos catálogos editoriais [...] cobram comissão que vão de 10 a 20% sobre o preço sugerido pela editora do livro”. No caso dos livros eletrônicos, Serra (2018, p. 117) explica que

O distribuidor não possui plataforma, mas comercializa os títulos de editoras que possuem plataformas e de agregadores e entrega o acesso ao conteúdo na plataforma utilizada para os títulos que foram licenciados, finalizando sua participação no processo de contratação.

Por fim, vale destacar a fala da autora, que chama a atenção para a possibilidade de contratação de agentes de negócios distintos, que implicará a duplicidade de títulos.

A quantidade de fornecedores de livros digitais para bibliotecas não é vasta. Como consequência, pode ocorrer que os mesmos títulos sejam oferecidos por fornecedores diferentes. Se um editor possui uma plataforma, ele pode oferecer seus títulos diretamente à biblioteca. Porém, se ele também licencia seus livros por meio de um agregador, a biblioteca corre o risco de contratar títulos em redundância. O mesmo caso pode ser observado se um editor firmou contrato de representação com mais de um agregador. Assim, ao contratar ambos, os títulos da editora serão oferecidos em duplicidade na biblioteca, o que não é necessariamente um problema se as obras forem demandadas pelos usuários, mas se caracterizará como um desperdício de recursos financeiros se os títulos não forem de interesse destes. Esses casos são identificados como obras concorrentes. (SERRA, 2018, p. 117-118)

### **2.3.2 Modelos de negócios**

Este tópico busca descrever o modelo de negócios que as bibliotecas universitárias podem utilizar para disponibilizar livros a seus usuários, sejam eles impressos ou eletrônicos.

Segundo Serra (2015), o modelo de negócios adotado para livros eletrônicos é diferente dos modelos de negócios de livros impressos. Além disso, há diferença entre o modelo para pessoas físicas (uso pessoal) e pessoas jurídicas (bibliotecas – uso compartilhado). O livro eletrônico destinado ao uso pessoal é comercializado pelas livrarias em seus sítios, por meio do comércio eletrônico. Já para bibliotecas, eles são disponibilizados por licenciamento por meio de fornecedores, tais como agregadores de conteúdo, editoras, etc.

No que diz respeito às bibliotecas universitárias e aos modelos de negócios praticados por elas, em relação aos livros eletrônicos, Serra e Silva (2014, p. 12) relatam que

As experiências existentes, e os fornecedores, são centrados nos modelos de aquisição perpétua e assinatura de livros eletrônicos. Ainda existe, por parte dos fornecedores, pouca oferta de títulos em português. Atualmente, os bibliotecários brasileiros podem contratar fornecedores nacionais e estrangeiros, que praticam os modelos existentes. A falta de relatos de experiência aparenta indicar o desconhecimento das bibliotecas em relação ao livro eletrônico e às opções de modelos de negócios praticados pelos fornecedores. Evidentemente esse cenário decorre da própria instabilidade dos modelos de negócios, das políticas de preços praticadas, e da familiaridade dos bibliotecários e usuários com os livros eletrônicos, dispositivos de leitura etc.

### *2.3.2.1 Aquisição proprietária*

A aquisição proprietária trata da modalidade de negociação que permite que o suporte com o conteúdo da informação sejam adquiridos. Não deve ser confundida com o termo que a literatura apresenta como “aquisição perpétua”. Neste estudo, usa-se o termo “acesso perpétuo” para designar um modelo de negócios que, nas literaturas nacional e estrangeira (SERRA, 2015, 2018; SHEEHAN, 2013; GRIGSON, 2011; MORRIS; SILBERT, 2011), é conhecido como “aquisição perpétua”. O modelo de acesso perpétuo será explicado mais adiante em tópico específico, dentro dos modelos que versam sobre provisão de acesso.

Relembrando conceitos já estudados, o livro possui três elementos: suporte, conteúdo e instrumento de escrita. Na aquisição proprietária, ocorre o aquirimento da propriedade de, ao menos, um desses elementos se livro impresso (suporte), de dois deles se livro eletrônico (suporte e instrumento de escrita/leitura) e da aquisição da posse sobre o conteúdo. Destaca-se que o conteúdo sempre será de propriedade do autor. Portanto, os elementos que irão definir a aquisição proprietária serão os seguintes: a propriedade sobre o suporte e a posse sobre o conteúdo. Diante do exposto, serão possíveis três categorias: compra, doação e permuta.

Do ponto de vista jurídico, as modalidades: compra, doação e permuta já foram estudadas no Tópico 2.2 deste trabalho. Nos tópicos a seguir, os modelos serão estudados sob a ótica da prática da biblioteca.

### 2.3.2.1.1 Compra

Compra é a aquisição consolidada e amplamente praticada pelas bibliotecas. Consiste na seleção e aquisição de material a ser disponibilizado. Neste modelo de aquisição, a biblioteca prioriza as necessidades de informação dos usuários de sua instituição.

Segundo o dicionário de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 20), a aquisição é um “procedimento relativo à incorporação das aquisições em um acervo, depois da comparação com a encomenda e verificação do item”. Quando os autores definem a aquisição como a incorporação de materiais após a encomenda, há implícito, na ideia de encomenda, um “pedido”, uma “requisição”. Portanto, não é absurdo inferir que, nessa definição, a aquisição é associada à compra. Ressalta-se que, juridicamente, a compra é a contraprestação financeira pela aquisição de um bem.

Quando se fala na aquisição pura e simples, que, nesta pesquisa, qualificou-se como aquisição proprietária, apenas para fins didáticos, a relação de compra e venda se dá por meio de uma biblioteca com um ou mais fornecedores para aquisição de material bibliográfico, que, neste caso, é o livro. Os contatos dos fornecedores das bibliotecas podem ser: livreiros, editores e distribuidores.

De acordo com Andrade e Vergueiro (1996), a compra é uma forma de materializar o processo de aquisição e, para sua execução, são seguidos alguns passos:

- Elaboração e envio de listas aos fornecedores para cotação.
- Decisão dos itens a serem adquiridos, após recebimento da cotação.
- Encaminhamento do pedido de compras ao setor responsável.
- Controle de registros.
- Pagamento.
- Recebimento do material.

No Brasil, em razão de a legislação de direito público ser distinta da legislação de direito privado, no caso de compras de livros por bibliotecas universitárias, alguns requisitos precisam ser cumpridos, de acordo com as exigências da *Lei de Licitações* (Lei nº 8.666/1993). De acordo com esta legislação pode-se adquirir materiais e contratar

serviços. Para a modalidade proprietária, a aquisição será a de materiais, à exceção da assinatura de publicações seriadas, que, excepcionalmente, se aplica à aquisição de serviços com entrega de material. A aquisição de serviços será a que se aplica aos modelos de negócios baseados na provisão de acesso.

### Aquisição cooperativa

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 20), a aquisição cooperativa ou planejada

consiste na organização e coordenação das aquisições, envolvendo duas ou mais entidades, tais como bibliotecas, centros ou serviços, em nível local, regional, nacional ou internacional. Este plano ou sistema tem por finalidade prover a existência de pelo menos um exemplar de cada publicação na área geográfica em consideração.

A aquisição compartilhada visa à redução de custos, normalmente é realizada por bibliotecas que fazem parte de um consórcio. É importante perceber que, neste tipo de aquisição, todas as bibliotecas integrantes poderão ser coproprietárias dos livros que adquiriram juntas, ou podem apenas realizar uma compra conjunta, em que cada uma delas será proprietária de seu próprio exemplar. Neste último caso, as bibliotecas “ganham” por estarem comprando livros em maior quantidade do que efetivamente comprariam.

Detalham Andrade e Vergueiro (1996, p. 55):

A literatura vem recomendando a formação de consórcios para aquisição de livros e outros documentos eletrônicos para aumentar a capacidade de negociação e garantir o compartilhamento de coleções (FLOWERS, 2004, VASSILOU et al., 2012; RADNOR, SHRAUGER, 2012; MACEVICIUTE, 2014). No Brasil, essa modalidade é pouco praticada, a exceção mais conhecida é o Consórcio CRUESP. Desse modo, as bibliotecas vêm perdendo oportunidades de garantir melhores contratos, por falta de negociação.

No mesmo sentido, Santos e Weitzel (2017),

Cada vez mais, hoje em dia, procura-se desenvolver programas de aquisição cooperativa, considerada como uma maneira eficiente para dividir responsabilidades de aquisição entre atividades congêneres, bem como para evitar a duplicação desnecessária de acervo e diminuir os altos custos de obtenção da informação. [...]. Consiste, enfim, na racionalização das compras em função da possibilidade de se obter o título, ou cópia dele, em outra biblioteca, opção esta que pode ser pensada em nível local, nacional ou mesmo internacional.

Destaca-se que a aquisição cooperativa é uma compra, em que, para o mesmo material, poderá haver mais de um proprietário. Se determinada biblioteca adquire um título de forma cooperativa com uma segunda biblioteca, ambas são donas desse título. Não se trata de um serviço de empréstimo entre bibliotecas. Isso é importante, porque há autores que podem fazer essa confusão.

#### Assinatura de publicações impressas periódicas

A assinatura tem implícita em si o cumprimento de um serviço, portanto não se trata de mera aquisição de material. Andrade e Vergueiro (1996) incluem como materiais periódicos: publicações editadas em partes sucessivas, com intervalos regulares ou não, mas que tenham por propósito uma certa continuidade indefinida. São exemplos de materiais periódicos: jornais, revistas, anuários, séries monográficas, anais de eventos, entre outros.

É uma modalidade de compra contínua, portanto não finda com o recebimento do material, que demandará maior controle por parte do bibliotecário. O pagamento também costuma ser seriado, logo poderá ser prévio ou posterior à entrega do produto.

Como dito anteriormente, trata-se de uma modalidade que combina a prestação de serviços com a entrega de um produto, por isso será a única modalidade que, se for contratada por uma biblioteca regida pelo direito público, terá a escolha de regime de contratação de serviços.

#### Approval plans

De acordo com Grant (1990), o *approval plan* seria como uma compra sem compromisso. Nessa modalidade, o fornecedor encaminha livros para a biblioteca, e ela seleciona os que lhe interessa e devolve os demais. Segundo o autor,

Um *approval plan* é um compromisso contratual entre a biblioteca e o fornecedor. O fornecedor utiliza um perfil (descrição codificada que o fornecedor faz das necessidades da biblioteca) para descobrir os interesses de aquisição da biblioteca. Por meio do perfil, o fornecedor compromete-se a fazer remessas regulares (normalmente semanais) de publicações atuais sobre os assuntos ou das editoras indicadas pela biblioteca. Os livros são enviados para aprovação; ou seja, a biblioteca analisa os livros recebidos e se reserva o direito de devolver qualquer item que não desejar. (GRANT, 1990, p. 154; tradução nossa).

Vergueiro (2010) destaca que esta seria uma modalidade de futura aquisição, em que parte do processo de seleção seria realizada pelo fornecedor. Parte da literatura americana e europeia identifica esse serviço como de pré-seleção. Enquanto modalidade de aquisição, Andrade e Vergueiro (1996) destacam que o *approval plan* é pouco utilizado no Brasil, porém obteve muito sucesso a partir da década de 1960 nas bibliotecas norte-americanas.

O *approval plan* funciona como um contrato firmado entre o fornecedor e a biblioteca. Num primeiro momento, constitui uma prestação de serviço, que se concretiza como uma venda de produto, tratando-se, portanto, de compra, de acordo com as escolhas realizadas pela biblioteca.

Mediante o exposto, os modelos de aquisição de livros por compras são simples, normalmente marcados pela negociação entre a biblioteca ou as bibliotecas e um ou mais fornecedores. São reguladas por contratos de compra e venda, sem muitas implicações jurídicas.

#### Compra eletrônica (*download*)

Em inglês, *down* tem o significado de “baixar”, “descarregar”, e o termo *load* terá vários significados. No presente caso, trata-se de um substantivo, que significa “carga”. Assim, ao unir os dois termos, tem-se a ideia de “baixar uma carga”. No uso comum, o termo significa “baixar um arquivo de dados”, ou seja, indica que um arquivo que foi “baixado”.

A compra de um conteúdo eletrônico implicará no *download*, pois para a aquisição é necessária a posse do conteúdo e a propriedade do suporte. Se um livro eletrônico é negociado em formato PDF, ele poderá ter seu conteúdo comercializado de modo a permitir a transferência para o adquirente daquele arquivo digital. Será de responsabilidade do adquirente a aquisição dos demais elementos (*software* e *hardware*) necessários para a leitura.

Uma vez que a compra foi realizada e o arquivo com conteúdo foi baixado, o controle de uso será do adquirente, não do fornecedor, diferentemente do que ocorre no *download* por *streaming*. Para não acarretar confusão, foi utilizado o termo “*download* por transferência de arquivo”, porque, nos casos de serviços de *streaming*, ainda que o conteúdo seja baixado, não será controlado pelo adquirente, e sim por seus fornecedores.

A literatura aborda esse modelo de negócio como vinculado ao licenciamento gratuito, porém ele também pode ser cobrado. E, de fato, em alguns casos o é. Sobre o licenciamento aberto, Serra (2018, p. 115) diz que

O livro digital pode ser aberto ou licenciado. Quando é aberto, a leitura ocorre no formato em que foi desenvolvido, normalmente em plataforma gratuita. **Seu acesso é franqueado e dispensa tratativas comerciais ou autorizações de uso.** Fica a critério da biblioteca se o arquivo será armazenado em servidores locais, repositórios digitais ou se será um link da web no qual o conteúdo está disponibilizado. Os livros digitais abertos não representam limitações às bibliotecas, uma vez que seu uso não é restrito a uma plataforma proprietária e o acesso simultâneo é permitido. Sua adoção demanda ações de preservação digital, espaço de armazenamento e atenção em relação aos aspectos legais que permeiam a disponibilização para consulta ilimitada aos usuários. Guardadas essas reservas, o uso não representa complexidade, cabendo à biblioteca o controle da quantidade de acessos realizados como forma de aferir pertinência de manutenção do conteúdo na coleção e aplicações de política de preservação digital.

#### 2.3.2.1.2 Doação

As doações são da ordem de dois tipos: solicitadas e espontâneas. Vergueiro e Andrade (1996) abordam que frequentemente as bibliotecas têm interesse na obtenção de publicações por meio de doações. Então, há alguns casos em que são elaboradas cartas a instituições governamentais ou particulares, que solicitam de fato doações de itens específicos. A justificativa para tais pedidos costuma ser de ordem econômica e cultural. As doações espontâneas serão aquelas realizadas por terceiros, sem que, para isso, tenha havido qualquer iniciativa da biblioteca. Para as doações espontâneas, recomenda-se que sejam aplicadas as regras contidas na modalidade de seleção.

#### 2.3.2.1.3 Permuta

A permuta, como já estudada, compreende a troca de um bem por outro sem que haja contraprestação monetária. Sobre o assunto, Andrade e Vergueiro (1996, p. 68) discorrem:

Basicamente, um programa de permuta consiste em um acordo preestabelecido entre duas instituições, com o compromisso mútuo de fornecimento de publicações das próprias entidades, de obras duplicadas ou retiradas do acervo ou de obras recebidas em doação, mas sem interesse para incorporação ao acervo.

É uma forma de negociação que também pode ocorrer entre a biblioteca e seus usuários, em uma hipótese de reposição de livro perdido, que esteja indisponível

para compra, por exemplo. Figueiredo (1993) aponta a troca de publicações editadas entre instituições como um caso corriqueiro nesse modelo de negócios (permuta). Vergueiro e Andrade (1996) apontam como comum a lista de duplicatas em programas de permuta.

### 2.3.2.2 Provisão de acesso

O que irá diferenciar a provisão de acesso da aquisição proprietária será a posse do conteúdo. O conteúdo é controlado por aquele que o detém. No caso da aquisição proprietária, a biblioteca possui completo domínio sobre o suporte e, conseqüentemente, a posse sobre o conteúdo. Nos modelos de provisão de acesso, quem detém a posse do conteúdo são os fornecedores, que disponibilizam o acesso e o uso. Ao abordar a provisão de acesso sob a ótica do licenciamento, Serra (2018) observa:

O licenciado [...] representa desafios, uma vez que a contratação pela biblioteca é realizada por meio de modelos de negócios que definirão como será o uso e por quanto tempo o título estará disponível aos usuários. A leitura será mediada por uma plataforma proprietária, com acesso controlado e restrições para realização de download, leitura off-line, impressão, cópia de trechos e inclusão de anotações e marcações, entre outros aspectos definidos pelo fornecedor. **Independentemente de qual seja o fornecedor, a leitura será sempre realizada na plataforma da terceira parte com quem o licenciamento foi firmado.** A biblioteca pode ou não incluir os títulos licenciados em seu catálogo. Se o fizer, a descoberta dos títulos digitais pode ser realizada na ferramenta do fornecedor ou no catálogo on-line (OPAC – Online Public Access Catalogue) da biblioteca, mas a leitura será sempre mediada pela plataforma proprietária. (SERRA, 2018, p. 116, grifo nosso)

O termo “licenciado” remete à ideia de que os livros que são negociados por provisão de acesso serão sempre negociados por meio de plataformas controladas por terceiros. E tendo a provisão de acesso outros dois modelos, não se julgou o termo adequado por não contemplar os outros tipos.

Schell (2011) e Serra e Silva (2014) destacam que, para a contratação de plataformas por contrato de licenciamento eletrônico, as bibliotecas devem responder a algumas questões, tais como:

- Há pessoa capacitada na equipe para negociar o licenciamento com o fornecedor?
- Os registros no formato MARC serão disponibilizados pelo fornecedor?
- Quais usuários terão acesso ao conteúdo licenciado?

- Como o fornecedor garante o acesso *online*, o suporte e a preservação digital dos livros eletrônicos?
- Existe a opção de formação de fila de reservas eletrônicas?
- Dados estatísticos de acesso serão informados pelos fornecedores?
- É permitido o empréstimo entre bibliotecas?
- Há conteúdo acessível para deficientes visuais?
- Existem restrições de acesso?
- É possível imprimir ou realizar o *download* do conteúdo licenciado?
- Como se realiza o descarte dos livros eletrônicos?

Serra e Silva (2014) acreditam que o modelo de provisão de acesso, denominado por eles de licenciamento, seja um problema para a biblioteca. Segundo os autores:

Para a biblioteca, ter a licença de uso e não a propriedade dos livros eletrônicos, é um problema, uma vez que o controle da existência, permanência e utilização das publicações licenciadas são determinantes para o desenvolvimento de coleções e manutenção dos serviços prestados. (SERRA; SILVA, 2014, p. 5)

Morris e Silbert (2011) relatam que esses modelos surgem porque fornecedores e editores de *e-books* têm necessidade de desenvolver modelos de compra que atraiam as bibliotecas, e que, ao mesmo tempo, protejam o conteúdo negociado de atividades ilícitas (pirataria) e ainda gerem e protejam a receita deles. Como resultado, há uma variedade de opções disponíveis para bibliotecas que desejam criar coleções de livros eletrônicos. Como provisões de acesso a livros eletrônicos, foram identificados quatro modelos de negócios: acesso perpétuo, assinatura eletrônica, *pay-per-view* e *demand drive acquisition*. Há, entretanto, dois modelos de negócios que nem sempre são tratados como tal: o empréstimo entre bibliotecas e o aluguel de livros. Ambos os modelos podem ser caracterizados como provisão de acesso e são voltados para livros impressos.

#### 2.3.2.2.1 Empréstimo entre bibliotecas (EEB)

Num primeiro momento, pode soar estranho pensar no Empréstimo entre Bibliotecas (EEB) como um modelo de negócios. No entanto, deve-se observar que o

modelo de negócios do livro é uma forma de comercialização, seja ela gratuita ou onerosa, que irá implicar posse do bem ou acesso a ele. Então por que não considerar o EEB como um modelo de negócios?

O empréstimo entre bibliotecas configura uma modalidade por meio da qual usuários de uma determinada biblioteca têm acesso a livros de uma segunda biblioteca, de cuja comunidade eles não fazem parte.

Vergueiro (1989, 2010) considera que o acervo de bibliotecas que permitem o EEB, e que são conveniadas, deve ser considerado no momento do desenvolvimento do acervo (seleção e aquisição). Segundo o autor, não é possível, nem viável, que uma biblioteca contemple todo o conteúdo existente.

#### 2.3.2.2.2 Aluguel de coleções

O aluguel de coleções não se consolidou no Brasil, sendo mais comum seu uso em bibliotecas públicas da América do Norte. (Vergueiro, 2010; 1997). Neste modelo, bibliotecários contratam, por determinado tempo, livros selecionados por eles com o intuito de suprir determinadas demandas.

Em primeiro lugar, de acordo com Lynch (2001), centenas de bibliotecas públicas americanas têm contratos de longo prazo com fornecedores para alugar livros de bolso que tenham alta demanda. Esses livros alugados não são de propriedade da biblioteca, mas são sempre considerados pelos bibliotecários como parte de sua coleção.

Numa hipótese em que sejam alugadas obras raras ou indisponíveis para compra, na legislação brasileira se aplica a legislação da locação. Entretanto, se os livros forem obras comuns, que podem ser adquiridas facilmente, tratando-se, portanto, de livros fungíveis (substituíveis), aplica-se a legislação do empréstimo por mútuo.

#### 2.3.2.2.3 Acesso perpétuo

É também conhecido na literatura como modelo de aquisição perpétua ou ainda propriedade perpétua (MORRIS; SILBERT, 2011). No entanto, como não é um modelo que implica propriedade, usa-se nesta pesquisa o termo “acesso perpétuo”. Para Morris e Silbert (2011), trata-se de um modelo bastante escolhido pelos bibliotecários por guardar certa similaridade com o modelo de negócios dos livros impressos.

O uso do livro é condicionado a um acesso por vez, ou seja, esse modelo não permite que vários usuários acessem ao mesmo tempo. Além disso, o livro pode ser acessado *ad aeternum*, por isso não há necessidade de renovação de licença. Por essa razão, costuma ter um valor elevado. Sobre esse modelo, Morris e Silbert (2011) relatam que o preço por esse tipo de livro eletrônico é comumente mais alto que o de um livro impresso.

Como não há transferência do arquivo eletrônico, o livro fica disponível por meio de uma plataforma de acesso. Em alguns casos, o fornecedor pode exigir pagamento pelo custo de hospedagem. (GRIGSON, 2011). Neste modelo, a biblioteca adquire acesso como se fosse um exemplar, e quanto maior o número de acessos adquiridos maior o preço daquele título.

Georgas (2015) destaca que, mesmo sendo um modelo de acesso perpétuo, a biblioteca poderá ficar sem aquele título, pois, por razões que envolvem direitos autorais, o fornecedor poderá ser “obrigado” a retirar o conteúdo da plataforma. Esse acesso perpétuo costuma ser negociado usualmente no comércio varejista, ou seja, para o consumidor final. Para compreender de forma mais clara: se determinado usuário comprar um livro na Amazon, somente poderá ler aquele livro pelo aplicativo Kindle. O aplicativo, enquanto *software*, é de acesso e uso gratuito, ou seja, qualquer pessoa poderá baixá-lo. Entretanto, se esse usuário for proprietário de outro dispositivo leitor, tal como o Kobo, a leitura desse livro não será permitida. O mesmo fato irá ocorrer com livros eletrônicos adquiridos na Saraiva, que se encontram vinculados ao aplicativo Lev, que é o aparelho leitor da loja. (COSTA, 2015).

Lynch (2001, p. 6) chama a atenção para esse assunto e dispõe que:

Problemas graves já estão surgindo aqui. Ao comprar um e-book, deve-se especificar para qual plataforma se está comprando, e alguns e-books estão disponíveis apenas para plataformas específicas (e não para outras plataformas funcionalmente equivalentes) simplesmente porque o fornecedor não produziu um arquivo em o formato específico para cada plataforma disponível.

Esse modelo não parece ser tão atrativo assim para as bibliotecas. Além disso, para os fornecedores, Serra (2015) destaca que também não se trata de um modelo de negócios interessante, pois pode representar queda na venda de livros impressos.

Não é um modelo interessante aos fornecedores, temerosos com os riscos de distribuição descontrolada ou uso indevido, além de venda de uma licença que pode ser consultada por diversos usuários, mesmo que na opção monousuário.

Ao comprar um título, a biblioteca não adquire diversos exemplares como ocorre com livros impressos, representando queda nas vendas do fornecedor. (SERRA, 2015, p. 124/5).

Por fim, cabe chamar a atenção para o fato de que o acesso perpétuo deixa a cargo do fornecedor toda a parte de preservação da informação. Dessa forma, fica a seguinte questão: se a empresa fornecedora falir, e não puder mais sustentar os servidores que armazenam o conteúdo e demais itens de infraestrutura, como a biblioteca poderá resolver? São questões importantes, e o bibliotecário responsável deve refletir sobre elas antes de tomar suas decisões.

#### 2.3.2.2.4 Assinatura eletrônica

A assinatura é um modelo de negócios que se tornou muito comum para usuários pessoais, principalmente com os serviços de *streaming*, como Netflix e Spotify. Esses modelos são conhecidos como assinaturas por pacote, ou seja, aquelas que contemplam produtos de títulos diversos. Cabe destacar que as assinaturas eletrônicas para as bibliotecas surgiram com os periódicos eletrônicos.

No modelo de negócios de assinatura, a biblioteca contrata um pacote que reúne vários títulos. Durante o período vigente da assinatura, a biblioteca disponibilizará o acesso daqueles títulos a seus usuários. Sobre o assunto, Grigson (2011) relata que os custos de assinatura costumam ser mais baixos, e os custos da plataforma já tendem a estar inclusos.

Uma assinatura geralmente fornece acesso apenas por um período específico, de modo que, se a taxa anual não for mais paga, o e-book ou pacote não estará mais acessível. Por esse motivo, os preços das assinaturas geralmente são mais baixos do que os preços de compra, e o modelo de preços pode ser mais simples, já que as taxas de plataforma são geralmente incluídas. (GRIGSON, 2011, p. 28)

Apesar do custo mais baixo, Albitz e Brennan (2012) chamam a atenção para a instabilidade, uma vez que o conteúdo é alugado e a biblioteca não tem nenhuma garantia de que os títulos permanecerão disponíveis. Se surgir nova edição ou, ainda, se o contrato firmado com um autor findar, o conteúdo poderá desaparecer da base.

A questão é tão latente que Georgas publicou, ainda em 2015, um artigo intitulado *O caso do desaparecimento de e-book: bibliotecas acadêmicas e assinatura de pacotes*. Na publicação, o autor relata os problemas que instituições universitárias podem

enfrentar caso determinado livro que, antes estava disponível na base, seja excluído ou substituído por outro.

Morris e Silbert (2011) também destacam que, na assinatura eletrônica, o conteúdo incluído é selecionado pelo fornecedor ou editor, e as bibliotecas não têm a oportunidade de escolher os títulos que lhe apeteçam. No mesmo sentido de Georgas (2015) e Albitz e Brennan (2012), Morris e Silbert (2011) relatam que é comum que o conteúdo do pacote contratado seja alterado durante a vigência do contrato. Em razão de tal fato, os autores ressaltam a importância de que o bibliotecário tome conhecimento disso, para o caso de uma possível supressão ou adição de registros MARC em seus sistemas.

#### 2.3.2.2.5 *Pay-per-view* (PPV)

O modelo de *pay-per-view* (PPV) é também identificado como *Short Term Loan* (STL). Funciona como um aluguel de títulos específicos, tal como na TV a cabo. Neste modelo, o usuário tem acesso a todos os títulos que se encontram na plataforma e, caso se interesse por algum título que não esteja no acervo, solicita o acesso mediante pagamento. O acesso será exclusivo daquele usuário e terá prazo estipulado. Ao final do prazo, o livro é “devolvido” novamente à plataforma. (SCHELL, 2011).

Sobre esse modelo de pagamento por exibição, Morris e Silbert (2011) destacam que é uma maneira econômica de fornecer acesso ao conteúdo de livros eletrônicos, uma vez que o pagamento só ocorre em razão do que de fato é utilizado (acessado). No entanto, lembram que a biblioteca deverá estar disposta e preparada para aceitar taxas contínuas, pagas sempre que o conteúdo for utilizado (acessado).

Serra (2015, p. 130) compara este modelo ao EEB, pois permite que uma obra externa à instituição seja utilizada temporariamente. Essa não é uma comparação errônea, porém julga-se mais apropriada uma analogia com o serviço de Comut, que exige contraprestação financeira das instituições participantes para cobrir os custos do serviço. No caso do empréstimo, não necessariamente haverá contraprestação financeira.

### 2.3.2.2.6 Demand Drive Acquisition (DDA)

Serra e Silva (2014) destacam que, desde que o modelo *Demand Drive Acquisition* (DDA) surgiu, por volta dos anos 2000, já foi identificado por diversas nomenclaturas, tais como: *Patron Driven Selection* (seleção orientada pelo usuário), *Patron Drive Initiated* (iniciativa dirigida pelo usuário), *Patron Driven Purchasing* (compra dirigida pelo usuário) e *Demand Driven Acquisition* (aquisição orientada por demanda).

Neste modelo, o catálogo do fornecedor seria, em parte ou inteiramente, disponibilizado para que pudesse ser consultado pelos usuários. Depois de uma quantidade de acessos a ser definida pelo bibliotecário, a obra passaria a fazer parte da coleção da biblioteca, em processo automático de licenciamento (NIXON; FREEMAN; WARD, 2011, p. 3).

A seleção seria feita pelo usuário, e não pelo bibliotecário. Após uma quantidade de acessos realizados, o livro passaria a ser considerado integrante daquela coleção. Esse modelo é uma combinação dos modelos “acesso perpétuo” e “pay-per-view”. Basta observar que, assim como no *pay-per-view*, os livros encontram-se disponíveis para visualização e acesso. Conforme os livros são acessados, a biblioteca realiza o pagamento por eles. Entretanto, ao atingir uma quantidade de acessos, o livro passa a ser parte do acervo daquela biblioteca, sem que ela precise realizar novo pagamento, caracterizando-se assim como acesso perpétuo.

Cabe trazer a discussão as palavras de Serra e Silva (2014, p. 10):

Price (2009, p. 3) pontua que a diferença entre a aquisição no modelo PDA e o método tradicional consiste no tempo de vigência do licenciamento: o usuário dá início ao licenciamento (temporário ou definitivo) da obra solicitada após o acesso a mesma, enquanto que para o bibliotecário o licenciamento vigora antes da publicação ser utilizada.

Na fala dos autores, ao que parece, o método tradicional para aquisição de livros eletrônicos seria o acesso perpétuo, pois a diferença se dá pelo licenciamento. Discorda-se dos autores, nesse ponto, pois o método tradicional que poderia ser o mais utilizado ou o que mais se assemelha às práticas já existente seria o modelo de compra de conteúdo eletrônico. Ademais outro ponto de discordância é o tratamento dado ao modelo de negócios acesso perpétuo, como sendo uma possibilidade de aquisição de conteúdo pela biblioteca. Se o licenciamento é uma forma de prestação de serviço, não há aquisição,

pois mesmo que seu caráter seja perpétuo, o exercício de domínio se dará por outra instituição que não a biblioteca.

Pontuada tais ressalvas, a fala dos autores é importante para que se perceba que o modelo permite certa flexibilidade que os demais não têm. Exemplificando: determinada biblioteca contrata uma plataforma específica neste modelo por um período de vigência de cinco anos. Essa mesma biblioteca estabelece que, após o número de 100 acessos, a obra será “adquirida”. Se o centésimo acesso ocorrer no primeiro ano, a obra poderá ser acessada pelos dois anos seguintes de forma ilimitada sem que seja necessário pagar pelo acesso. Esse é um exemplo de licenciamento temporário. O licenciamento seria definitivo, se ocorresse na modalidade de acesso perpétuo.

Com base no estudo de Serra e Silva (2014), o Quadro 1 apresenta a relação de vantagens e desvantagens do DDA.

**Quadro 1.** Vantagens e desvantagens do modelo DDA

VANTAGENS	DESVANTAGENS
Satisfação do usuário Oferta de títulos que o usuário deseja Rápida disponibilidade e acesso a títulos Acesso a títulos não licenciados pela biblioteca Processo de aquisição acelerado, com pouca burocracia Combinação variada de negociação entre as bibliotecas e fornecedores para instalação do programa Disponibilidade das obras para outros usuários Atualização rápida do acervo Aumento de circulação Melhor retorno de investimento (biblioteca paga apenas o que usar)	Controle da coleção delegado ao usuário e não ao bibliotecário No caso das bibliotecas universitárias, a definição se dá em parte por usuários transitórios Risco de perda no controle do processo de aquisição Baixa oferta de títulos Baixa qualidade dos registros em MARC Risco de menor controle orçamentário Preferência dos usuários pela procura de livros nas estantes por assunto do que no OPAC Poucos usuários definem os títulos para aquisição (aquisição desbalanceada) Desenvolvimento da coleção determinada por usuário ou grupo de usuários que acessam obras não pertinentes ao acervo

Fonte: SERRA (2015)

### 3. METODOLOGIA

Esta pesquisa se propõe a investigar como os bibliotecários estão desenvolvendo o acervo de bibliotecas universitárias com livros eletrônicos, em face dos novos modelos de negócios. Isso significa que, para responder à proposta, será necessário estudar os modelos de negócios dos livros eletrônicos, bem como estudar como bibliotecários de bibliotecas universitárias estão se posicionando diante dessas mudanças.

Segundo Oliveira (1999), um método compreende passos a serem percorridos em certo caminho a fim de que seja possível conhecer uma realidade, construir determinado objeto ou desenvolver procedimentos. Para conhecer uma realidade, é necessário delimitá-la e estudá-la. Há vários métodos que podem propiciar as bases lógicas de uma investigação. Assim, para decidir acerca das regras de explicação dos fatos, optou-se pelo método indutivo.

O método indutivo parte de uma realidade particular observada – no presente estudo, as bibliotecas universitárias – para uma posterior generalização. A pesquisa investiga um tema ainda pouco estudado, e a utilização deste método propiciou a inferência de conclusões prováveis. Segundo Gil (2011), o método indutivo foi proposto por autores tais como Bacon, Hobbes e Locke, para os quais o conhecimento centra-se na experiência, sem levar em consideração os princípios anteriormente estabelecidos. Portanto, sendo a nova realidade disruptiva, o método indutivo permite o estabelecimento de premissas a partir do estudo de uma “pequena” parcela da população.

Enquanto os fatos foram explicados pelo método indutivo, a técnica de investigação utilizada foi a do estudo monográfico combinada com a do estudo comparativo. O uso de dois métodos se deu em razão do fato de um único método não ser suficiente para orientar todos os procedimentos que foram desenvolvidos ao longo da investigação. Sobre os métodos a serem adotados, Gil dispõe:

**O método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. [...] O método monográfico parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes.** Esses casos podem ser indivíduos, instituições, grupos, comunidades, etc. (GIL, 2011, p. 17-18, grifo nosso).

### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

No tocante à metodologia, uma pesquisa pode ser classificada de diversas formas. Para Gil (2011), a classificação pode se dar pela natureza da pesquisa, pela natureza do problema, pela natureza dos objetivos e pela natureza dos procedimentos técnicos.

A natureza da pesquisa diz respeito a sua finalidade, ou seja, se tem por objetivo gerar novos conhecimentos no campo das ideias, no campo teórico, ou se está voltada mais para uma parte prática. Se for voltada para o campo teórico, a pesquisa será classificada como pesquisa básica; se for voltada para o campo prático, como pesquisa aplicada. (GIL, 2011, p. 27).

A presente pesquisa buscou saber como o bibliotecário está se posicionando frente aos novos modelos de negócios. Trata-se de uma pesquisa que tem como característica o interesse na aplicação e nas consequências práticas, cuja preocupação encontra-se voltada mais para a realidade circunstancial e menos para o desenvolvimento de teorias de valor universal. Sendo assim, é uma pesquisa que pode ser classificada como aplicada.

Em razão da natureza do problema, uma pesquisa pode ser classificada como qualitativa ou quantitativa. Esta última, como o próprio nome diz, busca quantificar, ou seja, apresentar informações com base em dados que possam ser mensurados. De acordo com Araújo (2018 *apud* GIL, 1999), é apropriada para medir opiniões, atitudes e preferências, como comportamentos.

Por sua vez, a pesquisa qualitativa tem como objetivo principal, nas palavras de Araújo (2018, p. 28), “interpretar o fenômeno que se observa, ou seja, observar, descrever, compreender e significar o problema [...], a interpretação dos fenômenos se faz pelos resultados encontrados, a partir da atribuição de significados colocados pelo pesquisador”.

Este trabalho tem um caráter qualitativo, uma vez que busca compreender a forma de atuação dos bibliotecários em razão do surgimento de novas práticas no comércio de livros eletrônicos. No entanto, também possui um caráter quantitativo, visto que apresenta dados coletados em bibliotecas universitárias do Distrito Federal que disponibilizam livros eletrônicos a seus usuários.

Pela natureza dos objetivos, a pesquisa poderá ser exploratória, descritiva ou explicativa. Sobre pesquisas exploratórias, Gil dispõe que:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. [...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (GIL, 2011, p. 27).

O mesmo autor, a respeito de pesquisas descritivas, dispõe que:

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. [...] **há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.** As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. (GIL, 2011, p. 28; grifo nosso).

A proposta deste trabalho é inédita no que se propõe, pois, embora haja estudos que abordem os modelos de negócios, ainda não há um que retrate como os bibliotecários estão se posicionando, como estão agindo diante dessas mudanças. Existem até mesmo conclusões de alguns estudos (DUARTE *et al.*, 2013) que destacam a necessidade de investigação nessa linha. Sendo assim, quanto ao objetivo geral, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, pois busca dar novo enfoque a um assunto que tem sido discutido desde 2000 na literatura estrangeira (LEE, 2000) e, pelo menos, desde o ano 2010, na literatura nacional.

Quanto aos objetivos específicos 1, 2 e 3, a pesquisa teve caráter descritivo. Para identificar os modelos de negócios utilizados pelas bibliotecas universitárias do Distrito Federal, foi necessário:

- a. Identificar quais são as bibliotecas universitárias do Distrito Federal.
- b. Identificar quais delas disponibilizam livros eletrônicos de acesso restrito e oneroso.
- c. Entre as bibliotecas que disponibilizam livros em acesso restrito e oneroso, identificar o(s) modelo(s) de negócios adotado(s) no momento da contratação.
- d. Identificar os agentes que comercializaram para estas unidades.

- e. Por fim, identificar quais os modelos de negócios adotados pelos agentes comerciantes.

Portanto, o levantamento proporciona dados que indicam e descrevem determinadas características daquela população. Para o alcance dos objetivos, alguns procedimentos foram necessários. São eles:

- a. **Pesquisa bibliográfica:** Para a pesquisa bibliográfica foram consultadas as seguintes bases de dados: Capes, BRAPCI, Scielo, E-lis, Holmes e o Rabcí. Foi consultado também o acervo das bibliotecas da UnB e da USP. Para o levantamento bibliográfico, os principais termos de busca utilizados foram: modelos de negócios, livros digitais, livros eletrônicos, *e-books*, modelos de negócios de livros eletrônicos, negócios jurídicos, propriedade intelectual, direito da propriedade, direito civil, desenvolvimento de coleções, aquisição de livros, seleção de livros, processo de aquisição de livros. Foram recuperados muitos livros dos assuntos jurídicos, bem como sobre desenvolvimento de coleções. Para a temática modelos de negócios e livros eletrônicos, foram recuperados e utilizados em sua maioria artigos de periódicos. A pesquisa bibliográfica foi realizada no período que compreendeu os anos de 2017 e 2018. Para os assuntos da área jurídica não foi colocado um limite temporal para a recuperação de dados, tendo sido considerado a doutrina que possuía leis vigentes. Para os assuntos relacionados a ciência da informação o período considerado para a análise do levantamento bibliográfico foram os últimos 20 anos, por compreender que o período abrange a temática estudada. Após a realização do levantamento bibliográfico foi feita uma seleção daqueles que tinham mais correlação com a pesquisa, para posterior leitura e elaboração da revisão bibliográfica.
- b. **Pesquisa documental:** para a coleta de dados, foram utilizados alguns materiais em seu formato puro, ou seja, sem o tratamento analítico por terceiros, no que se referia ao tema estudado. São exemplos desses documentos os relatórios emitidos por instituições governamentais, os quais foram considerados o ponto de partida para a coleta de dados inicial.
- c. **Estudo de campo:** para coletar os dados de forma mais profunda, foram realizadas entrevistas e aplicações de questionários abertos. Para prévio

conhecimento do tema, o contato inicial foi feito com os “vendedores” dos livros eletrônicos, por meio de conversas presenciais ou por telefone ou, ainda, via *e-mail*. Posteriormente, os “agentes de negócios” foram contatados por *e-mail*, para os quais foi enviado um questionário aberto. Concomitantemente, os funcionários de bibliotecas de instituições superiores foram entrevistados por telefone. Em seguida, foi feito o levantamento de alguns dados e foram realizadas entrevistas com bibliotecários, de bibliotecas selecionadas, pelo recorte temático da pesquisa. O contato com os fornecedores começou em março de 2018 e se estendeu até dezembro de 2018, e os questionários foram aplicados ao longo dos meses de outubro a dezembro. As entrevistas com os bibliotecários foram realizadas ao final do mês de outubro de 2018.

Os procedimentos foram distintos, pois, como ressalta Gil (2011), nem sempre é possível que um único procedimento seja suficiente para resolver todas as questões que envolvem um estudo acadêmico.

Compreendidos tais passos, é importante que alguns conceitos sejam definidos para que os termos da pesquisa se tornem claros, objetivos, adequados e apropriados, objeto do tópico 3.4.

### 3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo também é conhecido como população. Nas palavras de Gil (2011, p. 89), diz respeito a um “conjunto definido de elementos que possuem determinadas características”. Por sua vez, a amostra seria uma parcela desse universo, ou seja, um “subconjunto da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo” (*idem*, 2011, p. 90).

Esta pesquisa centra-se no âmbito das bibliotecas universitárias e, para que pudesse ser realizada, num primeiro momento, foi feito um recorte geográfico, estabelecendo, para tanto, o Distrito Federal como local de estudo. Dessa forma, foram investigadas as bibliotecas universitárias do Distrito Federal.

Como foi observado na revisão de literatura, na legislação em vigor no país, as instituições consideradas de ensino superior são as seguintes: universidades, centros universitários e faculdades.

Como a lei trata a biblioteca universitária de forma ampla e genérica, o primeiro passo para delimitar o universo total foi determinar quantas instituições de ensino superior há no Distrito Federal. Para tanto, realizou-se uma consulta ao portal do Ministério da Educação (MEC), onde se constatou que, até outubro de 2018, quando esta pesquisa foi realizada<sup>5</sup>, havia, em Brasília, 84 instituições devidamente credenciadas, das quais oito estão classificadas como centros universitários e outras duas como universidades.

Nesse ponto, é importante observar porque a pesquisa, num primeiro momento, foi realizada no âmbito das instituições de ensino superior e, posteriormente, no âmbito das universidades e dos centros universitários. Durante o início deste trabalho, a autora intuía que todos os centros universitários e universidades disponibilizavam coleções com livros eletrônicos, e que instituições de menor porte, como faculdades, poderiam não oferecer tais serviços.

Em razão de tal crença, optou-se por consultar todas as instituições de ensino superior, a fim de identificar quais delas disponibilizavam o acesso a livros eletrônicos que demandavam custo financeiro para aquisição. Essa consulta permitiu mapear as instituições que oferecem acesso a livros eletrônicos a seus alunos. Livros esses que não poderiam “legalmente” ser acessados de forma gratuita, ou seja, obras que fossem de acesso restrito.

A consulta demonstrou que todas as instituições de ensino superior classificadas como centros universitários e universidades ofertavam a seus alunos serviços de acesso a livros *online* que demandavam custos financeiros. Para a pesquisa *in loco*, que demandaria maior investigação, optou-se então por uma amostragem intencional, nas bibliotecas dos centros universitários e universidades.

A amostragem intencional, também denominada amostragem por tipicidade, é do tipo não probabilística, na qual o pesquisador seleciona uma parte da população que possa ser considerada representativa de toda a população (GIL, 2011, p. 94). No caso da amostragem intencional, toda a população que se enquadra naquelas características deverá ser investigada.

---

<sup>5</sup> O relatório encontra-se disponível no Anexo A.

Três questões merecem ser pontuadas para justificar a amostragem intencional, voltada para as bibliotecas de universidades e centro universitários. O primeiro ponto é que o desenvolvimento de coleções de bibliotecas universitárias em centros universitários e universidades tende a ser maior, em razão do número de cursos ofertados, sendo, portanto, multidisciplinar. Aliado a isso, universidades e centro universitários gozam de maior autonomia, estabilidade e solidez, fato que pode ser demonstrado pela perpetuação no tempo.<sup>6</sup>

O segundo ponto é que tanto a Universidade de Brasília (UnB) quanto a Universidade Católica de Brasília (UCB) possuem uma equipe de bibliotecários, muitos deles divididos por setores, e com atribuições mais específicas, o que permite maior aprofundamento do conhecimento por parte daqueles que cuidam da aquisição ou gestão dos livros eletrônicos. Os centros universitários, todavia, apresentam equipes menores e os bibliotecários, quando não apenas um, muitas vezes são responsáveis por vários serviços, o que pode demonstrar maior representatividade das bibliotecas.

O terceiro ponto relaciona-se ao fato de que, em razão do objetivo geral, era necessário que a instituição de ensino superior possuísse uma biblioteca do tipo híbrida, com livros físicos e eletrônicos e que o acervo físico estivesse em alguma instalação física em Brasília. Ocorre que, das 84 instituições listadas, algumas são extensões de outras instituições que estão fisicamente em outros estados ou, ainda, associadas a outras instituições do Distrito Federal. Estudar tais instituições demandaria realizar uma segunda triagem, para verificar quais delas possuíam também acervo físico. Essa segunda triagem demandaria um tempo não disponível para o trabalho, logo esse também foi um fator limitante para a determinação das instituições a serem estudadas.

### 3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Dados podem ser coletados de diversas formas, e as fontes de coletas de dados podem ser primárias ou secundárias. A fonte será primária quando o pesquisador colher os dados em primeira mão, como, por exemplo, por meio de questionários, entrevistas e observações. Por sua vez, a fonte será secundária quando o pesquisador não possuir contato direto com o objeto de estudo, concentrando-se no que outros informam. São

---

<sup>6</sup> Não é raro encontrar faculdades que, ao longo do tempo, são descredenciadas pelo MEC.

exemplos de fontes secundárias: banco de dados, relatórios, estatísticas, índices. (MASCARENHAS, 2012).

Para alcançar o objetivo maior da pesquisa as fontes de coletas de dados foram selecionadas considerando-se dois fatores: contexto e objetivo da pesquisa.

Para isso, as seguintes etapas foram seguidas:

1. Identificar e descrever os modelos de negócios dos livros, não apenas eletrônicos, mas também impressos. A realização desta etapa se deu por meio de coleta de dados bibliográficos em livros, artigos, trabalhos publicados em congressos, além de publicações de trabalhos acadêmicos.
2. Descrever o processo de seleção e aquisição de livros em bibliotecas universitárias. A realização desta etapa também se deu por meio de coleta de dados bibliográficos em livros, artigos, trabalhos publicados em congressos, além de publicações de trabalhos acadêmicos.
3. Identificar as bibliotecas universitárias do Distrito Federal que disponibilizam livros eletrônicos restritos a seus usuários. Num primeiro momento, esta etapa foi realizada por meio de relatório disponibilizado em sítio governamental, sendo, portanto, uma fonte secundária. Num segundo momento, realizou-se entrevista por telefone com algum funcionário da biblioteca.
4. Identificar os agentes de negócios que comercializam livros eletrônicos para as bibliotecas universitárias. Para a identificação das empresas que atuam como distribuidores e agregadores, foram realizadas consultas ao mecanismo de busca Google e às páginas de bibliotecas universitárias, além de entrevistas por telefone com funcionários das bibliotecas.
5. Identificar as mudanças que ocorreram por meio de coleta de dados com um grupo de bibliotecários, bem como com os agentes de negócios. O grupo de bibliotecários, selecionados por amostra, foi entrevistado presencialmente com perguntas abertas. Quanto ao grupo de agentes de negócios, a coleta se deu por meio de questionários.

Para a seleção dos bibliotecários, contatou-se as bibliotecas por telefone, solicitando, inicialmente, ser atendida pelo(a) chefe da biblioteca. Depois de explicar o motivo do contato, perguntava-se se o(a) bibliotecário(a) estaria disponível para a entrevista. Nos centros universitários, todos os bibliotecários entrevistados eram os

chefes das bibliotecas. Já nas universidades, foram entrevistados os bibliotecários que exerciam o cargo de chefe do setor responsável pela contratação das bases de dados – em uma das universidades, entrevistou-se a Chefe do Setor de Seleção e Aquisição e, na outra, a Chefe de Referência.

O fato de algumas instituições (centros universitários) possuírem mantenedores de outros estados gerou dificuldade, pois o bibliotecário responsável ou chefe da unidade não tinha poder de fato sobre as bases que eram adquiridas.

Compreendidas as etapas de coleta de dados e definidos os instrumentos de coletas para cada etapa, a seguir será descrito de forma mais detalhada como cada uma foi realizada.

### 6.3.1 Entrevista

Gil (2011, p. 109) define entrevista como a “técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. Citando Selltiz *et al.* (1967), o autor complementa que essa é uma técnica voltada à obtenção de informações “acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, fazem ou fizeram” (GIL, 2011, p. 109), entre outros tipos de usos.

A entrevista, tal como qualquer outro instrumento de coleta, possui vantagens e limitações. As principais vantagens da escolha desse método para coleta de algumas informações neste trabalho são:

- a. proporciona a obtenção de dados referentes a aspectos distintos;
- b. proporciona a obtenção de maior número de respostas, se comparada a um questionário, por exemplo;
- c. oferece maior flexibilidade, assim, caso um entrevistado não tenha compreendido a pergunta, é possível clarificá-la.

Quanto às limitações, os principais aspectos são:

- a. disponibilidade de tempo do entrevistado para conceder a entrevista;
- b. interesse do entrevistado em oferecer informações;
- c. impossibilidade de fornecer determinadas informações relacionadas ao sigilo comercial;

- d. variação de tempo entre as entrevistas, impossibilitando uma previsão média de tempo para a realização das entrevistas.

Gil (2011) comenta algumas limitações que podem ser vistas como desvantagens para a entrevista, tais como: falta de motivação do entrevistado, compreensão inadequada das perguntas, fornecimento de falsas respostas, influência exercida pelo entrevistador e influência de opiniões pessoais do entrevistador sobre o entrevistado. À exceção das últimas duas, que não são passíveis de verificação, os demais itens, caso tenham de fato ocorrido, não foram observados durante a coleta.

Como já dito anteriormente, entrevistas são formas de coletas de dados flexíveis. Em razão dessa característica, as entrevistas podem ser classificadas conforme o seu nível de estruturação. Quanto mais estruturada a entrevista, maior o grau de precisão das respostas a serem obtidas; quanto menos estruturada, mais espontâneas e imprevisíveis serão as respostas coletadas. (GIL, 2011).

Para o trabalho, foram realizadas entrevistas de dois tipos: uma estruturada, com poucas perguntas, e outra semiestruturada, também denominada por alguns autores como entrevista por pauta, para um segundo grupo de entrevistados (GIL, 2011).

#### 6.3.1.1 Entrevista estruturada

Para as bibliotecas de instituição de ensino superior do Distrito Federal, optou-se pelas entrevistas estruturadas e realizadas pelo telefone. A opção se deu em razão das seguintes vantagens:

- a. custos mais baixos;
- b. facilidade de contato;
- c. rapidez;
- d. possibilidade de realizar as ligações no horário de funcionamento da biblioteca;
- e. perguntas com questões objetivas, que não demandavam interpretação pelo entrevistado.

As perguntas estruturadas respondidas por telefone foram as seguintes:

1. A biblioteca disponibiliza livros para consulta *online*?

## 2. Quais são as plataformas disponibilizadas?

As perguntas foram feitas a todas as instituições de ensino superior de Brasília com as quais obteve-se contato. Para a realização da entrevista, utilizou-se o relatório do MEC que apontava todas as instituições de ensino superior que se encontram devidamente credenciadas. De posse da lista, a pesquisadora, então, buscou no metabuscador (Google), informações sobre as instituições. Quando o telefone se encontrava disponível, o contato era feito diretamente com a biblioteca, caso contrário a autora ligava para o telefone geral e pedia para ser transferida. Algumas instituições não atenderam as ligações. A consulta era realizada com qualquer funcionário responsável pelo atendimento telefônico na biblioteca. Em alguns casos, a ligação era transferida para alguma pessoa específica; em outros casos, o primeiro atendente já sabia responder.

**Tabela 1.** Dados da coleta

Total de Instituições de Ensino Superior	84
Instituições de Ensino Superior desconsideradas	24
Instituições de Ensino Superior contatadas	60
Instituições de Ensino Superior não encontradas	13

Fonte: A autora

Para o caso das instituições que não disponibilizavam qualquer contato telefônico em seus *sites*, verificava-se se o *site* possuía algum *link* que pudesse direcionar o aluno para a biblioteca ou, ainda, para algum tipo de consulta ao acervo. No *site* de várias instituições de ensino classificadas como faculdades, não havia uma página específica da biblioteca, porém era possível acessar as plataformas de acervos digitais por meio de uma “aba” ou tópico.

### 6.3.1.2 Entrevista semiestruturada

A entrevista semiestruturada ou em pauta é aquela que apresenta certo grau de estruturação, ou seja, o entrevistador se guia por uma relação de pontos de interesse. Gil (2011, p. 112) dispõe que “o entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas, e quando ele se afasta delas, o entrevistador intervém [...]”.

A escolha da entrevista semiestruturada se deu pelo fato de o tema desta pesquisa ser pouco estudado e possuir pouca ou nenhuma investigação no campo prático. Destaca-se que não foi encontrado nenhum estudo na revisão de literatura que indicasse qualquer levantamento similar no âmbito geográfico do Distrito Federal.

Já que as entrevistas semiestruturadas são as indicadas para investigação em métodos exploratórios e descritivos, optou-se por ela e por sua realização na forma presencial. Para que pudessem se sentir à vontade, os entrevistados eram informados de que poderiam optar pelo consentimento da divulgação de sua entrevista ou pela manutenção do sigilo. A escolha pelo sigilo ou pela divulgação era feita sempre após o término de cada entrevista.

Acreditava-se que as bibliotecas de instituições de ensino superior classificadas como universidades e/ou centro universitários provavelmente possuíam mais recursos para contratação de plataformas de livros eletrônicos ou mesmo para aquisição de livros eletrônicos.

Acreditava-se que instituições maiores, por terem mais poder aquisitivo e uma gama maior de cursos ofertados, poderiam apresentar maior quantitativo de contratação de plataformas de livros eletrônicos, já que esses, conforme apontou a revisão de literatura, costumam possuir custos elevados.

O pressuposto, todavia, não é dotado de cientificidade. Dessa forma, para justificar a escolha da redução do que poderia ser o universo da pesquisa, optou-se por primeiro realizar as entrevistas com todas as instituições de ensino superior, para depois realizar as entrevistas semiestruturadas, que demandariam mais tempo e contariam com um maior número de questões.

Para as entrevistas presenciais realizadas junto as instituições de ensino superior classificadas como universidades e centro universitários foram realizadas ao menos 8 perguntas direcionadas à temática da seleção e aquisição de livros eletrônicos. O formulário da entrevista está no Apêndice B. O objetivo de cada pergunta e sua relação com a revisão de literatura foi sintetizado no Quadro 2.

**Quadro 2.** Perguntas da entrevista presencial

PERGUNTAS	OBJETIVOS
Qual o <i>software</i> que a biblioteca utiliza para realizar o gerenciamento do acervo?	De acordo com o fluxo de Evans, de forma resumida, o ciclo do desenvolvimento de coleções implica em adquirir conteúdo, processar o conteúdo e disponibilizar para o usuário. Normalmente as bibliotecas realizam o processamento de seus conteúdos nos <i>softwares</i> gerenciadores de biblioteca. Seria oportuno, portanto, investigar se os <i>softwares</i> escolhidos oferecem o suporte necessário para livros em formato eletrônico.  (Pergunta voltada para o alcance do objetivo geral)
A biblioteca possui política de aquisição? Esta política contempla livros eletrônicos?	Vergueiro aponta que é importante que a biblioteca possua uma política de seleção e aquisição definida em algum documento formal. O MEC para sua avaliação, também solicita da biblioteca uma política de atualização do acervo.  Uma vez que a política deveria refletir as práticas adotadas para a seleção e aquisição de materiais, julgou-se necessário descobrir se tais procedimentos englobam os livros eletrônicos.
Quais plataformas de livros eletrônicos a biblioteca disponibiliza?	Pergunta direcionada ao alcance do objetivo 2, que é determinar quais são os fornecedores de livros eletrônicos das bibliotecas universitárias.
Qual o modelo de negócios adotado na contratação das bases?	Pergunta direcionada ao alcance do objetivo 1, que é determinar quais são os modelos de negócios utilizados pelas bibliotecas universitárias na contratação de livros eletrônicos.
As plataformas contratadas possuem algum tipo de integração com o software de gerenciamento da biblioteca? Se sim, como essa integração funciona?	Descobrir como o aluno encontra a informação, se pesquisando diretamente no <i>software</i> de gerenciamento do conteúdo da biblioteca, ou se necessita buscar a informação que precisa em mais de um lugar distinto. Descobrir se a biblioteca possui controle de gerenciamento sobre aquele conteúdo, ou seja, se exerce sua função de “filtrar e organizar” a informação.  (Pergunta direcionada ao alcance do objetivo geral desta pesquisa).
O que foi levado em consideração para a escolha e contratação destas plataformas?	A escolha e contratação das plataformas de conteúdo ou mesmo de títulos avulsos está diretamente relacionada com o processo de seleção e aquisição e a gestão das coleções. Quando o

Sentiu alguma dificuldade para a contratação das bases?	bibliotecário relata o que ele considerou para escolher, para contratar; quais foram as dificuldades e como é o relacionamento entre a biblioteca e as empresas é possível
Como é o tratamento pós-venda? Poderia comentar a interação.	conhecer melhor a realidade de todo o processo.  (Perguntas direcionadas ao alcance do objetivo geral da pesquisa).

Fonte: A autora

### 6.3.2 Questionário aberto

Para Mascarenhas (2012), o instrumento ideal quando se busca medir dados com maior precisão é o questionário, por meio do qual são enviadas questões que deverão ser respondidas de forma escrita pelos entrevistados.

O questionário aberto foi enviado por *e-mail* para os agentes de negócios das empresas que comercializam livros eletrônicos. Essas empresas são representantes de grupos estrangeiros que atuam no Brasil ou agregadoras de editoras nacionais e/ou internacionais. O contato com elas foi feito por telefone, *e-mail* ou por meio do Fale Conosco, disponível em suas páginas oficiais.

Durante o contato com esses agentes, demonstrava-se o interesse em conhecer as plataformas para possível aquisição a biblioteca de sua instituição, que possuía 400 usuários potenciais<sup>7</sup>. Assim, solicitava que eles respondessem às questões que serviriam de subsídio para a elaboração de um relatório técnico público. Esses fornecedores eram informados de que, caso alguma informação ou dado fosse considerado/tratado pela empresa como sigilo comercial, esse não fosse relatado, pois o relatório seria público.

As perguntas foram elaboradas com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre os serviços que as empresas ofereciam, serviços esses que possuísem relação não apenas com a “aquisição” da plataforma, mas também com as formas de selecionar os conteúdos que elas disponibilizavam e com o modo pelo qual a biblioteca realizava o gerenciamento dos conteúdos contratados. As questões foram divididas em dez. O objetivo de cada pergunta e sua relação com a revisão de literatura foi sintetizado no Quadro 3.

---

<sup>7</sup> A pesquisa com fornecedores também serviu de subsídio para instrução de processo de estudo de aquisição na instituição da pesquisadora.

**Quadro 3.** Perguntas do questionário aplicado aos fornecedores e seus objetivos

PERGUNTAS	OBJETIVOS
Qual é o público-alvo atendido pela plataforma?	Conhecer os fornecedores. Identificar que bibliotecas podem se servir de seus conteúdos.
Que conteúdos (áreas de conhecimento e editoras) são disponibilizados?	(Pergunta voltada para o alcance do objetivo geral, bem como para os objetivos específicos 2 e 3)
A plataforma realiza gerenciamento de seu conteúdo, visando à organização e recuperação dos livros na base?	Algumas plataformas oferecem seus serviços como se bibliotecas digitais fossem. Nesse sentido, importante descobrir se as empresas se propõem a organizar o conteúdo, tal como uma biblioteca faria. Ademais caso as bibliotecas, por qualquer razão, não tenham realizado a integração com a plataforma, é importante descobrir como a plataforma permite a busca e recuperação de conteúdo em sua plataforma.
A plataforma permite a integração com <i>softwares</i> gerenciadores de bibliotecas (Aleph, Sophia, entre outros)?	(Perguntas voltadas para o alcance do objetivo geral da pesquisa)
Como é informado o que entra e sai da base? Com qual frequência essa informação é passada?	Em um estudo de Georgas, voltado para o modelo de negócios assinaturas eletrônicas, ficou constatado uma certa instabilidade do conteúdo assinado por bibliotecas universitárias com plataformas. Em que ao longo de um certo período, livros iam sendo retirados da plataforma com ou sem prévio aviso as instituições. A pergunta tem por objetivo investigar se conteúdos saem da base, e quando saem como e quando a biblioteca será informada.
Caso um livro saia da base, quem faz a retirada do sistema, a biblioteca ou a instituição?	(Pergunta voltada para o alcance do objetivo geral da pesquisa)
Qual é a forma de contratação e pagamento da plataforma?	Pergunta direcionada ao alcance do objetivo 3, que é determinar quais são os modelos de negócios ofertados pelos agentes de negócios para a comercialização de livros eletrônicos.
A plataforma exige algum tipo de manutenção? Se sim, qual?	Foi relatada na revisão de literatura (LYNCH; SERRA, SANTARÉM) que alguns modelos de negócios exigem uma contraprestação pecuniária, para a manutenção da plataforma. Em razão disso, a pergunta buscou identificar se havia a manutenção relatada, e em caso afirmativo qual seria esta manutenção e se incluía custos.  (Pergunta voltada para o alcance do objetivo geral da pesquisa)

<p>Posso assinar a plataforma inteira, mas pedir apenas a integração com a base da biblioteca de certos títulos? Caso a plataforma apresente mais de uma base, posso assinar apenas algumas?</p>	<p>Na revisão de literatura, Vergueiro foi um dos autores que destacou a importância do processo de seleção para o desenvolvimento de coleções. Por contato prévio com vários dos agentes de negócios a pesquisadora já havia tomado ciência que boa parte delas trabalhava com o modelo de negócio assinatura, sendo assim, julgou importante investigar se o modelo permitia a seleção de conteúdos pertinentes, no momento da integração com a plataforma. E nesse sentido descobrir como isso poderia se dar.</p> <p>(Pergunta voltada para o alcance do objetivo geral da pesquisa)</p>
--	--

Fonte: A autora

Como pode ser observado, nas questões acima, optou-se por questões abertas para que o participante se sentisse livre. De acordo com Mascarenhas (2012, p. 72), as perguntas abertas “são ideais para quem busca conhecer um tema mais detalhadamente”, como é o caso do presente estudo.

No contato, as empresas eram informadas de que havia a intenção de aquisição das plataformas, mas que, para tanto, era necessário um estudo prévio, pois havia o tinha interesse em conhecer a plataforma para saber se atendia de fato os interesses da instituição. Alguns fornecedores se mostravam sempre solícitos, outros nem tanto. O acesso às empresas que negociavam as plataformas internacionais foi difícil. Elas apresentaram os maiores obstáculos à coleta de dados. Acredita-se que tal fato se deu em razão de elas serem representadas por empresas nacionais que não possuíam tanto interesse em fazer demonstrações de seus produtos, tampouco em responder aos questionários. Em razão de tais adversidades, buscou-se a persistência e fez-se contato com vendedores conhecidos pelos bibliotecários das instituições que já possuíam a base. Com algumas delas, foi possível um retorno, com outras de fato não houve qualquer resposta.

### 3.4 DEFINIÇÕES OPERACIONAIS

**Agentes de negócios:** “representante de empresa editorial por meio da qual a biblioteca adquire livros”. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 8)

**Agregadores:** “agregador de conteúdo é um portal, provedor de informação”. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 8)

**Biblioteca universitária:** “a que é mantida por uma instituição de ensino superior e que atende às necessidades de informação dos corpos docente, discente e administrativo, tanto para apoiar as atividades de ensino, quanto de pesquisa e extensão.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 53)

**Indústria do conteúdo:** termo utilizado por Evans (1979) para se referir as variadas empresas que produzem e comercializam produtos de informação, em especial os livros.

**Universidade:** “instituição de ensino superior que compreende um conjunto de faculdades ou escolas de especialização profissional e científica, e tem por função precípua garantir a conservação e o progresso nos diversos ramos do conhecimento, pelo ensino e pela pesquisa.” (FERREIRA, 1996, p. 1739)

## 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta a coleta de dados e os resultados provenientes de sua análise. Para identificar quais as mudanças que os modelos de negócios de livros eletrônicos trouxeram nos processos de seleção e aquisição em bibliotecas universitárias, foram coletados dados junto às bibliotecas e aos fornecedores. O levantamento de dados buscou identificar junto a esses dois atores que fatores eram considerados para a venda e/ou contratação de serviço de acesso aos livros eletrônicos.

A primeira coleta de dados se deu por meio da entrevista por telefone junto às bibliotecas das instituições de ensino superior do Distrito Federal, no início do mês de outubro. Num segundo momento, foram feitas entrevistas presenciais junto às bibliotecas das universidades e dos centros universitários do Distrito Federal. E, concomitantemente, as estas coletas, foram encaminhados, por correio eletrônico, questionários aos fornecedores que comercializam livros eletrônicos.

### 4.1 ENTREVISTAS COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

As entrevistas com as instituições de ensino superior foram de duas ordens. A primeira por telefone, com todas as instituições de ensino superior, e a segunda presencialmente, com os bibliotecários responsáveis pelas bibliotecas de instituições de ensino classificadas como universidades e centros universitários. Os dados coletados serão apresentados nos tópicos adiante.

#### 4.1.1 Entrevistas por telefone

Foi realizada uma consulta junto ao *site* do MEC para localizar e identificar as instituições de ensino superior de Brasília (vide Anexo A). Foram selecionados como filtros:

- Buscar por: Instituição de Ensino Superior
- UF: DF
- Município: Brasília
- Organização acadêmica: Faculdade, Centro Universitário e Universidade
- Tipo de Credenciamento: Presencial - Superior

A pesquisa recuperou um total de 84 instituições. O resultado foi analisado e enquadrado na Tabela 2:

**Tabela 2.** Número de Bibliotecas de IES a serem investigadas

Total de Instituições de Ensino Superior		84
Instituto Federal de Brasília aparece na listagem, apesar de não possuir status de IES	1	24
Centro de Formação da Câmara dos Deputados foi excluído por estar atrelado a uma biblioteca enquadrada como especializada (biblioteca da Câmara dos Deputados)	1	
Instituições que se encontram em processo de descredenciamento	3	
Instituições que se encontram duplicadas ou são de grupos que possuem várias faculdades, e uma biblioteca central.	19	
Número total de IES a serem investigadas		60

Fonte: A autora

De posse do levantamento apresentado, foi realizado, no início do mês de outubro de 2018, a primeira pesquisa por telefone, junto as instituições de ensino superior do Distrito Federal. Esta primeira entrevista tinha por intuito descobrir se as instituições disponibilizavam a seus usuários livros eletrônicos, fosse por aquisição proprietária fosse por provisão de acesso, e que implicasse em pagamento. E no caso de disponibilizar, quais eram as empresas fornecedoras.

Para identificar o telefone das bibliotecas destas instituições, foram realizadas buscas pelas páginas eletrônicas das instituições. Nos casos em que os telefones não eram localizados, utilizava-se o endereço constante no relatório do MEC e realizava-se a consulta à lista telefônica *online*<sup>8</sup> pelo nome da instituição e/ou endereço. Das 60 instituições, 13 não foram localizadas. Não houve tentativa de consulta *in loco* das instituições não localizadas. Isso implica dizer que do total das bibliotecas investigadas, 21% não foram consultadas. Destaca-se ainda que tais instituições não localizadas são classificadas como faculdades pelo MEC. Este apontamento é importante, pois o foco da pesquisa centra-se principalmente em universidades e centro universitários, de modo que a consulta não reverbera negativamente sobre o universo da pesquisa, que compreende um total de 10 bibliotecas a serem investigadas entre universidades e centro universitários.

<sup>8</sup> A lista *on-line* está disponível para consulta no site [www.102busca.com.br/busca/home.asp](http://www.102busca.com.br/busca/home.asp)

Assim no período que compreendeu os dias de 1 a 10 de outubro de 2018, foram feitas as seguintes perguntas:

1. A biblioteca disponibiliza livros eletrônicos para consulta *online*?
2. Quais são as plataformas disponibilizadas? (Apenas quando a pergunta 1 tinha resposta positiva)

Durante a consulta por telefone, de acordo com a resposta de cada instituição, era comum os funcionários citarem bases de periódicos como se fossem de livros eletrônicos, e era necessário explicar a diferença para obter as respostas.

#### 4.1.1.2 Análise das entrevistas com as bibliotecas de IES

Foi construído durante a coleta de dados o Quadro 4, que apresenta as bibliotecas das Instituições de Ensino Superior pesquisadas. Ele informa das Instituições de Ensino Superior, àquelas que disponibilizam ou não livros eletrônicos de acesso restrito e oneroso a seus usuários, bem como qual o modelo de negócios adotado, por aquelas que disponibilizam os livros eletrônicos.

**Quadro 4.** Dados coletados nas entrevistas por telefone

<b>INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)</b>	<b>PLATAFORMAS CONTRATADAS</b>	<b>MODELO DE NEGÓCIOS</b>
Escola de Direito e de Administração Pública do IDP	Proview (Thomson)	Assinatura
Escola de Políticas Públicas e Governo	Minha Biblioteca; Biblioteca Virtual (Pearson) Oxford; Proquest (Ebrary); Houaiss; Lectio; Gale (Cengage); Ebsco; Hein Online; Springer Link; Evolution (Elsevier);	Assinatura
Escola Superior de Ciências da Saúde	Não disponibiliza	
Escola Superior de Gestão	Não disponibiliza	
Faculdade AIEC	Biblioteca Virtual - Pearson	Assinatura
Faculdade Albert Einstein	Biblioteca Virtual - Pearson	Assinatura
Faculdade ANASPS	Minha Biblioteca	Assinatura
Faculdade Anhanguera de Brasília	Biblioteca Virtual - Pearson	Assinatura
Faculdade Apogeu	Minha Biblioteca	Assinatura
Faculdade Atame	Minha Biblioteca	Assinatura
Faculdade Cecap do Lago Norte	Não disponibiliza	
Faculdade Cerrado	Não disponibiliza	
Faculdade Claretiana de Brasília	Biblioteca Virtual - Pearson	Assinatura
Faculdade de Artes Dulcina de Moraes	Não disponibiliza	

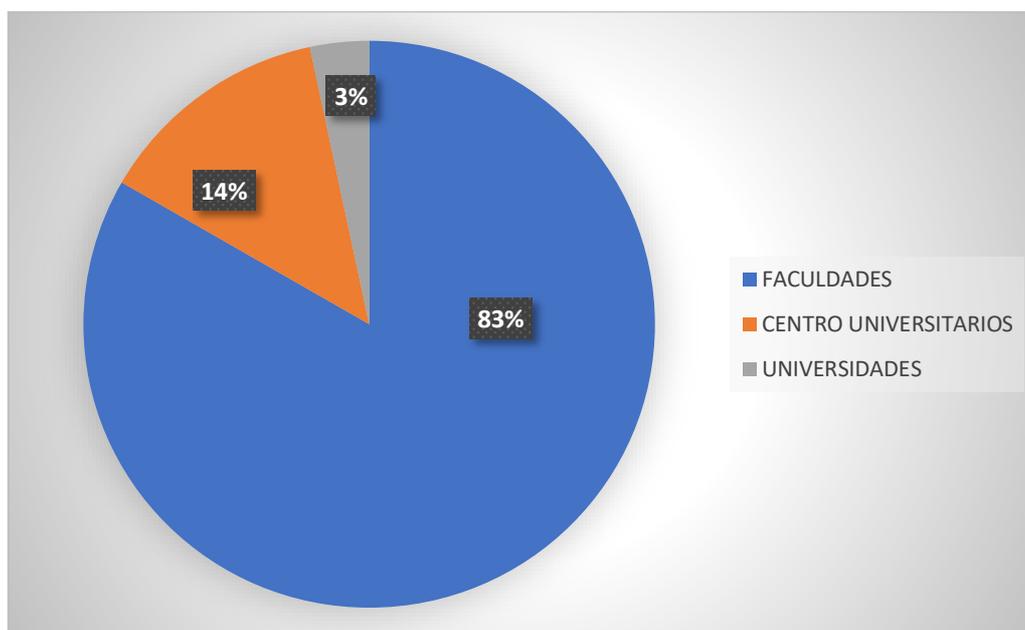
Faculdade de Tecnologia CNA	Não disponibiliza	
Faculdade de Tecnologia do Transporte	Não localizada	
Faculdade de Tecnologia Ícone	Não disponibiliza	
Faculdade de Tecnologia Senac DF	Não disponibiliza	
Faculdade de Teologia da Arquidiocese de Brasília	Não disponibiliza	
Faculdade DF	Não localizada	
Faculdade do Distrito Federal	Não disponibiliza	
Faculdade Evangélica	Não disponibiliza	
Faculdade Fortium	Minha Biblioteca; Proview (Thomson Reuters)	Assinatura
Faculdade Horizonte	Não disponibiliza	
Faculdade Ibmec Distrito Federal	Ebsco	Assinatura
Faculdade ICESP	Não disponibiliza	
Faculdade Ideal de Brasília	Biblioteca Virtual - Pearson	Assinatura
Faculdade JK Brasília Asa Sul II	Biblioteca Virtual - Pearson	Assinatura
Faculdade LS	Minha Biblioteca	Assinatura
Faculdade Mauá de Brasília	Biblioteca Virtual - Pearson	Assinatura
Faculdade Metropolitana Recanto das Emas	Não disponibiliza	
Faculdade Michelangelo	Não localizada	
Faculdade Planalto de Administração e Ciências Econômicas	Não disponibiliza	
Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília	Não disponibiliza	
Faculdade Processus	Minha Biblioteca	Assinatura
Faculdade Republicana Brasileira	Não disponibiliza	
Faculdade Sulamérica Brasília	Não disponibiliza	
Faculdade Teológica Batista de Brasília	Não disponibiliza	
Faculdade Teológica Reformada de Brasília	Não disponibiliza	
Faculdade Univeritas Universus Veritas de Brasília	Não disponibiliza	
Faculdades Integradas da UPIS	Biblioteca Virtual - Pearson	Assinatura
Instituto de Ciências Exatas -UNEB	Biblioteca Virtual - Pearson	Assinatura
Instituto de Educação de Ensino Superior de Samambaia	Não disponibiliza	
Instituto Leya de Educação Superior	Biblioteca Virtual - Pearson	Assinatura
Instituto Superior da Convenção Nac. das Assembleias de Deus	Biblioteca Virtual - Pearson; Minha Biblioteca	Assinatura
Instituto Superior de Ciências Policiais	Não disponibiliza	
Instituto Superior de Educação Albert Einstein	Biblioteca Virtual - Pearson	Assinatura

Fonte: A autora

No Quadro 4 não constam os centros universitários e universidades investigadas. Estes dados estão apresentados no Quadro 9, sem identificar o nome das respectivas instituições. Apesar de não constar suas informações, as análises seguintes consideraram os seus dados.

O primeiro apontamento que se faz é em razão da distribuição dessas Instituições de Ensino Superior entre universidades, centros universitários e faculdades. O número de faculdades representa mais de 80% de todas as IES, enquanto o número de universidades e centros universitários não chega a 20%, conforme consta no Gráfico 1.

**Gráfico 1.** Distribuição das Instituições de Ensino Superior segundo a classificação do MEC

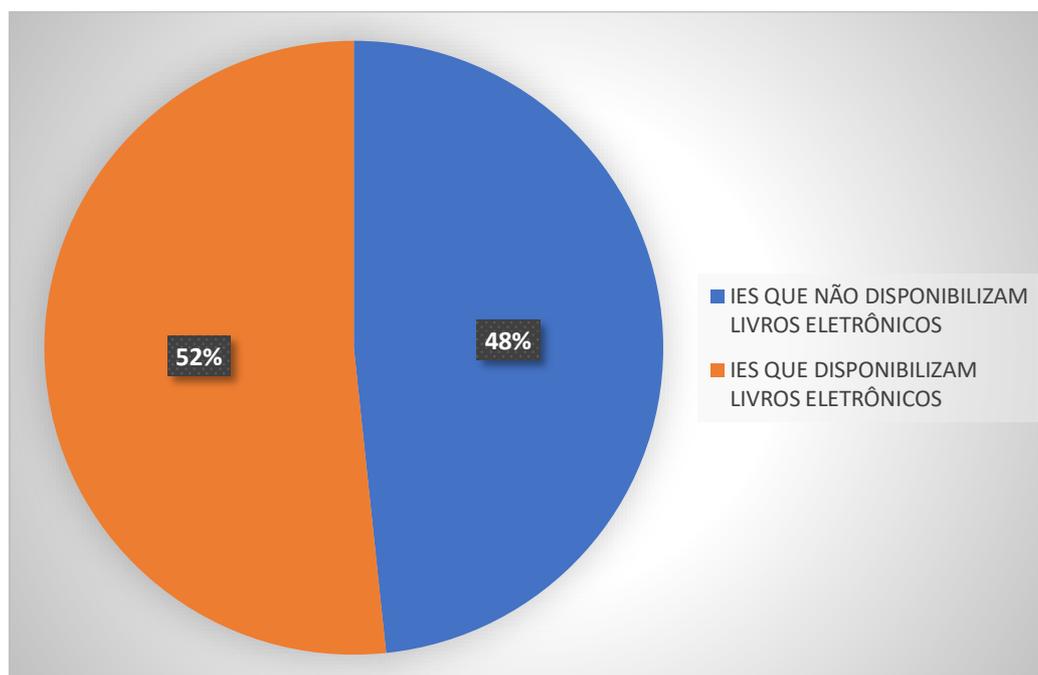


Fonte: A autora

Numa primeira análise verificou-se que mais da metade das Instituições de Ensino Superior (IES), do Distrito Federal, já disponibilizam a seus alunos livros eletrônicos que demandam custos da instituição, no modelo de negócios assinatura. Essa distribuição pode ser observada pelo Gráfico 2.

Até a realização desta pesquisa não foi encontrada na revisão literatura uma investigação que permitisse fazer um comparativo de como era a participação dos fornecedores de livros eletrônicos nas instituições de ensino. Assim, também não é possível inferir se é alta ou baixa a porcentagem das instituições que disponibilizam livros eletrônicos a seus usuários ou não. Por outro lado, do ponto de vista dos fornecedores, um mercado de 48% de instituições que ainda não contratam livros eletrônicos para fornecer a seus usuários, sendo potencialmente um mercado que apresenta boas possibilidades de crescimento.

**Gráfico 2.** Distribuição das Instituições de Ensino Superior que disponibilizam ou não livros eletrônicos

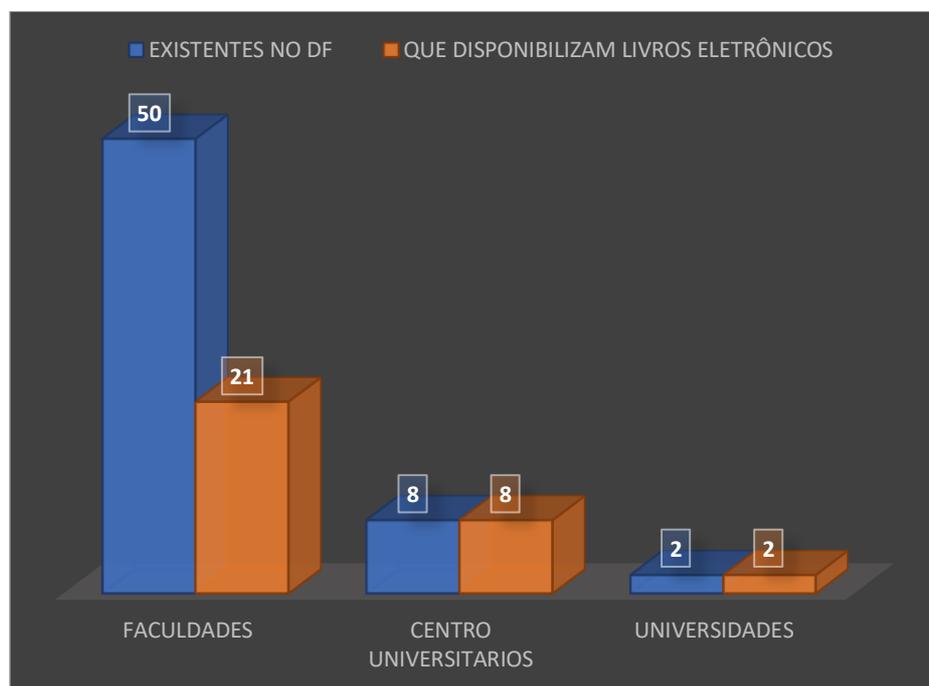


Fonte: A autora

Dentre as IES com livros eletrônicos observa-se que todas, que são classificadas pelo MEC como universidades e centros universitários disponibilizam livros eletrônicos. Diferentemente das classificadas como faculdades, que são justamente as instituições que em sua maioria não realizam aquisição ou contratação de serviços de livros eletrônicos. O Gráfico 3 apresenta esta realidade, e demonstra que das 50 IES classificadas como faculdades, apenas 21 disponibilizam livros eletrônicos, ou seja, pouco mais de 40% das faculdades disponibilizam conteúdo eletrônico de acesso restrito a seus usuários.

Os fatores ou causas que justificam a ausência de contratação ou aquisição de livros eletrônicos por parte das faculdades podem ser de diversas ordens: alto custo, desconhecimento por parte dos bibliotecários, ausência de poder decisório por parte do bibliotecário, entre muitos outros. Entretanto, como o universo se deu perante universidades e centros universitários, e todas as bibliotecas destes disponibilizam livros, não será possível realizar qualquer inferência a respeito da ausência de aquisição de livros ou de acessos para os usuários destas instituições.

**Gráfico 3.** Instituições de Ensino Superior existentes que disponibilizam livros eletrônicos



Fonte: A autora

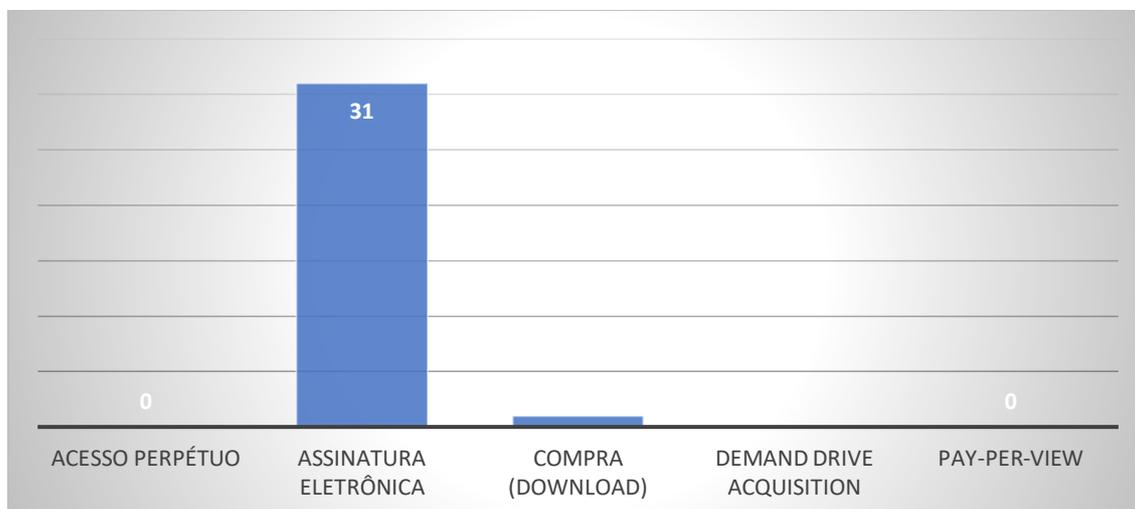
Do total de instituições que contrataram ou adquiriram livros eletrônicos 99,98% delas utilizam, conforme o Gráfico 4, apenas a modalidade de negócios assinatura. Apenas uma biblioteca, realizou a aquisições de livros eletrônicos, em formato pdf, porém ressaltou que este não é mais um modelo utilizado.

A revisão de literatura apresenta a classificação dos modelos de negócios dos livros eletrônicos entre: os de aquisição e os de provisão de acesso. A assinatura eletrônica está classificada como um negócio de provisão de acesso. Sendo assim, este dado permite inferir que bibliotecas universitárias não estão mais adquirindo livros eletrônicos. Isso pode significar uma redução também na aquisição de livros impressos uma vez que a biblioteca possui um orçamento, ou não. De todo modo o impacto que isso pode vir a trazer para o desenvolvimento de coleções é algo que demanda um estudo mais aprofundado.

A revisão de literatura apontou ao menos cinco modelos de negócios que podem ser aplicados para a comercialização dos livros eletrônicos, entretanto, apenas **um** modelo vem sendo utilizado pelos bibliotecários de bibliotecas universitárias, qual seja, o de negócio assinatura eletrônica. O modelo de compra por *download* foi utilizado uma

vez por uma das bibliotecas, porém, foi abandonado, por questões de ordem financeira, de acordo com o Gráfico 4.

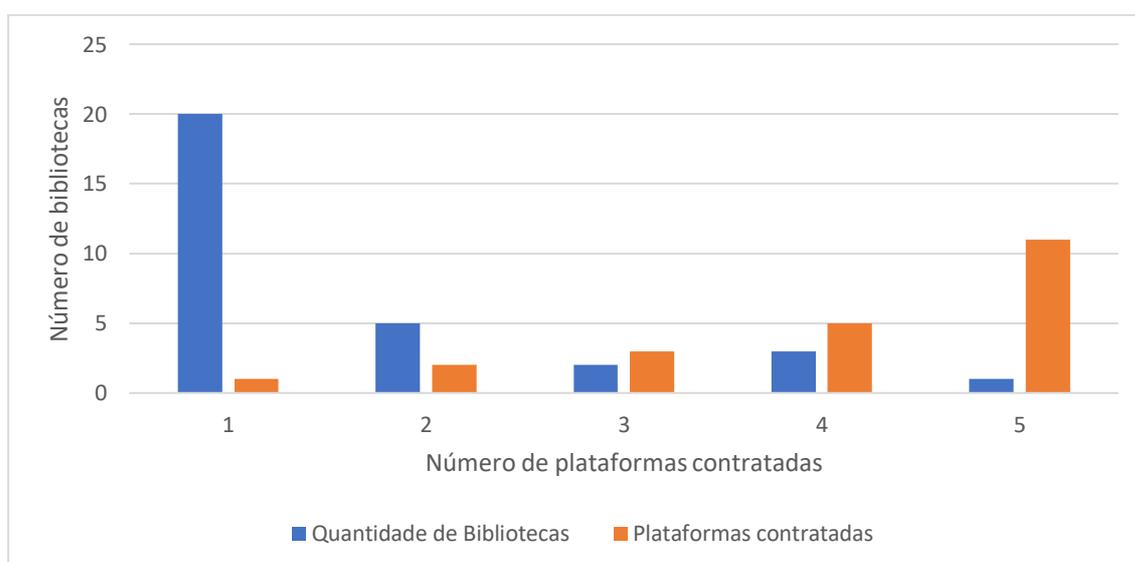
**Gráfico 4.** Distribuição entre os modelos de negócios existentes e os praticados



Fonte: A autora

Entre as 31 bibliotecas das instituições de ensino superior que contrataram plataformas pelo modelo de assinaturas 20 destas contrataram apenas uma plataforma de livros eletrônicos, cinco instituições contrataram duas plataformas, duas contrataram três plataformas, três instituições contrataram cinco plataformas e apenas uma instituição possui 11 plataformas contratadas. Essa distribuição pode ser observada no Gráfico 5.

**Gráfico 5.** Número de plataformas contratadas por bibliotecas



Fonte: A autora

Uma questão se impõe diante de tal distribuição: qual(is) a(s) plataforma(s) escolhida pelas bibliotecas que optaram por contratar apenas uma? Há alguma empresa que predominou para as instituições que escolheram apenas uma plataforma? A resposta para o questionamento pode ser observada na Tabela 1.

**Tabela 3.** Representatividade das plataformas nas bibliotecas que contrataram apenas uma plataforma

<b>Plataformas</b>	<b>Número de bibliotecas</b>
Biblioteca Virtual	12
Minha Biblioteca	6
Ebsco	1
Proview	1

Fonte: A autora

Entre as 20 instituições de ensino superior que possuem apenas uma plataforma de acesso a livros eletrônicos, duas plataformas demonstram possuir a maior fatia do mercado das bibliotecas universitárias: a Biblioteca Virtual (Pearson) com uma representatividade de 60% e a Minha Biblioteca com 30%.

A Tabela 2 apresenta o número total de bibliotecas, que, no ano de 2018, possuíam contratos com a respectiva plataforma. Ainda que 11 bibliotecas assinem mais de uma plataforma, observa-se que tanto a plataforma Biblioteca Virtual (Pearson) como a Minha Biblioteca mantém a liderança na escolha pelas instituições de ensino superior.

**Tabela 4.** Representatividade das plataformas perante o quadro geral de bibliotecas

<b>Plataformas</b>	<b>Número de bibliotecas</b>
Biblioteca Virtual (Pearson)	20
Minha Biblioteca	16
Ebsco	6
Evolution (Elsevier)	4

Ebrary (Proquest)	4
Proview (Thomson)	3
Oxford	3
VLex	2
Houaiss	1
Lectio	1
Gale (Cengage)	1
Hein Online	1
Springer Link	1

Fonte: A autora

Uma outra forma de visualizar e analisar esses dados é em porcentagem. A Tabela 3 apresenta a representatividade de cada plataforma de livro eletrônico em razão do total de bibliotecas (31). Os dados demonstram que a plataforma Biblioteca Virtual se mantém na liderança como principal fornecedor de conteúdos, e que a Minha Biblioteca, segue como segunda aumentando sua participação sobre o total, quando comparada a primeira análise perante instituições que apresentam apenas uma única assinatura. Outras bases que apresentam significativa participação no mercado são: Academic (Ebsco), Evolution (Elsevier), Proquest (Ebrary), Proview (Thomson), Oxford e Vlex.

**Tabela 5.** Representatividade das plataformas

Plataformas	% por número de bibliotecas	Origem	Tipo de conteúdo
Biblioteca Virtual (Pearson)	64,5%	Nacional	Multidisciplinar
Minha Biblioteca	51,6%	Nacional	Multidisciplinar
Academic (Ebsco)	19,4%	Estrangeira	Multidisciplinar
Evolution (Elsevier)	12,9%	Estrangeira	Área temática
Proquest (Ebrary)	12,9%	Estrangeira	Multidisciplinar
Proview (Thomson)	9,7%	Nacional	Área temática
Oxford	9,7%	Estrangeira	Área temática
VLex	6,5%	Estrangeira	Área temática
Gale (Cengage)	3,2%	Estrangeira	Multidisciplinar
Hein Online	3,2%	Estrangeira	Área temática
Springer Link	3,2%	Estrangeira	Multidisciplinar
Lectio (Dot.lib)	3,2%	Nacional	Área temática
Houaiss	3,2%	Nacional	Área temática

Fonte: A autora

Um outro ponto que merece ser esclarecido sobre as plataformas é sobre sua nacionalidade. Algumas são plataformas de empresas brasileiras, e, portanto, nacionais. Enquanto outras são de origem estrangeira. A origem, entretanto, nem sempre irá representar a língua do conteúdo daquela plataforma. Por exemplo, a plataforma Pearson, é de origem brasileira, todavia, por sua área de abrangência de conteúdos na área de saúde, também possui publicações em língua estrangeira. Um outro exemplo é o da empresa Ebsco, ela é americana, porém, tem convênio com outras editoras estrangeiras da Europa e da América do Sul, tendo grande parte de suas publicações em inglês, mas também em quantidades significativas, publicações em francês, espanhol, alemão e até em português.

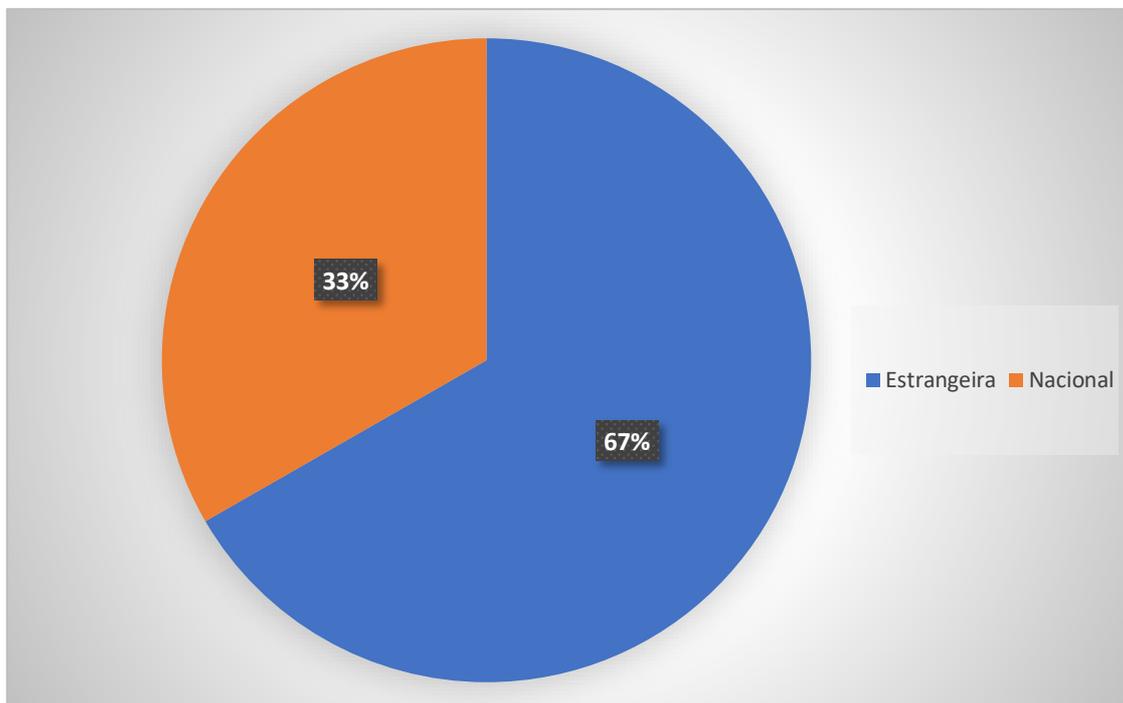
No Quadro 5, as plataformas estão classificadas quanto a sua origem, se nacional ou estrangeira. O que se observa é que das 12 plataformas, 8 são estrangeiras e 4 são nacionais. No mercado isso significa que das plataformas que atuam no mercado brasileiro 33% são nacionais, e 67% são estrangeiras, conforme demonstrado no Gráfico 6.

Uma análise comparativa entre a Tabela 3, o Quadro 5, e o Gráfico 6 permite inferir que apesar das empresas estrangeiras encontrarem-se em maior número, as que possuem maior representatividade no mercado são empresas brasileiras e de conteúdo multidisciplinar.

**Quadro 5.** Nacionalidade das plataformas

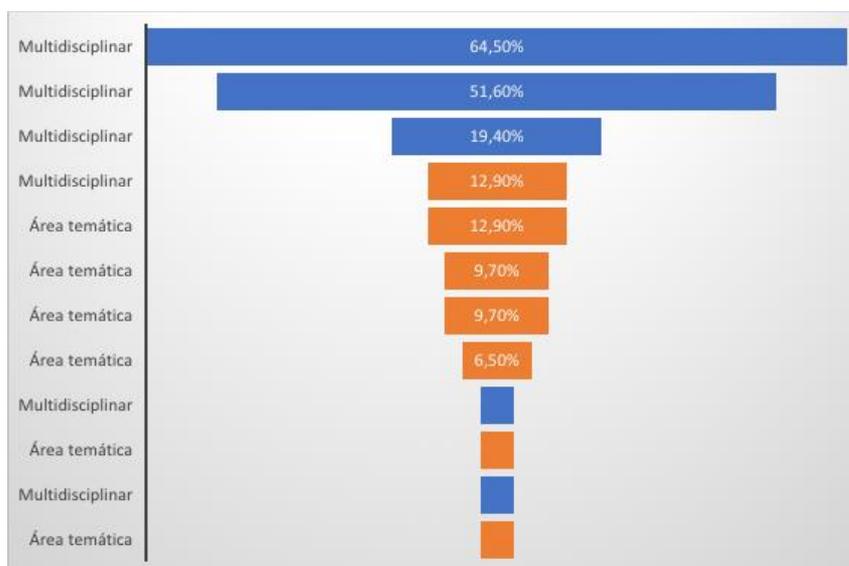
<b>Plataformas</b>	<b>Origem</b>
Academic (Ebsco)	Estrangeira
Biblioteca Virtual (Pearson)	Nacional
Evolution (Elsevier)	Estrangeira
Gale (Cengage)	Estrangeira
Hein Online	Estrangeira
Lectio	Nacional
Minha Biblioteca	Nacional
Oxford	Estrangeira
Proquest (Ebrary)	Estrangeira
Proview (Thomson)	Nacional
Springer Link	Estrangeira
VLex	Estrangeira

Fonte: A autora

**Gráfico 6.** Plataformas estrangeiras e nacionais

Fonte: A autora

Do ângulo do tipo de conteúdo ofertado, observa-se que há uma preferência pelas plataformas multidisciplinares. As três plataformas com maior participação são justamente as que apresentam variados tipos de conteúdos. A visualização do Gráfico 7, permite observar que as plataformas que figuram no topo das plataformas mais escolhidas são as plataformas multidisciplinares.

**Gráfico 7.** Representatividade das plataformas por tipo de conteúdo

Legenda: Em azul as plataformas nacionais, em laranja as plataformas estrangeiras.

Fonte: A autora

Os dados apresentados permitem observar um panorama geral das plataformas para compreender um pouco mais deste cenário.

#### 4.1.2 Entrevistas presenciais

Foram selecionadas para as entrevistas presenciais apenas as bibliotecas de universidades e centros universitários. Assim, estes foram entrevistados no período de 25 a 30 de outubro de 2018. Os bibliotecários, após darem a entrevista podiam optar pelo sigilo ou por sua divulgação. Das 10 instituições entrevistadas, três instituições optaram pelo sigilo. As bibliotecas das instituições serão representadas por letras alfabéticas, visando preservar as entrevistas daqueles que optaram pelo sigilo, já para as demais serão feitas as identificações.

Para apresentar os dados coletados, as respostas das entrevistas foram sintetizadas, e apresentadas em quadros. Por ter sido realizada uma entrevista semiestruturada, somente as perguntas que foram realizadas de forma padrão puderam ser apresentadas de tal forma. As perguntas “extras” realizadas de acordo com a realidade

e abertura dada pelo entrevistado serão pontuadas ao longo da análise de conteúdo. As tabelas seguirão na ordem das perguntas realizadas.

#### *4.1.2.1 Análise das entrevistas com os bibliotecários*

Ao entrar em contato com cada biblioteca solicitava-se conversar diretamente com o responsável geral pela biblioteca. Explicava-se do que se tratava a pesquisa e indagava se o profissional estaria disposto para responder as questões. Nas duas instituições enquadradas como universidades, o atendimento foi feito pelos responsáveis pela contratação das plataformas, nas demais todos os profissionais eram os responsáveis pela (s) biblioteca (s) da instituição.

Todos os profissionais se mostraram solícitos em participar da pesquisa e concordaram que as entrevistas pudessem ser gravadas, entretanto, três profissionais não concederam autorização para a publicação da entrevista, permitindo apenas o uso das informações para a pesquisa de forma geral, e a divulgação de dados que já fossem públicos, como por exemplo, o informe de quais plataformas a instituição assinava.

##### *4.1.2.1.1 Perfil profissional do bibliotecário*

Como relatado, as entrevistas foram realizadas com os profissionais responsáveis pelas bibliotecas. Entretanto, ao longo da entrevista observou-se que alguns profissionais não exerciam poder de escolha ou decisão sobre as plataformas que eram adquiridas. São profissionais que são identificados com o cargo de Bibliotecário, sem nenhuma alusão a gerência, chefia, supervisão, etc.

Tal fato foi relatado, pela revisão de literatura, na fala de Vergueiro (1989, p. 49) que destacou que ainda que a decisão da seleção seja privativa de profissionais da biblioteconomia, nem sempre é tomada por eles por se tratar também de “uma decisão política sobre a qual nem sempre os profissionais possuem a influência que desejariam, sendo em alguns casos, quase que alijados desta etapa [...]”. No Quadro 6 é possível ver a relação entre o cargo ocupado e participação no poder de escolha das plataformas.

**Quadro 6.** Cargo do profissional responsável pela contratação dos livros eletrônicos

	<b>Cargo do profissional que cuida da contratação dos livros eletrônicos</b>	<b>Participa ou participou do processo de escolha das plataformas contratadas?</b>
Biblioteca A	Supervisor do Setor de Aquisição	Atua como responsável pela contratação das plataformas, na modalidade assinatura. Bem como dos livros impressos, exerce poder de influência, mas não decide sem a autorização da chefia.
Biblioteca B	Gerente de Biblioteca	Sim, participa e tem poder de escolha e influência, mas tem de observar o orçamento.
Biblioteca C	Bibliotecário Sênior	Não participa do processo de aquisição de livros eletrônicos e nem impressos
Biblioteca D	Supervisor de Bibliotecas	Sim, participa e tem poder de escolha e influência, mas tem de observar o orçamento.
Biblioteca E	Bibliotecário Sênior Gestor	Sim, participa e tem poder de escolha e influência, mas tem de observar o orçamento.
Biblioteca F	Coordenador-Geral das Bibliotecas do Grupo	Sim, participa e escolhe os livros eletrônicos e impressos que serão adquiridos
Biblioteca G	Supervisor de Biblioteca	Sim, participa e tem poder de escolha e influência, porém não pode tomar as decisões de forma solitária. Deve haver um consenso entre os demais bibliotecários do grupo.
Biblioteca H	Bibliotecário – Chefe do Setor de Referência	Participa do processo de aquisição e seleção, bem como cuida das plataformas em que gerencia o contrato, porém, não exerce influência decisória. A decisão vem da direção da biblioteca.
Biblioteca I	Bibliotecário Júnior	Não participa do processo de aquisição de livros eletrônicos e nem impressos
Biblioteca J	Chefe de Biblioteca (coordena as bibliotecas do grupo no país)	Participa do processo da biblioteca em que se encontra, bem como também de toda as demais bibliotecas que são do grupo educacional

Obs.: os cargos foram apresentados sem informe de gênero (feminino ou masculino)

Fonte: A autora

Dos dez entrevistados, os dois bibliotecários que eram responsáveis pela biblioteca da instituição, porém sem cargo de chefia nem participavam do processo de decisão nem participavam do processo de escolha das plataformas. Ou seja, como pontuou Vergueiro, no final da década de 1980, os bibliotecários nem sempre exercem poder de influência ou de decisão no momento dos processos de seleção e aquisição, sendo estes muitas vezes exercidos por outros profissionais com capacitações em áreas distintas. Esta pesquisa foi realizada em 2018 e, ainda assim, essa é uma realidade que permanece.

Um outro ponto que foi investigado era se o responsável pela biblioteca de fato possuía formação profissional na área e qual o seu nível de formação acadêmica. O nível de formação acadêmica poderia exercer alguma influência sobre o conhecimento da temática estudada, e de fato refletiu. Sem o intuito de desmerecer qualquer entrevista dada, os profissionais que continham maior especialização acadêmica, propiciaram as entrevistas mais longas e, portanto, com maior conteúdo. O Quadro 7 apresenta a o cargo ocupado, a formação profissional e o número de unidades de informação gerenciadas por cada profissional.

**Quadro 7.** Formação *versus* Cargo *versus* Número de bibliotecas gerenciadas

	<b>Formação acadêmica</b>	<b>Cargo</b>	<b>Número de Bibliotecas</b>
Biblioteca A	Graduação em biblioteconomia	Supervisor do Setor de Aquisição	2
Biblioteca B	Graduação em biblioteconomia	Gerente de Biblioteca	2
Biblioteca C	Graduação em biblioteconomia	Bibliotecário Sênior	2
Biblioteca D	Graduação em biblioteconomia; Especialização em patrimônio, direitos culturais e cidadania	Supervisor de Bibliotecas	2
Biblioteca E	Graduação em biblioteconomia; Especialização de gestão (em andamento)	Bibliotecário Sênior Gestor	1
Biblioteca F	Graduação em biblioteconomia; Graduação em pedagogia; Mestrado em Educação; Pós-graduação em Gestão de Processos Acadêmicos; Especialização técnica de ensino e gestão em formação de professores	Coordenador-Geral das Bibliotecas do Grupo	9
Biblioteca G	Graduação em biblioteconomia; Graduação em direito (em andamento)	Supervisor de Biblioteca	1
Biblioteca H	Graduação em biblioteconomia e Mestrado em Ciência da Informação	Bibliotecário – Chefe do Setor de Referência	1
Biblioteca I	Graduação em biblioteconomia	Bibliotecário Júnior	1
Biblioteca J	Graduação em biblioteconomia; Graduação em direito.	Chefe de Biblioteca (coordena as bibliotecas do grupo no país)	1

Fonte: A autora

Destaque especial para os profissionais das Bibliotecas F e J. Estes além de terem demonstrado domínio técnico, também manifestaram preocupação com a temática estudada nesta pesquisa. Um componente que também pode trazer alusão a preocupação destes profissionais, pode ser o fato de que ambos ocupam cargos que demandam o gerenciamento de mais de uma biblioteca do grupo educacional.

Em razão dos problemas voltados aos direitos autorais este foi um ponto aludido pelos entrevistados das Bibliotecas B, G e J. E um ponto observado é que dois destes três profissionais estudam a temática jurídica, o que de certa forma traz um componente de familiaridade quanto ao assunto.

#### 4.1.2.1.2 Informatização da biblioteca

Realizada a análise do perfil profissional dos entrevistados, neste tópico serão analisados os pontos da entrevista que foram voltados para questões técnicas da infraestrutura, que se relacionavam com a seleção e a aquisição dos livros eletrônicos. A primeira pergunta buscava identificar qual era o *software* gerenciador do acervo da biblioteca. A pergunta além de determinar qual o programa, também buscava saber se ele permitia o gerenciamento de livros eletrônicos. Os dados podem ser observados no Quadro 8.

**Quadro 8.** *Software* de gerenciamento utilizado

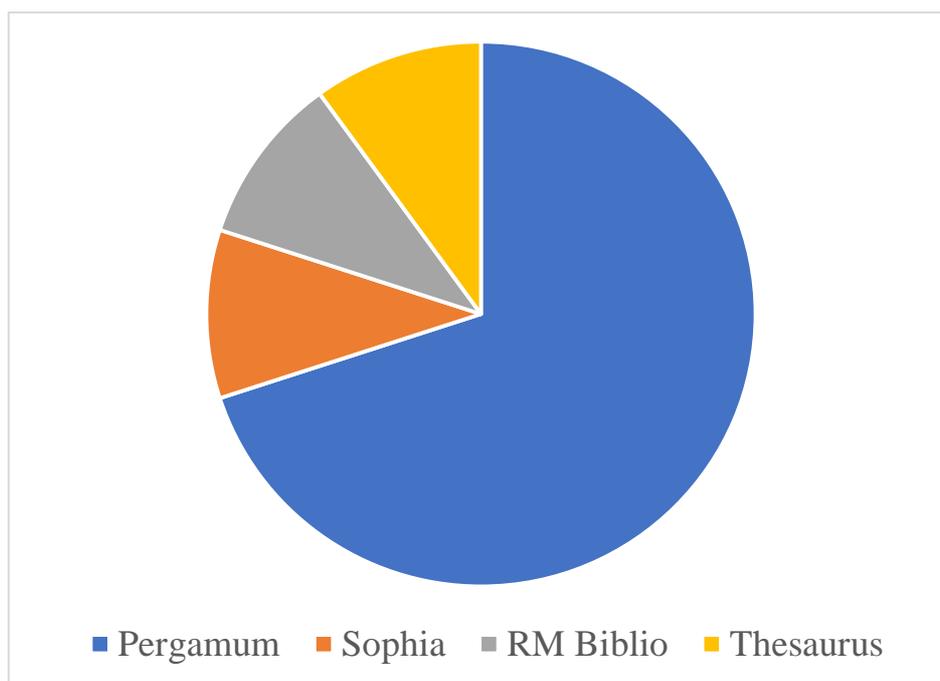
Qual o software que a biblioteca utiliza para o gerenciamento do acervo?	
Biblioteca A	Pergamum
Biblioteca B	Thesaurus
Biblioteca C	Pergamum
Biblioteca D	Sophia
Biblioteca E	RM Biblio
Biblioteca F	Pergamum
Biblioteca G	Pergamum
Biblioteca H	Pergamum
Biblioteca I	Pergamum
Biblioteca J	<i>Software</i> caseiro (em fase de negociação com o Pergamum)

Fonte: A autora

À exceção de um único entrevistado, os demais informaram que os seus *softwares* atendiam bem a demanda de documentos eletrônicos. Cabe apenas uma ressalva neste quesito, a Biblioteca B e a Biblioteca E, como será explorado mais a frente, não realizam a integração das plataformas assinadas, portanto, não é possível dizer se tais plataformas são capazes de gerenciar os documentos.

O *software* Pergamum praticamente lidera com quase 70% do mercado das bibliotecas universitárias. Ainda que a Biblioteca J esteja em fase de negociação, o *software* já havia sido o escolhido para o gerenciamento. A opção de abandonar o *software* institucional segundo a entrevistada, se deu em razão dele não realizar o gerenciamento de livros eletrônicos. O Gráfico 8 mostra a distribuição dos softwares, já desconsiderando o *software* caseiro.

**Gráfico 8.** *Softwares* de gerenciamento



Fonte: A autora.

Portanto, de uma perspectiva ampla, é possível inferir que todas as bibliotecas pesquisadas estão com seus acervos automatizados e com acesso em linha, e que possuem uma preocupação para facilitar o acesso do acervo a seus usuários.

#### 4.1.2.1.3 Procedimentos de seleção e aquisição

Uma das perguntas da entrevista buscava identificar quais bibliotecas que previam em sua política de seleção e aquisição, os livros eletrônicos. Como foi estudado na revisão de literatura, as políticas demonstram uma maturidade da biblioteca no seu desenvolvimento de coleções e apresenta a importância que a biblioteca concede a determinados materiais ou conteúdos em detrimento de outros.

A pesquisa descobriu que todas as bibliotecas possuem política de desenvolvimento de coleções (por escrito), porém apenas três bibliotecas contemplam em sua política a previsão de livros eletrônicos. Em algumas entrevistas percebeu-se que os profissionais demonstraram surpresa com a pergunta. Em suas respostas, alguns justificaram que não haviam pensado na questão, outros que a questão era indiferente e outros ainda alegaram falta de tempo para atualizar a política.

Esse é um ponto sensível e que se relaciona diretamente com o objetivo geral desta pesquisa, que a este ponto vale lembrar: “identificar como as bibliotecas universitárias estão desenvolvendo suas coleções com livros eletrônicos que demandam pagamento.” O desenvolvimento de coleções do ponto de vista da literatura é um processo que se inicia com o planejamento, formaliza-se com a política de seleção e tem sua execução com a aquisição de materiais. Se as bibliotecas não formalizam o processo por meio de instrumentos formais, como a política de desenvolvimento de coleções em algum momento o processo poderá estar prejudicado.

Observou-se que em algumas bibliotecas em que o entrevistado estava no cargo a pouco tempo algumas das respostas às perguntas feitas não eram conhecidas. Um exemplo que pode ser citado é o do entrevistado da Biblioteca A, que ao ser questionado do porquê não eram mais adquiridas obras por aquisição perpétua, ele não sabia responder, nem porque foram nem porque não era mais adotada essa modalidade.

Ainda em relação às bibliotecas que apresentam em sua política a previsão de livros eletrônicos, as três que preveem não permitiram o acesso ao documento, por se tratar de documento de acesso restrito apenas aos bibliotecários da rede. Sendo assim, não foi possível verificar se as previsões informadas pelos entrevistados neste documento de fato refletiam os pontos mínimos de uma política de desenvolvimento de coleções.

Um destaque cabe para a Biblioteca H. A biblioteca possui diversas bases com obras eletrônicas, porém, a maioria destas são de obras que não implicaram em custos de aquisição, sendo principalmente parte delas publicações dos alunos da instituição. Os livros eletrônicos que demandam custos são tratados como serviços e, portanto, responsabilidade do Setor da Referência e não do Setor de Seleção e Aquisição. Esta é uma questão importante, uma vez que conforme demonstrado na revisão de literatura, a modalidade de negócios assinatura, enquadra-se numa prestação de serviço e não de aquisição de conteúdo, sendo esta uma grande mudança para o paradigma de desenvolvimento de coleções. Portanto, é um ponto bem importante de ser observado. Os dados foram compilados no Quadro 9.

**Quadro 9.** Bibliotecas com política de aquisição

	<b>Possui política de desenvolvimento de coleções?</b>	<b>Prevê livros eletrônicos?</b>
Biblioteca A	Sim	Não contempla livros eletrônicos
Biblioteca B	Sim	Sim, contempla livros eletrônicos.
Biblioteca C	Sim	Não contempla livros eletrônicos
Biblioteca D	Sim	Não contempla livros eletrônicos
Biblioteca E	Sim	Não contempla livros eletrônicos
Biblioteca F	Sim	Não contempla livros eletrônicos
Biblioteca G	Sim	Sim, contempla livros eletrônicos.
Biblioteca H	Sim	Não contempla livros eletrônicos. São tratados como um serviço de referência.
Biblioteca I	Sim	Não, contempla livros eletrônicos.
Biblioteca J	Sim	Sim, contempla livros eletrônicos.

Fonte: A autora

No tópico 4.1.1 foram apresentados os dados coletados nas entrevistas por telefone. Por uma questão de sigilo não foram mostrados os dados das universidades e dos centros universitários, pois este conjunto amostral participou em sua integralidade de entrevistas presenciais. Sendo assim, o Quadro 10 a seguir apresenta os dados coletados referente a tais instituições.

**Quadro 10.** Plataformas e modelos de negócios adotados pelas bibliotecas universitárias

	<b>Tipo de Instituição</b>	<b>Plataformas</b>	<b>Modelos de negócios</b>
Biblioteca A	Universidade	Minha Biblioteca; VLex Ebsco	Assinatura Assinatura Aquisição perpétua e Assinatura
Biblioteca B	Centro Universitário	Minha Biblioteca Biblioteca Virtual Evolution	Assinatura
Biblioteca C	Centro Universitário	Biblioteca Virtual Minha Biblioteca	Assinatura
Biblioteca D	Centro Universitário	Biblioteca Virtual	Assinatura
Biblioteca E	Centro Universitário	Proquest (Ebrary); Proview Thomson	Assinatura
Biblioteca F	Centro Universitário	Minha Biblioteca	Assinatura
Biblioteca G	Centro Universitário	Biblioteca Virtual; Minha Biblioteca; Ebsco; Elsevier; Proview (Thomson)	Assinatura
Biblioteca H	Universidade	Biblioteca Virtual; Minha Biblioteca; Proquest (Ebrary); Ebsco; Oxford	Assinatura
Biblioteca I	Centro Universitário	Biblioteca Virtual – Pearson; Minha Biblioteca	Assinatura
Biblioteca J	Centro Universitário	Biblioteca Virtual – Pearson; Minha Biblioteca; Ebsco; Elsevier; Vlex	Assinatura

Fonte: A autora

Na distribuição pela quantidade de plataformas assinadas observa-se que 80% das bibliotecas investigadas tem duas ou mais plataformas contratadas, que 50 % das bibliotecas possuem três ou mais plataformas, e 30% das bibliotecas possuem cinco plataformas contratadas. Diferentemente das instituições de ensino superior, classificadas como faculdades, que em sua maioria possuem apenas uma plataforma assinadas, os centros universitários que possuem apenas uma, são a minoria.

Como levantado na revisão de literatura, por autores como Evans, Vergueiro, Andrade e Weitzel, a biblioteca possui um limite orçamentário. Esta não pode adquirir

tudo o que lhe convém, surge daí a necessidade e a importância da seleção. Se a biblioteca possui essa restrição, é possível inferir que a quantidade de plataformas contratadas pelas bibliotecas exerce uma influência sobre a aquisição de livros impressos, que provavelmente terá seu número de livros adquiridos reduzidos.

Tal questionamento foi realizado a três entrevistados, mais precisamente aos responsáveis das Bibliotecas D, F e J. Os entrevistados das Bibliotecas D e F relataram que reduziram o número de compras de títulos e de exemplares livros impressos em razão da assinatura da plataforma. O entrevistado da Biblioteca D inclusive ressaltou que dá uma preferência para os livros eletrônicos, pois acredita que este seja o futuro das bibliotecas acadêmicas. E como a sua instituição de ensino está crescendo na área de saúde, a plataforma da Elsevier já está sendo cotada para contratação, e em sendo aprovada, os livros para os demais cursos que serão adquiridos serão os que não constarem daquela plataforma. Nesse mesmo sentido o entrevistado da Biblioteca D informou que alguns cursos só puderam ser abertos perante o MEC em razão de aproximadamente 70% do conteúdo do plano de ensino estar coberto pela plataforma contratada. E que o mesmo vê isso com bons olhos, pois economiza não apenas recursos financeiros, como também tempo de aquisição e processamento, fora o espaço do acervo.

Em uma linha um pouco mais conservadora o bibliotecário da Biblioteca J informou que em sua política de aquisição reduziu apenas a quantidade de exemplares adquiridos, sem com isso deixar de adquirir os títulos constantes dos planos de ensino. Segundo o mesmo, ainda se observa uma cultura dos alunos voltada para a necessidade de estudo em livros impressos. Outro ponto destacado, pelo entrevistado, foi o de que os instrumentos de avaliações do MEC são alterados constantemente, e que a alteração para a permissão de bibliografias com a manutenção de 100% dos livros em formato eletrônico é muito recente, não sendo, portanto, um parâmetro muito confiável. Mas relatou também, que apesar da tentativa de manutenção de ao menos um exemplar, se depara com algumas situações que são impeditivas, tais como: esgotamento de exemplares físicos e publicação de livros apenas em formato eletrônico.

Numa comparação entre os entrevistados, das Bibliotecas D e F e da Biblioteca J, observa-se que o entrevistado da Biblioteca J demonstra uma preocupação não apenas com a disponibilização do conteúdo, mas também com a aquisição e manutenção da posse do conteúdo, que está presente nas aquisições dos livros impressos. Apesar de conservadora por este ângulo, em nada tal postura interferiu na aquisição de

plataformas. Se atentarmos para a quantidade de plataformas contratadas, observaremos que a Biblioteca J é um Centro Universitário que possui cinco destas.

Em razão da questão da preocupação da posse do conteúdo pela biblioteca vale destacar um ponto que foi suscitado por apenas um entrevistado, o da Biblioteca G. Segundo o entrevistado, um livro que constava na bibliografia complementar estava disponibilizado pela plataforma Minha Biblioteca até uma semana antes da avaliação do MEC. Entretanto, durante o período em que a comissão avaliadora chegou, o livro saiu da base sem qualquer prévio aviso, e a instituição não possuía exemplares impressos. A avaliação do curso sofreu uma penalidade. A plataforma em questão foi contatada e respondeu à Instituição que o livro havia saído da base por questões de direitos autorais, e se eximiu de qualquer responsabilidade. Em razão deste ocorrido, os bibliotecários, em conjunto com a colegiado de coordenadores de curso da instituição decidiram que sempre que um livro entrasse para a bibliografia complementar ou básica daquele curso, deveria ser realizada uma verificação junto a plataforma de previsão de permanência daquele título. O título poderia ser incluído somente se a plataforma assegurasse uma permanência mínima de 3 a 5 anos.

O relato do caso acima é importante e vai ao encontro do que Georgas (2015) apontou em seu estudo, ou seja, que plataformas que oferecem serviços para acesso de livros eletrônicos, por meio de assinaturas, possuem uma saída de livros em muitas vezes superior e mais rápida que as realizadas por meio do descarte de bibliotecas universitárias. Ademais lembrando o conceito de descarte, apontada, na revisão de literatura, por Andrade e Vergueiro, se um livro sai da plataforma, seja por questões de direitos autorais ou por ter aparecido uma nova edição, há aí um descarte. Porém, um descarte realizado pela plataforma e não pela biblioteca significa um impacto sobre o fluxo de desenvolvimento de coleções, idealizado por Evans.

Durante as entrevistas os bibliotecários foram questionados quanto aos fatores considerados para a escolha das plataformas. O que eles observavam na hora de escolher. Dois entrevistados informaram que essas eram escolhas tomadas por outros bibliotecários, que não eles. Interessante observar que em ambos os casos, os bibliotecários entrevistados eram os responsáveis pelas bibliotecas, porém, a parte de aquisição era centralizada em uma das instituições de ensino superior daquele grupo educacional, e dessa forma, tanto a aquisição de livros impressos quanto a aquisição de

livros eletrônicos eram realizadas apenas pelos bibliotecários responsáveis em nível gerencial pelas instituições do grupo.

Das oito bibliotecas respondentes todas elegeram o conteúdo ofertado pela plataforma como um dos pontos que eram observados. Isso é um ponto interessante, porque 90% das bibliotecas possuem a plataforma Biblioteca Virtual e/ou a plataforma Minha Biblioteca. Estas são plataformas multidisciplinares de conteúdo em língua portuguesa. Assim, o conteúdo pode ser do interesse por uma gama de instituições.

De outro lado, quatro entrevistados citaram o instrumento do MEC como motivador. Desde 2013 o Instrumento do MEC passou a permitir que as instituições disponibilizassem os livros da bibliografia complementar através de livros *online*, e em 2017, o instrumento de avaliação sofreu nova alteração, permitindo que os planos de ensino possam ser compostos em 100% (bibliografia básica e complementar) por livros eletrônicos. Relembrando uma crítica de Vergueiro (1989) às instituições de ensino superior isoladas que realizavam sua aquisição com base apenas nos planos de cursos, é de se pontuar que tal comentário também pode ser estendido aos centros universitários, que em sua maioria, salvo algumas exceções, demonstraram maior preocupação com as avaliações do MEC que mesmo com a própria comunidade acadêmica.

Também cabe observar que nenhuma das bibliotecas investigadas oferece acesso às plataformas à sua comunidade de extensão. Como apontado na revisão de literatura, cabe apenas às universidades, por sua finalidade de pesquisa e extensão, atender à comunidade externa. Então, o mesmo não deveria ser aplicado ao acesso dos livros eletrônicos? Por isso, durante as entrevistas foi questionado aos entrevistados das universidades se era permitido à comunidade externa o acesso as plataformas, e ambos responderam que não, que como esse era um acesso mediado por *login* e senha, era limitado apenas aos alunos.

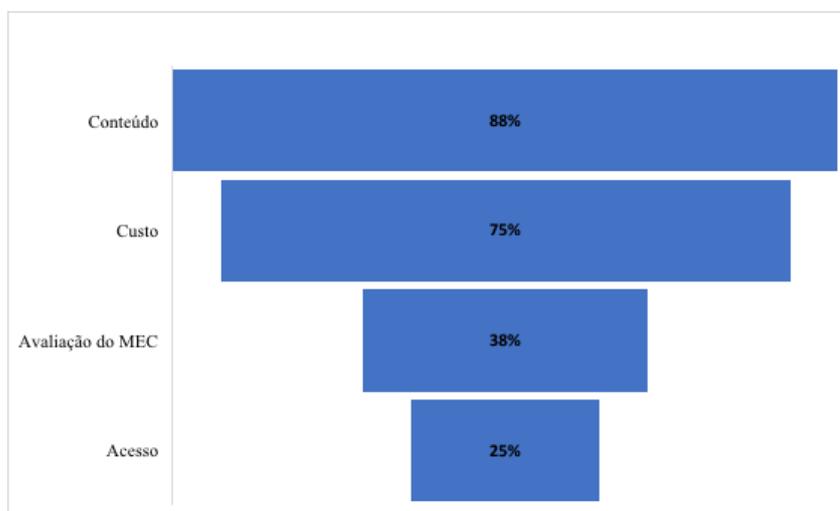
O entrevistado de uma dessas universidades, inclusive, informou que por problemas financeiros esse acesso não é automático, que é necessário que o aluno entre em contato e solicite o cadastro das senhas, e que isso ocorre porque o pagamento à contratada é feito para o acesso de apenas 75% dos alunos matriculados por semestre. Quando perguntei se tinham uma solução para caso de uma demanda de cadastro maior que a contratada, o entrevistado informou que ainda não, mas que estão tentando aumentar o orçamento destinado à biblioteca.

Um segundo fator muito citado foi o custo financeiro da plataforma, este foi um tópico pontuado em quase todas as entrevistas. Quando não respondido de forma direta na questão em análise, era citado em outra parte da entrevista. Dentre os entrevistados apenas três instituições relataram preocupações de ordens de infraestrutura, tais como facilidade de acesso, disponibilização a todos os usuários e preocupações com deficientes visuais.

**Quadro 11.** Fatores de seleção das plataformas pelas bibliotecas

	<b>FATORES</b>
Biblioteca A	Conteúdo; Custo financeiro
Biblioteca B	Conteúdo em língua nacional; Acesso ilimitado e remoto; Acesso com possibilidade de navegação <i>off-line</i> ; Custo financeiro.
Biblioteca C	Não soube informar (decisões são tomadas por responsável de nível hierárquico superior, que concentra as decisões, no Rio de Janeiro)
Biblioteca D	Conteúdo; Compatibilidade com os cursos da instituição; Custo; Instrumento do MEC
Biblioteca E	Conteúdo; Acesso; Usabilidade (interface e manuseio)
Biblioteca F	A base que fornece maior quantidade de conteúdo; Custo benefício; Instrumento do MEC
Biblioteca G	Consideram as particularidades de cada Instituição de Ensino do grupo que mantém a instituição; principal fator motivador é o conteúdo oferecido pela base
Biblioteca H	As plataformas não fazem parte dos setores de aquisição, são consideradas como serviços prestados aos usuários. Cada bibliotecário, ainda que de outro setor é responsável por um contrato. A escolha das bases é tomada pela direção da instituição. Cada bibliotecário ou usuário pode realizar uma sugestão.
Biblioteca I	Não soube informar (decisões são tomadas por outro responsável em São Paulo)
Biblioteca J	Conteúdo da plataforma em razão das necessidades dos cursos; Custo financeiro; Instrumento do MEC.

Fonte: A autora

**Gráfico 9.** Fatores considerados para contratação da plataforma

Fonte: A autora

O Gráfico 9 aponta os fatores mais citados no Quadro 11. Na revisão de literatura foram apontados oito pontos principais para a seleção de livros, que podem ser sintetizados nos seguintes: tipo e formato do conteúdo, público alvo a ser atendido e avaliação da coleção (entrada e saída). Esses pontos foram contemplados na escolha das plataformas, mas merece um destaque o quesito “Avaliação do MEC”. Isso não foi apontado na literatura como um fator motivador para a seleção de materiais. Ainda que não tenha sido mencionado como fator de escolha, Vergueiro (1989) apontava que coleções de instituições de ensino superior não deveriam ser consideradas como bibliotecas universitárias porque suas coleções eram voltadas apenas para os instrumentos pedagógicos. Ao que parece instituições múltiplas de ensino também se condicionam por essa vertente.

O fato não precisa ser visto apenas do ponto de vista negativo, como algo “castrador”, que limita o acervo de uma biblioteca. Ele pode ser visto pelo ponto positivo de que o instrumento de avaliação, por sua influência, poderia ser revisto de modo a melhorar consideravelmente a qualidade dos acervos. Se é que já não o faz, pois como se observou nas entrevistas, há instituições de ensino em que os seus bibliotecários estão presentes apenas como responsáveis pela parte administrativa do dia a dia, mas não como

gerenciadores de fato. Como estariam essas bibliotecas de instituições que se preocupam mais com a gestão financeira, se a biblioteca não tivesse um peso nas avaliações de um órgão fiscalizador como o MEC? Fica a questão, apenas a título de reflexão.

Um outro ponto analisado durante a seleção das plataformas pelas bibliotecas era a forma de recuperação da informação por seus usuários. Se era necessário que o aluno procurasse em mais de um local de busca ou se o *software* da biblioteca era capaz de armazenar o conteúdo em seu *software*. Essa era uma questão que envolvia a oposição de dois aspectos: inclusão e controle de conteúdos que não eram da biblioteca *versus* a não inclusão de conteúdos e ausência de controle sobre os fatores de busca e recuperação da informação. Das bibliotecas entrevistadas as que realizam integração utilizam a importação por registros MARC, e as demais, a exceção de uma, não realizam a importação, conforme Quadro 12.

**Quadro 12.** Integração entre o conteúdo das plataformas e o *software* gerenciador do conteúdo

<b>A biblioteca realiza integração entre a plataforma e o software de gerenciamento?</b>	
<b>Biblioteca A</b>	Realiza integração por meio da importação de registros MARC
<b>Biblioteca B</b>	Não optaram por integração entre as plataformas e o software, utilizam o EDS, um sistema que opera como um Meta Buscador. O sistema pesquisa em todas as plataformas e bases de conteúdo da instituição.
<b>Biblioteca C</b>	Não optaram pela integração, os alunos precisam buscar diretamente na plataforma. A opção se deu em razão dos custos operacionais.
<b>Biblioteca D</b>	Realiza a integração por importação de registros MARC. Os registros são importados, mas necessitam serem recatalogados.
<b>Biblioteca E</b>	Não realizam a integração, os alunos precisam buscar diretamente nas plataformas. A bibliotecária não vê a integração como uma necessidade.
<b>Biblioteca F</b>	Realizam a integração, porém possuem problemas recorrentes com a importação. A empresa sempre encaminha um arquivo completo, com o que já tinha, o que saiu e o que há de novo. Isso implica em retrabalho de obras já inseridas.
<b>Biblioteca G</b>	Realizam a integração das plataformas que são disponibilizadas para toda a rede de instituições de sua mantenedora. Plataformas que foram assinadas exclusivamente para sua instituição ainda não são integradas por uma carência de seu software de gerenciamento (Pergamum)
<b>Biblioteca H</b>	Realizam a integração de apenas algumas plataformas. Contrataram o sistema EDS, da empresa EBSCO, para realizar a busca em todas as plataformas, pois a importação de registros implicava num armazenamento acima da capacidade de seus servidores
<b>Biblioteca I</b>	Não realizam a integração, o aluno necessita buscar na plataforma. Bibliotecária desconhecia a possibilidade de importação.
<b>Biblioteca J</b>	O software de gerenciamento não permite, motivo pelo qual estão em fase de aquisição de um novo software

Fonte: A autora

No aspecto geral 60% das bibliotecas não realizam a integração das plataformas com os seus *softwares*, outros 40% realizam. A integração foi um ponto muito abordado pelos bibliotecários das instituições que efetivamente realizam essa importação. Dois entrevistados apontaram que, em razão da integração necessitam realizar uma “recatologação” dos registros, pois estes chegam com muitas falhas. Um dos entrevistados inclusive pontuou uma dificuldade junto a plataforma Minha Biblioteca, durante essas importações. Segundo o bibliotecário (Biblioteca F) as atualizações são sempre “globais”, ou seja, na prática a plataforma encaminha um arquivo que contém livros que já estavam no acervo, os que entraram e os que saíram. Ocorre que esse tipo de importação demanda a exclusão dos registros que já haviam sido recatologados, o que seria um retrabalho. Ele pontuou que a importação auxilia, porém, nem tanto uma vez que a classificação e indexação da Plataforma Minha Biblioteca são baseadas em áreas de estudo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Um outro entrevistado (Biblioteca D) também pontuou que os registros de importação junto à plataforma Biblioteca Virtual demandam um retrabalho, uma vez que segundo tinha conhecimento, os registros são catalogados diretamente pelas editoras, e que, portanto, carecem de um padrão e tecnicidade. Este foi inclusive um ponto de melhoria sugerido para as plataformas. Ainda de acordo com o bibliotecário é sempre um trabalho constante e interminável em razão do grande volume de conteúdo que a plataforma agrega.

Um ponto que só foi abordado pelo entrevistado da Biblioteca H foi a questão da necessidade de espaço de armazenamento nos servidores da instituição nos casos de importação de registro. Segundo o entrevistado, das cinco plataformas, duas possuíam integração com o *software*, que seriam a Minha Biblioteca e a Biblioteca Virtual. Entretanto, em relação às demais, a instituição apenas informava no *site* da biblioteca, quais eram as bibliotecas digitais disponíveis para consulta. Essa “política” de não integrar todas plataformas se justificava em razão de uma provável sobrecarga sobre o servidor da biblioteca. Para solucionar o caso, a biblioteca estava em fase de fechamento de contrato com a empresa Ebsco, para a aquisição do metabuscador EDS<sup>9</sup>. O EDS é um *software* que integra todas as plataformas que a instituição tenha adquirido ou contratado

---

<sup>9</sup> Foi constatado ao longo da análise de dados que a biblioteca H já agregou ao seu *site* o meta buscador EDS e que este já está em pleno funcionamento. Acesso em: mar. 2019.

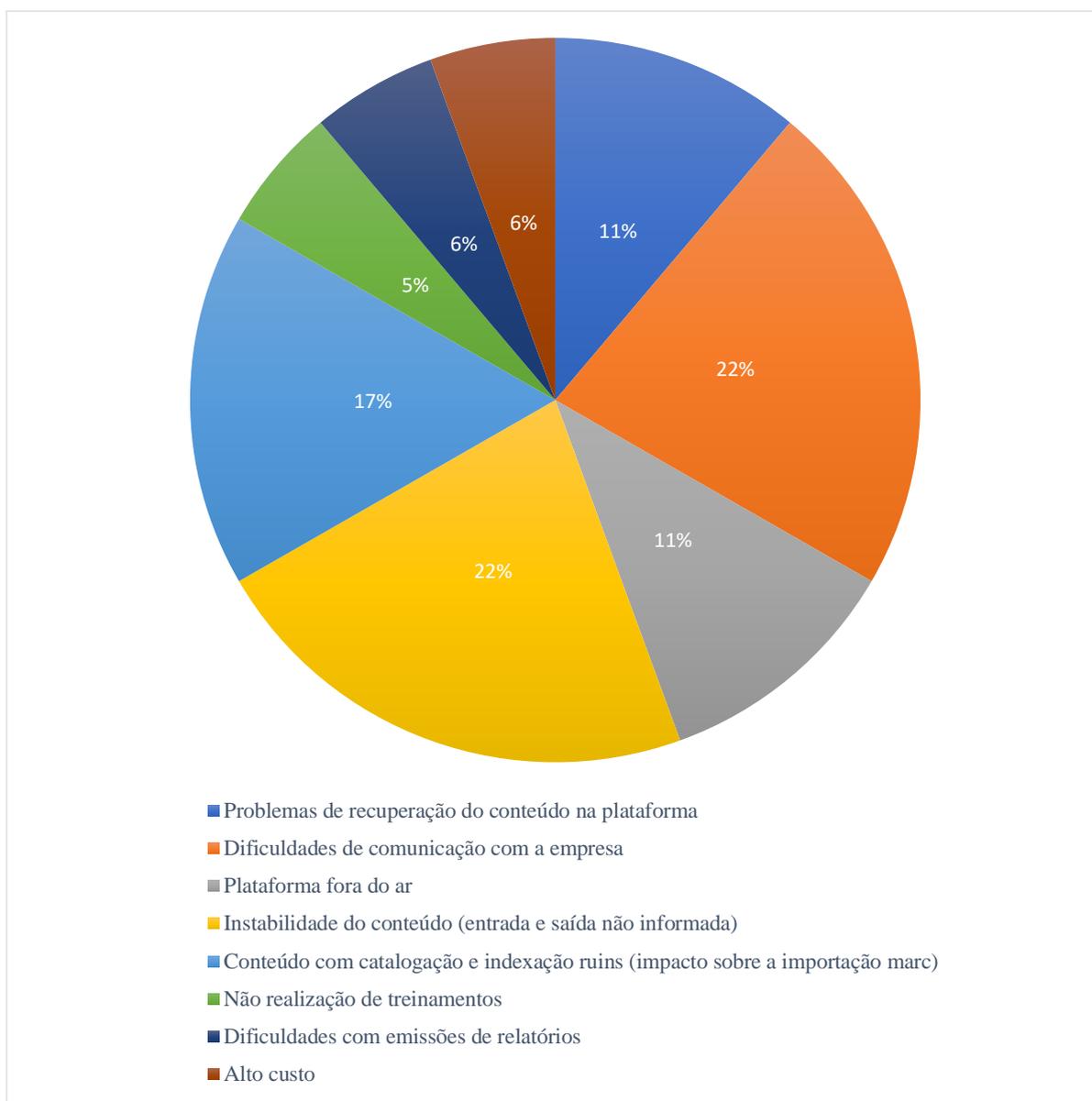
de modo que permita ao usuário consultar todo o conteúdo em um único campo de busca. Apenas, a título informativo o concorrente no mercado do EDS é o PRIMO, um *software* desenvolvido pela *Exlibris* e muito utilizado no exterior por bibliotecas universitárias que têm por padrão o uso do *software* Aleph ou Alma (evolução do *software* Aleph).

Por fim, a última pergunta realizada aos entrevistados visava conhecer quais as sugestões de melhorias que estes gostariam que as plataformas realizassem. Foram diversas, em alguns casos pontuais, observados no Quadro 13. Já no Gráfico 10 é possível observar as principais reclamações em relação ao uso das plataformas. Ressalta-se apenas que para a elaboração do gráfico foram desconsideradas do total as bibliotecas que não se pronunciaram.

**Quadro 13.** Carência das plataformas e sugestões de melhorias

<b>Sugestões ou reclamações que as bibliotecas possuem quanto as plataformas contratadas?</b>	
<b>Biblioteca A</b>	<p>Em relação a plataforma Proview foi informado grande dificuldade de comunicação junto a empresa para contratação da plataforma.</p> <p>Em relação a Minha Biblioteca, quanto a contratação e o suporte pós-venda não há reclamações. Porém, pontuou que a base já ficou fora do ar por várias vezes, o que ocasiona muitas demandas dos alunos e dos professores.</p> <p>Em relação a VLex, quanto a contratação e o suporte pós-venda não há reclamações. Porém, pontuou que em alguns momentos a plataforma recupera itens que não são acessíveis, ou ainda que não foram contratados pela instituição.</p>
<b>Biblioteca B</b>	<p>Em aspecto amplo as reclamações foram centradas na instabilidade do conteúdo. Segundo informado a plataforma retira itens frequentemente por questões de direitos autorais, e mesmo quando avisa com certa antecedência, há o transtorno na alteração do plano de ensino.</p>
<b>Biblioteca C</b>	<p>Sem reclamações ou sugestões.</p>
<b>Biblioteca D</b>	<p>Em relação a Pearson, quanto a contratação e o suporte pós-venda não há reclamações. Porém, pontuou que os registros poderiam ser mais bem catalogados, preferencialmente por bibliotecários, e que poderiam melhorar sua importação, que ainda era precária (tabela Excel).</p>
<b>Biblioteca E</b>	<p>Em relação a Ebrary, da Proquest, foi relatado dificuldade de comunicação no pós-venda, bem como na renovação da plataforma.</p> <p>Em relação a Proview, da RT Online, foi relatado descumprimento do acordado no momento da renovação, pois a empresa não realizou treinamentos com os alunos. Também foi pontuado que a empresa não tem atendido a demanda dos relatórios de utilização da base.</p> <p>De modo geral foi pontuado uma necessidade de maior autonomia do bibliotecário para acessar dados das plataformas.</p>
<b>Biblioteca F</b>	<p>Assinam apenas a Minha Biblioteca, em relação a plataforma apontou que:</p> <p>A importação dos registros bibliográficos é falha; e</p> <p>A consulta para localização dos livros é limitada pela indexação pobre.</p>
<b>Biblioteca G</b>	<p>Custo muito alto para a contratação;</p> <p>Instabilidade de conteúdo na plataforma;</p> <p>Algumas plataformas retiram conteúdo sem informar, ou com informe tardio; e se a instituição estiver sob avaliação no período a biblioteca fica comprometida.</p>
<b>Biblioteca H</b>	<p>Relatou problemas na importação de registros, mas pontuou que com a aquisição do sistema EDS, não via mais a questão como um problema.</p>
<b>Biblioteca I</b>	<p>Sem reclamações ou sugestões.</p>
<b>Biblioteca J</b>	<p>Instabilidade de conteúdo na plataforma, demanda constante revisão dos planos de ensino;</p> <p>Instabilidade em plataforma assinada que constantemente encontrava-se fora do ar;</p> <p>Quanto a EBSCO e a VLex não foram relatados nenhum desagravo, apenas elogios.</p> <p>Quanto a Minha Biblioteca relatou que o conteúdo é amplo e excelente, porém, que o tratamento pós-venda, deixa muito a desejar.</p> <p>Quanto a Pearson elogiou o tratamento para a contratação bem como o tratamento pós-venda, porém, considera o catálogo da empresa muito limitado.</p>

Fonte: A autora

**Gráfico 10.** Reclamações em relação as plataformas

Fonte: A autora

Diante de todo o exposto, observou-se um ponto ausente na fala dos bibliotecários entrevistados, que foi o conhecimento de alguns dos modelos de negócios relatados na revisão de literatura para livros eletrônicos que fosse distinto do modelo de assinaturas ou aquisição por *download*. Em três situações nas quais os bibliotecários manifestaram-se quanto ao modelo de aquisição de livros eletrônicos (*download*) a impressão deixada era negativa em razão do alto custo cobrado.

## 4.2 ENTREVISTAS COM FORNECEDORES

A coleta de dados com os fornecedores consistiu na aplicação de questões abertas encaminhadas por *e-mail*. A empresa possuía discricionariedade para responder como julgasse melhor. Em alguns casos foi necessário trocar mais de uma correspondência eletrônica para auferir respostas mais completas. Para algumas questões os fornecedores preferiam responder por telefone ou ainda vídeo conferência, foram os casos das plataformas: Proview, Minha Biblioteca, Elsevier e Biblioteca Virtual.

### 4.2.1 Questionários

Diferentemente das bibliotecas das IES, os fornecedores não possuem um órgão “fiscalizador” ou qualquer outro órgão que pudesse fornecer dados oficiais. Isso implicou numa busca mais direcionada aos fornecedores que já negociavam com as bibliotecas pesquisadas. Portanto, é possível que no Distrito Federal haja mais fornecedores de livros eletrônicos que não tenham sido contatados.

Aos fornecedores foram aplicadas 10 perguntas (Apêndice C) que tinham por objetivo conhecer a plataforma e os modelos de negócios utilizados. Os questionários foram encaminhados para 12 empresas, destas nove responderam. Importa destacar que em razão do viés duplo o interesse de contratação potencial e real, pode ter facilitado um maior interesse das instituições em responder as questões do estudo. A análise foi dividida em três partes: perfil dos agentes de negócios, o modelo de negócios e as funcionalidades da plataforma.

#### 4.2.1.1 Perfil dos agentes de negócios

Como dito anteriormente, das 12 potenciais empresas a serem investigadas nove responderam ao questionário, alcançando, portanto, uma taxa de resposta de 75%. Um destes agentes de negócios, não apresentou respostas para uma plataforma que representa no país. O Quadro 14 apresenta os tipos de contatos realizados entre a pesquisadora e os agentes de negócios. Os agentes de negócios foram apresentados pelas respectivas empresas, sendo informado entre parênteses a(s) plataforma(s) que negocia(m).

**Quadro 14.** Contato com os agentes de negócios

	AGENTE DE NEGÓCIOS	FORMAS DE CONTATO				QUESTIONÁRIO RESPONDIDO
		Telefone	E-mail	Presencial	Videoconferência	
Nacional	<b>Pearson</b> (Biblioteca Virtual)	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Nacional	<b>Consórcio de editoras do Grupo A, Gen, Manole, Saraiva e Atlas</b> (Minha Biblioteca)	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Estrangeira	<b>Ebsco</b> (Academic Search)	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Nacional	<b>Elsevier</b> (Evolution)	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Estrangeira	<b>Proquest</b> (Ebrary / Ebook Central)	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Nacional	<b>Thomson</b> (Proview)	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Estrangeira	<b>Oxford</b>	Não	Sim	Não	Não	Não
Estrangeira	<b>VLex</b>	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Nacional; Estrangeira	<b>Cengage</b> (Cengage; Gale)	Sim	Sim	Não	Não	Parcial, apenas em referência a plataforma Cengage
Estrangeira	<b>Hein Online</b>	Não	Não	Não	Não	Não
Estrangeira; Nacional	<b>Dot. Lib</b> (JSTOR; Lectio)	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Estrangeira	<b>Springer Link</b>	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: A autora

Dos agentes que não responderam às tentativas de contato, observou-se que todos são empresas estrangeiras. As três empresas não responderam aos *e-mails*, e nenhuma tentativa, de contato telefônico, foi bem sucedida. A Oxford respondeu o primeiro contato por *e-mail*, porém, não respondeu a nenhum outro *e-mail* encaminhado. Foram realizadas ao menos três tentativas de contato, tanto por *e-mail* como por telefone, para se considerar uma negativa. A empresa Dot.Lib, por exemplo, apenas apresentou resposta após a terceira tentativa de contato. O que pode ser observado é que

provavelmente tratativas de outros bibliotecários junto a estas empresas poderão se mostrar tão difíceis quanto foi para esta pesquisadora.

A revisão de literatura apontou que para a negociação de livros eletrônicos com as bibliotecas, dois tipos de agentes de negócios se destacam: os agregadores e os distribuidores, sendo a principal diferença entre eles, a detenção de uma plataforma. Os agregadores possuem uma plataforma que disponibiliza o conteúdo de outras editoras. Enquanto no caso dos distribuidores há uma atuação de representação, para a “venda” das plataformas de outras empresas. Eles não possuem os *softwares* e assim negociam as plataformas de acesso de outras editoras ou empresas. Relembrado tais conceitos, coube classificar os agentes de negócios em ambas as categorias, e observou-se que dos nove agentes, sete atuam como agregador, um atua como agregador do conteúdo de uma editora e distribuidor do conteúdo de uma plataforma estrangeira e um atua apenas como distribuidor de duas plataformas estrangeiras. Ao total, nove agentes de negócios investigados comercializam onze plataformas. Estes dados podem ser visualizados pelo Quadro 15 e Tabela 4.

**Quadro 15.** Classificação dos agentes de negócios

AGENTE DE NEGÓCIOS	TIPO
Pearson ( <b>Biblioteca Virtual</b> )	Agregador
Consórcio de editoras do Grupo A, Gen, Manole, Saraiva e Atlas ( <b>Minha Biblioteca</b> )	Agregador
Ebsco ( <b>Academic Search</b> )	Agregador
Elsevier ( <b>Evolution</b> )	Agregador
Proquest ( <b>Ebook Central / Ebrary</b> )	Agregador
Thomson ( <b>Proview</b> )	Agregador
VLex ( <b>VLex</b> )	Agregador
Cengage ( <b>Cengage; Gale</b> )	Agregador (Cengage) Distribuidor (Gale)
Dot.Lib ( <b>JSTOR; Lectio</b> )	Distribuidor

Fonte: A autora

**Tabela 6.** Representatividade de agregadores e distribuidores

Agregador	7
Distribuidor	1
Agregador e Distribuidor	1

Fonte: A autora

#### 4.2.1.1.1 Conteúdo das plataformas

Alguns dos agregadores disponibilizam apenas os conteúdos de suas editoras, como é o caso da Cengage, da Thomson e da Elsevier. Quanto ao conteúdo que comercializam, as plataformas podem ser consideradas de conteúdo multidisciplinar ou de conteúdo específico. Vide Quadro 16.

**Quadro 16.** Categorização dos agentes e plataformas em razão do conteúdo

<b>AGENTES DE NEGÓCIOS (EMPRESA)</b>	<b>PLATAFORMA</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>IDIOMA PRINCIPAL</b>
<b>Cengage</b>	Cengage	Multidisciplinar	Português
	Gale	Não informado	Inglês
<b>Dot.Lib</b>	JSTOR	Multidisciplinar	Inglês
	Lectio	Multidisciplinar	Português
<b>Ebsco</b>	Academic Search	Multidisciplinar	Inglês; Francês; Espanhol
<b>Elsevier</b>	Evolution	Multidisciplinar	Português
<b>Consórcio de editoras do Grupo A, Gen, Manole, Saraiva e Atlas</b>	Minha Biblioteca	Multidisciplinar	Português

<b>Pearson</b>	Biblioteca Virtual	Multidisciplinar	Português
<b>Proquest</b>	Ebook Central / Ebrary	Multidisciplinar	Inglês
<b>Thomson</b>	Proview	Conteúdo específico da Editora Thomson Reuters, nas áreas de direito e contabilidade.	Português
<b>VLex</b>	VLex	Conteúdo específico voltado para a área do direito e correlatas, tais como Ciências Políticas e Relações Internacionais.	Português; Inglês; Espanhol

Fonte: A autora

**Obs.1:** O idioma principal está relacionado a maior parte do conteúdo disponibilizado pela plataforma, e isso não implica na ausência de conteúdos em outros idiomas.

**Obs.2:** Foi considerada plataforma com conteúdo multidisciplinar aquelas que apresentavam conteúdos nas áreas de ciências exatas, humanas e biológicas.

De acordo com os dados apresentados as plataformas apresentam, em sua grande maioria, conteúdos multidisciplinares. Em relação ao idioma, dos principais conteúdos disponibilizados a prevalência do idioma português, se dá nas plataformas nacionais, mas no todo é bem equilibrado. A Tabela 6 demonstra a distribuição quantitativa por idioma.

**Tabela 7.** Representatividade das plataformas por idioma

<b>IDIOMA</b>	<b>QTD. PLATAFORMAS</b>
Português	7
Inglês	5
Espanhol	2
Francês	1
Multilíngues	4

Fonte: A autora

## 4.2.1.1.2 Permanência do conteúdo

Alguns bibliotecários apontaram que a plataforma gerencia seu conteúdo de modo que a autonomia para a entrada e retirada de livros eletrônicos da plataforma se dá sem a consulta destes. Georgas (2015) também apontou em seu estudo voltado para contratação de livros eletrônicos por assinatura, que as plataformas costumavam retirar livros eletrônicos que ainda estavam em uso pelos alunos de universidades. Considerando os apontamentos dos bibliotecários e o estudo de Georgas foi questionado aos fornecedores como a biblioteca era informada do que entrava e do que saía da base, bem como com qual frequência essa informação era repassada. O Quadro 17 sintetiza as respostas.

**Quadro 17.** Entrada e saída de livros eletrônicos das plataformas

PLATAFORMA	METODOLOGIA
CENGAGE	Por <i>e-mail</i> , com opção de indicação de outro título para substituição.
JSTOR	Não há informe.
ACADEMIC SEARCH	Apenas por solicitação de relatórios mensais.
EVOLUTION	<i>Newsletters</i> mensais informam o que entram na base. Os títulos que foram contratados pela instituição não saem da base durante o período de assinatura, salvo por ação judicial.
MINHA BIBLIOTECA	A atualização da base ocorre uma vez ao ano, por volta do mês de fevereiro. É encaminhado um <i>e-mail</i> de aviso com antecedência mínima de 90 dias.
BIBLIOTECA VIRTUAL	Por meio de um <i>e-mail</i> enviado para o bibliotecário responsável. As informações são passadas sem periodicidade, porém, sempre com uma antecedência mínima de 60 dias.
EBOOK CENTRAL / EBRARY	Não foi informado.
PROVIEW	Por <i>e-mail</i> , mas segundo o entrevistado, são raras as hipóteses de saída.
VLEX	Para a entrada de conteúdo há o <i>feed</i> de conteúdo e <i>releases</i> enviados periodicamente. A saída de conteúdo não há uma regra. Há três anos não houve uma saída de livros da base brasileira, e no caso de conteúdos internacionais o informe é por relatório semestral, com atualização dos registros marc.

Fonte: A autora

De modo geral as respostas foram de três ordens: saída e entrada sem aviso para os contratantes, saída e entrada por meio de solicitação dos contratantes, e entrada e saída por informe digital periódico. Os dados estão representados na Tabela 7. O Gráfico

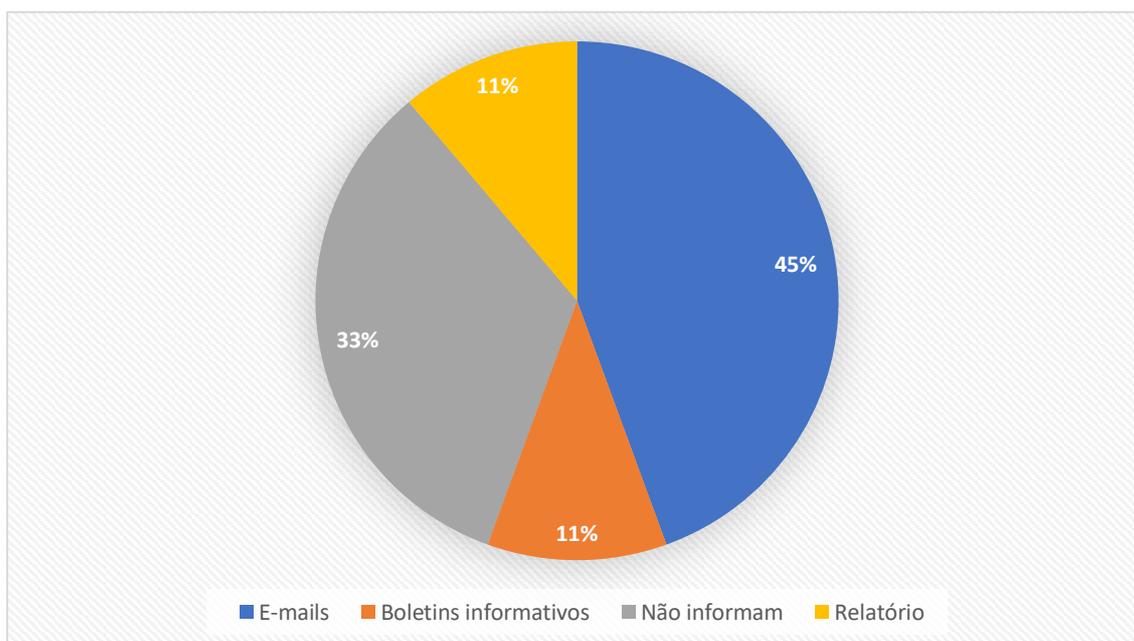
11 apresenta os dados por tipo de informe. Pelas respostas das plataformas, seis informam que avisam seus contratantes quanto as entradas e saídas de itens das plataformas. Destas seis plataformas, duas delas: Minha Biblioteca e Biblioteca Virtual dizem que no caso de saídas os informes são antecipados. Entretanto, essa é uma informação que se choca com ao menos três relatos de outros bibliotecários. Durante a entrevista três bibliotecários reportaram que já ocorreu de não serem informados com antecedência da saída de livros da plataforma, e um deles mencionou que sofreu penalidades em uma avaliação do MEC. A plataforma em questão foi a Minha Biblioteca, a mesma que relata que informa aos seus contratantes com 90 dias de antecedência a saída de seus livros. Se a falha se deu por parte da empresa ou por parte da biblioteca contratada não é possível determinar, todavia o fato é relevante e merece ser pontuado.

**Tabela 8.** Plataformas que informam a entrada e a saída

<b>Sem aviso</b>		2
<b>Por solicitação</b>		1
<b>Informe</b>	Antecipado	2
	Periódico	4
		6

Fonte: A autora

**Gráfico 11.** Distribuição por tipos de informe



Fonte: A autora

A entrada e saída de livros eletrônicos controlada pelas empresas que gerenciam as plataformas é um ponto que merece ser destacado principalmente do ponto de vista da saída dos livros. Se o livro estava disponível e deixa de estar, tal ação é exatamente o mesmo que um descarte. O conteúdo que antes era gerenciado pela biblioteca, agora passa a ser gerenciado apenas pela produtora e distribuidora do conteúdo.

Quando o livro é impresso e a biblioteca informatizada, após a aquisição este livro vai para o sistema de gerenciamento da biblioteca, permitindo entre outras várias funções que o conteúdo seja facilmente recuperado por sistemas de buscas. Se o livro é descartado a biblioteca necessita excluí-lo também do sistema. Algumas plataformas oferecem opções de importação de registros no formato MARC, dessa forma os livros que são assinados podem ser pesquisados também no *software* de gerenciamento da biblioteca. Se o descarte é realizado pela plataforma como a retirada do sistema é realizada? Para responder a essa questão, foi feita a seguinte pergunta aos agentes de negócios: “Caso retirem um livro da plataforma, como o livro é retirado do sistema da biblioteca, nos casos em que houve a integração?”. A resposta está sintetizada no Quadro 18.

**Quadro 18.** Retirada dos registros inativos do *software* da biblioteca

<b>Cengage</b>	A saída de livros é rara, mas caso ocorra é realizada pela plataforma.
<b>JSTOR</b>	Ainda que a editora retire o livro da plataforma, os livros adquiridos permanecem disponibilizados para as instituições que o adquiriram.
<b>Academic Search</b>	Caso a biblioteca opte por catalogar os títulos que são assinados a biblioteca fica inteiramente responsável por sua conferência e retirada, conforme os relatórios são solicitados.
<b>Evolution</b>	Na plataforma Evolution, a gestão será automática. Porém, quando a biblioteca realiza a importação por registros MARC (.mrc) a retirada deverá ser realizada pela biblioteca manualmente.
<b>Minha Biblioteca</b>	A saída da plataforma é realizada pela empresa, e a retirada do <i>software</i> de gerenciamento é realizado pela biblioteca, quando da atualização da base.
<b>Biblioteca Virtual</b>	A saída da plataforma é realizada pela empresa, e a retirada do <i>software</i> de gerenciamento é realizado pela biblioteca, quando da atualização da base.
<b>Ebook Central / Ebrary</b>	A retirada dos livros da base da Proquest é realizada pela equipe, e a biblioteca não informada a não ser que solicite.
<b>Proview</b>	Pergunta não respondida.
<b>VLex</b>	A retirada dos livros é realizada pela plataforma, e a biblioteca é informada nas atualizações dos arquivos MARC.

Fonte: A autora

A plataforma JSTOR comercializa seus livros por meio da modalidade de negócios, aquisição perpétua, isso implica que os arquivos dos livros são enviados a biblioteca para *download*, assim ainda que os livros deixem de ser comercializados pela editora por meio de sua plataforma, os livros ainda são passíveis de serem acessados. Das oito plataformas restantes, seis realizam a retirada do *software* de gerenciamento da biblioteca quando do envio dos arquivos de atualização, enquanto outras duas não, ou seja, fica a encargo da biblioteca a retirada dos registros importados de forma manual.

Em combinação com a pergunta anterior a plataforma JSTOR mantém coerência em relação ao seu modelo de negócios (aquisição perpétua). Isso porque se os livros são repassados para o contratante, cabe ao contratante realizar seu gerenciamento. Vale destacar que a JSTOR está dentro de uma rede de bibliotecas universitárias, portanto, não tem características tão “comerciais” quanto as demais. Porém, no caso da Ebrary / Ebook Central a ausência de informe de itens que entram e que saem da base poderia implicar num maior trabalho para os bibliotecários, que precisariam constantemente verificarem se os registros importados ainda se encontram online. Esse fato, entretanto, não foi verificado na consulta realizada junto as bibliotecas universitárias contratantes, pois as duas bibliotecas que possuem contrato com a Ebrary não realizam a importação dos seus registros. Uma por questões de armazenamento no servidor, e a outra por desconhecer tal possibilidade.

#### 4.2.1.2 Modelos de negócios

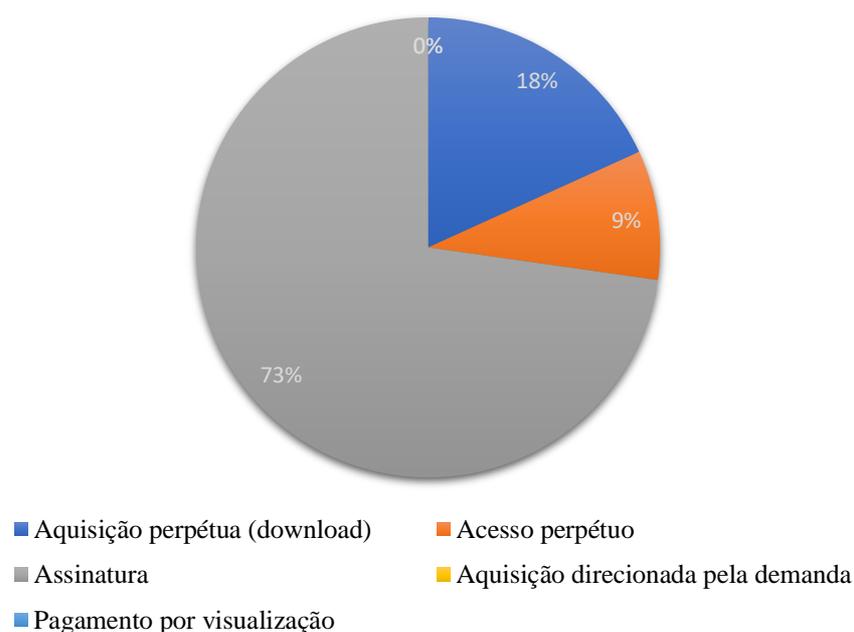
Durante a revisão de literatura foram apresentados cinco tipos de modelos de negócios para a comercialização de livros eletrônicos: compra (*download*), acesso perpétuo, assinatura eletrônica, pagamento por visualização e aquisição de acesso por demanda do usuário. Na pesquisa junto às bibliotecas observou-se que apenas a assinatura eletrônica foi escolhida para a contratação das plataformas pelas instituições. E a razão pode se justificar por ser o modelo predominante para a contratação das plataformas, sendo em muito dos casos o único modelo. O Quadro 19 apresenta os modelos ofertados pelas plataformas para negociação de livros eletrônicos.

**Quadro 19.** Modelos de negócios ofertados

Plataformas	Modelos de negócios
Cengage	Assinatura anual
JSTOR	Aquisição perpétua
Academic Search	Assinatura anual; Acesso perpétuo;
Evolution	Assinatura anual
Minha Biblioteca	Assinatura anual
Biblioteca Virtual	Assinatura anual
Ebook Central / Ebrary	Assinatura anual
Proview	Assinatura anual
VLex	Assinatura anual

Fonte: A autora

A revisão de literatura apontou cinco modelos de negócios, entretanto, apenas três modelos foram adotados pelos agentes de negócios investigados, sendo predominante o modelo de assinatura. O Gráfico 12 apresenta a fatia dos modelos de negócios ofertados. Como pode ser observado o modelo de negócio predominante para a comercialização dos livros eletrônicos é o de assinatura.

**Gráfico 12.** Modelos de negócios ofertados pelos fornecedores

Fonte: A autora

O modelo de aquisição perpétua é ofertado por duas plataformas, sendo no caso da plataforma JSTOR o único modelo disponível para a comercialização dos livros eletrônicos. A plataforma *Academic Search* disponibiliza dois modelos de acesso: o acesso perpétuo e a assinatura anual. No caso de acesso perpétuo o contratante recebe uma lista de títulos, e seleciona os títulos que possui interesse, e para estes paga de modo a poder disponibilizar um ou três acessos simultâneos. No caso da assinatura anual os livros contidos na plataforma são disponibilizados para acesso ilimitado de acordo com o número de usuários da biblioteca. Todos os demais agentes de negócios comercializam apenas na modalidade assinatura.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a investigar como as bibliotecas universitárias estavam desenvolvendo suas coleções com livros eletrônicos que demandam pagamento para sua aquisição. Para alcançar o objetivo geral foram estabelecidos três objetivos específicos todos estes alcançados.

O primeiro objetivo específico buscou identificar quais os modelos de negócios são utilizados pelas bibliotecas universitárias do Distrito Federal para disponibilizar livros eletrônicos a seus usuários. Esse objetivo foi alcançado com as entrevistas junto as bibliotecas, e ficou demonstrado que as bibliotecas investigadas somente utilizam o modelo de assinatura.

O segundo objetivo específico buscou identificar quais eram os agentes de negócios que comercializavam livros eletrônicos para as bibliotecas universitárias do Distrito Federal. O alcance desse objetivo se deu por meio das entrevistas junto as bibliotecas selecionadas. Apesar de identificados todos os agentes, não foi possível um estudo com todos, uma vez que alguns destes não se mostraram disponíveis para a realização da pesquisa. De qualquer modo, parece que a amostra coletada neste quesito é relevante, contemplando os principais agentes atuantes no Distrito Federal.

O terceiro objetivo específico buscou identificar dentre os modelos de negócios apontados na revisão de literatura, quais foram os adotados para comercialização pelos fornecedores. A pesquisa constatou que dos cinco modelos ofertados, os agentes trabalhavam com três modelos: acesso perpétuo, aquisição perpétua e assinatura. Sendo o modelo de negócios assinatura o predominante no mercado.

Evans (1979) entende que há uma influência recíproca entre os fornecedores (produtores de conteúdo) e consumidores (bibliotecas). De modo que se um produto é consumido faz sentido que este se mantenha, porém, se este não o for é natural que sua produção diminua. No caso dos modelos de negócios os bibliotecários aceitaram sem a imposição de mudanças ou barreiras o modelo de negócios de assinatura, e ainda que possuam reclamações e apontamentos de melhorias, eles continuam a consumir e contratar. Isso pode indicar uma solidificação no mercado de livros eletrônicos, isto é, pode indicar que os comerciantes tenham encontrado uma nova forma de comercializar seus produtos distintamente do modelo tradicional compra e venda.

Ao identificar os modelos de negócios que as bibliotecas universitárias do Distrito Federal utilizam para disponibilizar os livros eletrônicos para seus usuários observou-se que todas utilizam apenas a modalidade de assinatura eletrônica. Que uma biblioteca chegou a utilizar a modalidade aquisição perpétua, mas em número (14 títulos) não significativo, em razão da quantidade de livros que são adquiridos por esta instituição ao longo de um ano, bem como uma prática que foi adotada uma única vez no passado e não é mais utilizada em razão do elevado custo financeiro.

Vale lembrar que o desenvolvimento de coleções, conforme visto no item 2.1, compreende vários processos, entre eles: a seleção e a aquisição. O modelo de negócios assinatura não permite a aquisição, baseando-se apenas no acesso ao conteúdo. Todo o gerenciamento e desenvolvimento do conteúdo fica a encargo da empresa que é “dona” da plataforma. A biblioteca torna-se uma mera intermediária entre a indústria do conteúdo e os seus usuários. O que a perda da posse, ou seja, da guarda do conteúdo pode representar para uma biblioteca enquanto instituição, merece uma outra investigação.

Compreendido que o modelo de negócios utilizado veio a ser exclusivamente as assinaturas, e que a biblioteca não realizará mais a aquisição, indaga-se: e o processo de seleção, ainda é feito? Como ele passou a ser realizado? O processo de seleção do livro tal como era realizado extinguiu-se, pois as bibliotecas não selecionam mais o conteúdo item por item. O que é realizado é a escolha da plataforma, que poderá ter conteúdo multidisciplinar ou com enfoque em determinada área. Outro processo que foi diretamente atingido foi o descarte. A saída e a substituição dos livros passa a ser realizada pelos gerentes da plataforma, e independe da vontade dos bibliotecários ou mesmo dos objetivos da instituição universitária. E este é mais um ponto de fragilidade do modelo escolhido e adotado.

O objetivo principal deste trabalho buscou investigar como as bibliotecas universitárias estavam desenvolvendo suas coleções com livros eletrônicos que demandam pagamento para sua aquisição. Diante do exposto na revisão de literatura e o investigado com as entrevistas e questionários chegou-se ao entendimento que não foi possível investigar como as bibliotecas estão desenvolvendo suas coleções. Essa negativa se explica pela adoção exclusiva do modelo de negócios assinatura. Esse modelo não permite que as bibliotecas desenvolvam um acervo com eletrônicos, porque implicam apenas no uso do conteúdo. Ou seja, uma vez que as bibliotecas optaram por um modelo

que não implica em posse, e apenas em uso, na realidade, não mais existe a tradicional aquisição de livros impressos.

Assim em relação ao processo de aquisição a principal mudança conclui-se que ao deixar de ser permanente (aquisição proprietária), este foi extinto, sendo substituído pela provisão de acesso. A provisão de acesso trata-se da contratação de uma prestação de serviço, isto significa que a biblioteca passa a atuar como uma intermediadora entre o usuário e o fornecedor. A biblioteca também perde a guarda do conteúdo, que passa a ser administrado e gerenciado pela plataforma.

### 5.1 SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

A pesquisa demonstrou que não é possível que para uma biblioteca realize o desenvolvimento de coleções ou mesmo o gerenciamento de coleções se não detém a posse do conteúdo que formaria aquela coleção. Esta constatação traz consigo algumas implicações relacionadas a perda da função de guarda de uma biblioteca.

Diante dos pontos que foram apresentados sugerem-se estudos que possam responder as seguintes questões:

1. A função de guardião do conteúdo é dispensável para uma biblioteca?
2. Considerando que são as empresas que produzem o conteúdo que irão realizar a guarda e o controle desse conteúdo, terão eles as mesmas finalidades sociais e culturais que uma biblioteca?
3. Até que ponto a propriedade de um autor ou os direitos de um leitor podem ser limitados pela indústria do conteúdo?

Para essa terceira questão importa destacar que algumas plataformas que fornecem acesso de livros mediante pagamento para as bibliotecas, restringem o *download* ou impressão de conteúdo, quando não cobram por esses serviços. Portanto, o que seria nos livros impressos a reprodução, seria nos eletrônicos a impressão ou o *download*. Ocorre que essas reproduções, em alguns casos, não estão em consonância com a legislação de direitos autorais. Há casos em que o usuário não pode reproduzir mais que 10% da obra, e há casos em que é permitido ao usuário a impressão de toda a obra.

As questões apontadas acima têm por intuito chamar atenção do bibliotecário para as transformações que vêm ocorrendo e que parecem ainda não terem sido percebidas por

uma ausência de compreensão sobre o livro enquanto um objeto passível de propriedade. Também são questões que merecem investigações mais profundas por outros pesquisadores, e que se espera que possam motivar novos estudos.

## REFERENCIAS

- ALBITZ, Becky; BRENNAN, David. Budgeting for e-books. In: KAPLAN, Richard (Ed.). *Building and managing e-book collections: a how-to-do-it manual for librarians*. Chicago: Neal-Schuman, 2012. 197 p. (How-to-do-it manuals; v. 184)
- ALMEIDA, Washington Carlos de. *Direitos de propriedade*. São Paulo: Manole, 2006.
- ARAÚJO, Andréa Cristina. Pressupostos sobre a pesquisa científica e teste piloto. 13 de março de 2018. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/mobile/artigos/academico/pressupostos-sobre-a-pesquisa-cientifica-e-teste-piloto/109635/>. Acesso em 20 nov. 2018.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2012.
- BARBIER, Frederic. *História do livro*. São Paulo: Paulistana, 2008. 475 p.
- BELO, André. *História & livro e leitura*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. 116 p. (Coleção História &... reflexões, 3).
- BOSI, Marina. Digital rights management systems. In: ZENG, Wenjun; YU, Heather; LYN, Ching-Yung. *Multimedia security technologies for digital rights management*. Boston: Elsevier Academic Press, 2006. p. 23-50.
- BRASIL. Código Civil (2002). *Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm). Acesso em: 01 dez. 2018
- BRASIL. Decreto n. 5.776, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. *Diário Oficial da União (DOU)*, Brasília, 10 de maio de 2006. Disponível em: [www.mec2.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm](http://www.mec2.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm). Disponível em 12 dez. 2018.
- BRASIL. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Lei de direitos autorais. Altera, atualiza e consolida a legislação de direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm). Acesso em: 01 dez. 2018
- BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm). Acesso em 12 dez. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Manual de verificação in loco das condições institucionais*. Brasília, DF, setembro de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Manual1.pdf>. Acesso em 12 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Qual a diferença entre faculdades, centros universitários e faculdades?* Brasília, [200?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/116-qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades>. Acesso em 12 dez. 2018

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Qualidade da educação superior: avaliação, regulação, supervisão*. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/116-qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades>. Acesso em 12 dez 2018.

CHARTIER, Roger. *A ordem do livro: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora UnB, 1994.

CHARTIER, Roger. Do livro a leitura. In: CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 77-104

COSTA, Raquel Pereira; CUNHA, Murilo Bastos. Modelos de negócios de livros eletrônicos para bibliotecas. In: CONGRESSO INTER- NACIONAL CBL DO LIVRO DIGITAL, 5., 2014, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: CBL, 2014. Disponível em: <<http://www.congressodolivrodigital.com.br/arq-trabalhos-cientificos/2014/TC2014-raquel-pereira-cos-ta-290614194029.pdf>>.

COSTA, Raquel Pereira da. *Modelos de comercialização de livros eletrônicos para bibliotecas do Distrito Federal*. 2015. 186 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2015. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/19212>>. Acesso em: 10 jun. 2017

CUNHA, Murilo Bastos da. A biblioteca universitária na encruzilhada. *Data Gramma Zero: Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, Brasil, v. 11, n. 6, dez. 2010. p. 9.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia R.O. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. 451p.

DINIZ, Maria Helena. *Código Civil anotado*. 18. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

DINIZ, Maria Helena. *Direito civil brasileiro*. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DIÓGENES, Fabiane Castelo Branco. *Os novos papéis da biblioteca universitária brasileira*. Brasília, 2012. Tese (doutorado) apresentada a Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação.

DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal... [et. al.]. Livro eletrônico: o que dizem os bibliotecários da Universidade Federal de Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA

INFORMAÇÃO, 25., Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/ABSD%20CBBD%202013.pdf>. Acesso em 15 dez 2018.

EISENSTEIN, Elizabeth L. *The printing press as an agent of change*. London: Cambridge University Press, 1980 [online 2013]. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/books/the-printing-press-as-an-agent-of-change/7DC19878AB937940DE13075FE839BDBA>>. Acesso em: 15 jul. 2018

EPSTEIN, Jason. *O negócio do livro: passado, presente e futuro do mercado editorial*. Rio de Janeiro: Record, 2002. 170 p.

EVANS, Glyn Edward. *Developing library collections*. Littleton: Libraries Unlimited, 1979.

EVANS, Glyn Edward; SAPONARO, Margaret Zarnosky. *Collection management basics*. 6. ed. California: ABC-Clio, LLC, 2012. (e-book)

FERNANDEZ, Alexandre Cortez. *Direito civil: direitos reais*. Caxias do Sul, RS: Educ, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1996.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. *Desenvolvimento e avaliação de coleções*. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993.

FONSECA, André Dioneu. A instigante e complexa história da leitura: apontamentos teóricos e metodológicos. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 8, n. 144, p. 87-94, mai. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/19966/11106>. Acesso em 12 dez 2018.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2011. 200 p.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito das coisas*. 13. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. (v.5 – direito das coisas). Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=M9RiDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 12 dez. 2018

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito das coisas*. 13. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018a. (v.5 – direito das coisas).

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais*. 15. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018b. (v.3 – contratos).

- GRANT, Joan. Approval plans: the vendor as preselector. In: SCHMIDT, Karen A. (ed.) *Understanding the business of library acquisitions*. Chicago: American Library Association, 1990.
- HAWKINS, Donald T. Electronic books: a major publishing revolution. *Online*, v. 24, n. 4, p. 14-28, July-August 2000. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ616711>. Acesso em 26 nov. 2018
- HOUAISS, Antônio. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. 2001. [CD-ROM]
- KATZ, Linda M. G. Understanding the business of library acquisitions. *Journal of the Medical Library Association*, v. 88, n. 1, Jan., 2000, p. 90. Disponível em: [www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC35209/](http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC35209/). Acesso em 12 nov. 2018.
- LANCASTER, F. W. *Avaliação de serviços de bibliotecas*. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- LEE, Hur-Li. What is a collection?. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 51, n. 12, p. 1106-1113, 2000.
- LYNCH, Clifford. The battle to define the future of the book in the digital world. *First Monday Journal*, v. 6, n. 6, June 2001. Disponível em: <https://firstmonday.org/article/view/864/773>. Acesso em 26 nov. 2018
- LORENZI, Felipe Júlio. Instituto Itaú Cultural: organização do acervo audiovisual analógico e digital. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, n. esp., v. 12, p. 71-74, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/3284>. Acesso em 12 dez. 2018
- MACÊDO, Robson Arthur Sarmiento. *Da tinta ao pixel: a influência das materialidades dos suportes na experiência de leitura*. 2013. 160 p. Dissertação (mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <http://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/2171?locale=en>. Acesso em 12 dez. 2018
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 1957.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- MASCARENHAS, Sidnei Augusto. *Metodologia científica*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. 125 p.
- MCLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Editora Nacional, [1972]. (Cultura, sociedade, educação, v. 19).

MELLO JÚNIOR, José de. *A introdução do e-book no mercado editorial brasileiro: mudança tecnológica, conflitos e resistências*. 2016. 371 f. Tese (doutorado em Comunicação) – Universidade Paulista, 2016.

MELLO JÚNIOR, José de. Impactos de emergência do e-book no mercado editorial brasileiro. *Revista Eptic Online*, v. 16, n. 2, p. 4-25, mai./ago., 2014. Disponível em: . Acesso em 12. dez. 2018.

MORGAN, E. L. Electronic books and related technologies. *Computers in libraries*, v. 19, n. 10, p. 36-39, 1999.

MORRIS, Carolyn; SILBERT, Lisa. Acquiring e-books. In: POLANKA, Sue (ed.). *No shelf required 2: use management of electronic books*. Chicago: American Library Association, 2012, cap. 8. [e-book]

NIXON, Judith M.; FREEMAN, Robert S.; WARD, Suzanne M. (eds.) *Patron-driven acquisitions: current successes and future directions*. New York : Routledge, 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas*. São Paulo: Atlas, 1999. 303 p.

OLIVEIRA, José Mario Aleluia. *Sala ambiente práticas e espaços de comunicação na escola*. Universidade Federal de Pernambuco, Coordenação de Educação a Distância da UFPE, [201?]. Disponível em: <[http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufc/file.php/1/coord\\_ped/sala\\_7/pdf/Praticas-e-Espacos-de-Comunicacao-na-Escola.pdf](http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufc/file.php/1/coord_ped/sala_7/pdf/Praticas-e-Espacos-de-Comunicacao-na-Escola.pdf)>. Acesso em: jan. 2019.

PCWORLD. “iWatch? Tim Cook elogia a ideia, mas diz que jovens não usam relógio. EUA, 29/05/2013. Disponível em: <https://pcworld.com.br/iwatch-tim-cook-elogia-ideia-mas-diz-que-jovens-nao-usam-relogio/>. Acesso em: 12. Dez. 2018

PINHEIRO, Liliane Vieira. O modelo participativo no desenvolvimento de coleções: o caso do Sistema de Bibliotecas da UFSC. In: AMBONI, Narcisa de Fátima (org.). *Gestão de bibliotecas universitárias: experiências e projetos da UFSC*. Florianópolis: UFSC – Biblioteca Universitária, 2013. p. 43 – 55.

REVIVER SOFT. Extensão file search. Disponível em: <https://www.reviversoft.com/pt/file-extensions/txt>. Acesso em 12 dez. 2018.

SAENGER, Paul. A separação entre palavras e a fisiologia da leitura. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy (org.). *Cultura, escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.

SANTOS, Ana Rosa dos ; WEITZEL, Simone da Rocha. Aquisição de livros eletrônicos: uma negociação a ser feita. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 27, Fortaleza, 16 a 20 de outubro de 2017. *Anais...* Disponível em:

<<https://portal.febab.org.br/anais/article/download/1789/1790>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

SANTOS, Josiel Machado. O processo evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 8, n. 2, p. 175-189, jul. / dez. 2012.

SCHELL, Lindsey. The academic library e-book. In: POLANKA, Sue (ed.). *No shelf required* [recurso eletrônico]: e-books in libraries. Chicago: American Library Association, 2011.

SCHMIDT, Karen A (ed.). *Understanding the business of library acquisitions*. Chicago: American Library Association, 1999.

SERRA, Liliana Giusti; SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo. Modelos de negócios, bibliotecas e livros digitais. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 27, n. 3, p. 131-143, set./dez. 2017.

SERRA, Liliana Giusti; SILVA, José Fernando Modesto da. Licenciamento de livros eletrônicos e o modelo de negócios PDA (*Patron Drive Acquisition*). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIA (SNBU), 18., Belo Horizonte - MG, 2014. 17 p.

SERRA, Liliana Giusti; SILVA, José Fernando Modesto da. Livros digitais licenciados e os modelos de negócios transitórios. *Prisma.com Revista de Ciências e Tecnologias da Informação e Comunicação*, n. 32, 2016. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2215>>. Acesso em: 15 jul. 2018

SERRA, Liliana Giusti. Livros digitais, bibliotecas e o desenvolvimento de coleções. In: MELLO, Josiane; ALMEIDA, Josiana F. V. R. de. (org.) *Gestão de coleções em unidades informacionais*. Natal, RN: Editora IFR, 2018. 294 p. (E-book)

SERRA, Liliana Giusti. *Os livros eletrônicos e as bibliotecas*. 2015. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2D15JRJ>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

SHERRAN, K. *The ebook revolution: a primer for librarians on the front lines*. California: ABC-CLIO, 2013. [ebook].

SINTRA (Home Page). Valores de referência. Disponível em: <https://www.sintra.org.br/valores-de-referencia-2018/>. Acesso em 12 dez. 2018

TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. *A biblioteca digital*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

VASSILIOU, Magda; ROWLEY, Jennifer. Progressing the definition of e-book. *Library Hi Tech*, v. 26, n. 3, 2008, p. 355-368. Disponível em: [www.emeraldinsight.com/0737-8831.htm](http://www.emeraldinsight.com/0737-8831.htm). Acesso em 12 dez. 2018

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos; ANDRADE, Diva. *Aquisição de materiais de informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Estabelecimento de políticas de desenvolvimento de coleções. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, n. 2, v. 15, jul./dez. 1987, p.193-202.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. *Desenvolvimento de coleções*. São Paulo: Editora Polis, 1989. (Coleção Palavra Chave, 1)

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. *Seleção de materiais de informação*. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

WEITZEL, Simone Rocha. *Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias*. Niterói: Intertexto, Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

WEITZEL, Simone Rocha. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. *Perspectivas em ciência da informação*, v. 7, n. 1, jan./jun. 2002, p. 61-67. Disponível em: [http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/11/pdf\\_929fb1f298\\_0012875.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_929fb1f298_0012875.pdf). Acesso em 12 nov. 2018

WIKIPÉDIA. Livro. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Livro>. Acesso em: 12 dez. 2018

**APENDICE A – FORMULÁRIO ENTREVISTAS POR TELEFONE**

FACULDADE ( ) CENTRO UNIVERSITÁRIO ( ) UNIVERSIDADE ( )

NOME DA INSTITUIÇÃO:

**PERGUNTAS**

1. A biblioteca disponibiliza livros eletrônicos para consulta *on-line*?  
Em caso de resposta afirmativa, proceder para a segunda.
2. Quais são as plataformas disponibilizadas?

**APENDICE B – FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS PRESENCIAIS COM BIBLIOTECÁRIOS**

UNIVERSIDADE:

NOME DA BIBLIOTECA:

NOME DO ENTREVISTADO:

FORMAÇÃO:

CARGO DO ENTREVISTADO:

1. Qual o *software* que a biblioteca utiliza para realizar o gerenciamento do acervo?
2. A biblioteca possui política de aquisição? Esta política contempla os livros eletrônicos? Caso não tenha política ou esta não contemple os livros eletrônicos, qual o processo adotado para a aquisição dos livros eletrônicos?
3. Quais bases de livros digitais a biblioteca disponibiliza?
4. O que foi levado em consideração para a escolha e contratação das bases disponibilizadas?
5. As plataformas contratadas possuem algum tipo de integração com o *software* de gerenciamento da biblioteca? Se sim, como essa integração funciona?
6. Que dificuldades enquanto profissional teve para a contratação das bases?
7. Qual o modelo de negócios adotado na contratação das bases?
8. Como é o tratamento pós-venda? Poderia comentar essa interação?

## APENDICE C – FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS POR E-MAIL COM FORNECEDORES

1. Qual o público-alvo que a plataforma atende?
2. Que conteúdos (áreas de conhecimento e editoras) são disponibilizados?
3. A plataforma realiza gerenciamento de seu conteúdo, visando a organização e recuperação dos livros na base?
4. A plataforma permite a integração com *softwares* gerenciadores de bibliotecas (Aleph, Pergamum, Sophia, entre outros)?
5. Como é informado para a biblioteca o que entra e sai da base? Com qual frequência essa informação é passada?
6. Qual a forma de contratação e pagamento da plataforma?
7. A plataforma exige algum tipo de manutenção? Se sim, qual?

**Para os casos em que há integração entre a plataforma e o *software*, responder as perguntas a seguir.**

8. Posso assinar a base inteira, porém, só pedir a integração com a base da biblioteca, de certos títulos? Caso a plataforma apresente mais de uma base, posso assinar apenas algumas?
9. Na integração com a base, eu tenho como recatalogar o que é inserido?
10. Caso um livro saia da base, quem faz a retirada do sistema gerenciador da biblioteca?

**APENDICE D – MODELO DE FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE  
REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA COM GARANTIA DE  
SIGILO E ANONIMATO**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**AUTORIZAÇÃO**

Eu .....

abaixo assinado (a), autorizo Thaísa Lopes Caldeira, mestranda em Ciência da Informação, da Universidade de Brasília – UnB, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de sua Dissertação, que tem como título provisório: “Os impactos do comércio dos livros eletrônicos no processo de aquisição em bibliotecas universitárias” e está sendo orientada pelo Prof. Dr. Murilo Bastos da Cunha. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que este estudo possui finalidade acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, sem prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade.

Brasília, ..... de ..... de 2018.

---

Assinatura do entrevistado